



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL – RDC ELETRÔNICO Nº 01/2016

Processo nº. 23006.001296/2015-16

Razão Social: _____

CNPJ N.º _____ E-mail: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através do acesso ao Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou da página eletrônica da UFABC (www.ufabc.edu.br), ou presencialmente, nesta data, cópia do instrumento convocatório e demais anexos do RDC nº. **01/2016**.

Local: _____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura

Senhor Representante,

Visando à comunicação futura entre a UFABC e essa empresa, solicita-se de Vossa Senhoria preencher este recibo de entrega do edital e remetê-lo à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** por meio do e-mail: cel@ufabc.edu.br

A não remessa do recibo exige a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** de comunicar eventuais retificações ocorridas no Instrumento Convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

**EDITAL
RDC ELETRÔNICO Nº. 01/2016
TIPO MENOR PREÇO
JULGAMENTO PELO PREÇO TOTAL
REGIME DE CONTRATAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

CAPUT – COMUNICAÇÃO

1. DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL;
2. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA LICITAÇÃO;
3. DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO;
4. DA PARTICIPAÇÃO;
5. DA REGRA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS;
6. DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE LANCES;
8. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
9. DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS;
11. DO ENCERRAMENTO;
12. DO PRAZO CONTRATUAL E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;
13. DOS PAGAMENTOS;
14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS;
15. DA FONTE DE RECURSOS;
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE;
17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO;
18. DA ASSINATURA DO CONTRATO;
19. DA SUBCONTRATAÇÃO;
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;
21. DA VISTORIA AO LOCAL DAS INSTALAÇÕES;
22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXOS:

- I. TERMO DE REFERÊNCIA
- II. MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REFERENTE AOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA EXECUÇÃO DA OBRA
- III. MODELO DO ATESTADO DE VISTORIA
- IV. MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL
- V. PLANILHA DE PREÇOS
- VI. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
- VII. MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS
- VIII. MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
- IX. NORMAS DE APRESENTAÇÃO
- X. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO
- XI. PROJETO BÁSICO APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS
- XII. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO
- XIII. MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI – BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS
- XIV. MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS
- XV. MODELO DE CARTA PROPOSTA
- XVI. MODELO DE QUADRO RESUMO PARA APRESENTAÇÃO DOS CAT'S
- XVII. MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO DE INFORMAÇÕES
- XVIII. MINUTA DE CONTRATO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

EDITAL DE LICITAÇÃO

RDC ELETRÔNICO Nº 01/2016

A Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, representada pela Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria UFABC nº. 105, de 18 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19/04/2016, aqui também designada simplesmente COMISSÃO, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, na forma eletrônica, destinada à contratação do objeto citado no **subitem 1.1** deste Edital.

1. DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada de construção civil para elaboração de projetos executivos, execução de obras e instalações para obtenção do AVCB do Câmpus São Bernardo do Campo da Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC**, com fundamento legal no parágrafo 3º, do artigo 1º, da Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, alterada pela Lei nº. 12.722/2012 e Lei nº. 13.190/2015, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Edital e em seus Anexos;

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados através de consulta ao Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), na página oficial da UFABC, no endereço <http://www.ufabc.edu.br> ou na Coordenação Geral de Suprimentos e Aquisições da UFABC, situada à Avenida dos Estados, 5001, Bloco A, Torre 1, 2º andar, Bairro Santa Terezinha, Santo André – SP – CEP 09210-580, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das **9:00 às 12:00** e das **14:00 às 17:00** horas, mediante apresentação de mídia eletrônica (CD, DVD, pen-drive, etc.).

1.3. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados, preferencialmente, via e-mail, cel@ufabc.edu.br, ou por correspondência dirigida à COMISSÃO, na Coordenação Geral de Suprimentos e Aquisições da UFABC, situada à Avenida dos Estados, 5001, Bloco A, Torre 1, 2º andar, Bairro Santa Terezinha, Santo André – SP – CEP 09210-580, ou pelo fac-símile (11) 3356-7554, no horário comercial de 2ª a 6ª feira, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da licitação.

1.3.1. Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os adquirentes do Edital e disponibilizados nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ufabc.edu.br.

2. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação será realizada em sua forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores (internet);

2.1.1. A sessão pública será executada e acompanhada pelo Portal de Compras Governamentais, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.2. Data limite para apresentação das propostas (técnicas e de preços) e início da fase de lances: **18/05/2016 às 10h00 (dez horas) – Horário de Brasília.**

3. DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

3.1. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 12.462, de 05 de Agosto de 2011, alterada pela Lei nº. 12.722/2012 e pela Lei nº. 13.190/2015, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelo Decreto nº. 8.080, de 20 de agosto de 2013;

3.2. Fundamento legal: **§ 3º, ART. 1º, da Lei nº 12.462, de 2011**, alterado pela Lei nº. 12.722/2012 e pela Lei nº. 13.190/2015;

3.3. Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio do Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), mediante condições de segurança – criptografia e autenticação;

3.4. Modo de Disputa: **ABERTO**;

3.4.1. Publicado o aviso de licitação, os licitantes interessados apresentarão suas propostas na forma eletrônica;

3.4.1.1. Até o dia marcado para início da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.5. Regime de Contratação: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**;

3.6. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO TOTAL**.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, poderá participar desta licitação:

a) qualquer pessoa jurídica, nacional ou estrangeira e que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos;

a.1) a pessoa jurídica estrangeira deverá atender a Resolução nº 444 de 14/04/2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

b) consórcio:

b.1) será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, subscrito pelos consorciados, sendo a líder, necessariamente empresa de Engenharia, atendidas as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e aquelas estabelecidas neste Edital;

b.2) fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;

b.3) a pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;

b.4) as pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste edital, **compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos**, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

b.5) o prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva;

b.6) os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pela UFABC;

b.7) os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes;

b.8) os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste subitem **"4.1.b"**.

4.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:

a) empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

b) empresa suspensa de licitar e contratar com a UFABC;

c) empresa com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

d) empresa submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

e) empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação;

e.1) caso constatada tal situação, ainda que a *posteriori*, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 47 da lei 12.462/2011.

f) empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;

g) empregado ou ocupante de cargo em comissão da UFABC ou responsável pela licitação.

4.2.1. Para fins do disposto na alínea **"g"** do subitem **4.2**, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;

4.2.2. O disposto no subitem **4.2.1** aplica-se aos membros da COMISSÃO.

4.3. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇO;

4.4. No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada;

4.4.1. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto à UFABC, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5. DA REGRA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O licitante deve atender integralmente o Termo de Referência **(Anexo I)**, em especial aos **itens 04, 05 e 06**.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, na forma eletrônica, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão**.

5.4. A participação no RDC eletrônico ocorrerá mediante utilização de chave de identificação e de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço no **VALOR TOTAL DO ITEM**.

5.4.1. Maiores informações e orientações quanto aos procedimentos para cadastro e participação nas licitações de modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), podem ser consultados através do Portal de Compras Governamentais, www.comprasgovernamentais.gov.br, ou em contato com a Central de Atendimento do SERPRO, através do telefone 0800-978-2329.

5.5. Após a divulgação do edital e até a hora marcada para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), contendo a descrição detalhada e o preço ofertado;

5.5.1. Após cadastro da proposta no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) e até a data marcada para abertura da sessão pública, os licitantes poderão apresentar, substituir ou retirar suas propostas do Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

5.5.2. A data e horário informados no **item 2** deste Edital são as **datas limites para apresentação das propostas**, sendo que nesta data será aberta a sessão pública para verificação e classificação das propostas e início da fase competitiva (lances).

5.6. No momento da elaboração e envio da proposta o licitante deverá encaminhar, por meio eletrônico no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), as seguintes declarações:

5.6.1. No caso de Microempresa (ME), ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa (COOP), que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 11.488/2007, em seu Artigo 34, declarando que a Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

5.6.2. De que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

5.6.3. De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.4. Para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal; e

5.6.5. De elaboração independente de Proposta.

5.7. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo Presidente, na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, **não havendo necessidade de envio por meio de fax ou outra forma.**

5.8. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no **crime de falsidade ideológica**, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/1993, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

5.9. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão apresentar, substituir ou retirar suas propostas, na forma eletrônica por meio no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br,

5.10. Ao cadastrar sua proposta no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) o licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo "**Descrição detalhada do objeto ofertado**". **Não serão aceitas descrições como "Conforme Edital" ou "Descrição contida no instrumento convocatório"**, etc.

5.11. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

5.12. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.13. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

5.14. O preço proposto, seja através da apresentação da proposta ou na forma de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.15. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimos após a abertura da sessão pública.

5.16. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente.

5.17. Quaisquer elementos que possam identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6. DA ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

6.1. Quando solicitado pelo Presidente da COMISSÃO, os documentos da PROPOSTA DE PREÇOS exigidos neste Edital e seus Anexos deverão ser apresentados em conjunto, contendo as seguintes indicações no seu averso:

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PROPOSTA DE PREÇOS
RDC ELETRÔNICO Nº **01/2016**
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ Nº. _____

6.2. Todas as folhas da proposta deverão estar rubricadas pelo representante legal da licitante ou pela líder do consórcio e numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato;

6.2.1. A eventual falta e/ou duplicidade de numeração ou ainda de rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado ou por membro da COMISSÃO, quando da apresentação dos originais, nos termos do presente Edital.

6.2.2. A proposta de preços deve ser redigida em língua portuguesa, impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e seus anexos devidamente numeradas e rubricadas, com assinatura na última folha, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, constando como data o dia fixado para entrega dos envelopes à Comissão Especial de Licitação.

6.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:

a) carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, assinada obrigatoriamente pelo representante legal da licitante, com preço global em Real, para os serviços e prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data de que trata o **subitem 2.1** deste Edital (**Modelo Anexo XV**), identificando:

- i. Razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e e-mail da licitante;
- ii. Dados bancários: Banco, Agência e Conta Corrente;
- iii. O objeto e prazo de execução;
- iv. Preço unitário e total em Reais, em algarismo e por extenso, indicando o mês base de referência (data de entrega das propostas);
- v. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa)** dias a contar da data de sua entrega (art. 64, § 3º, da Lei nº. 8.666/1993);
- vi. Declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa, direta ou indireta, incidente na execução da obra.

a.1) a proposta deve conter declaração expressa de que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação;

a.2) apresentar preço global por todos os serviços/materiais solicitados, especificando-se também o preço unitário de cada um dos itens, conforme modelo e observações constantes no **Anexo VII**. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, Real (R\$), em algarismos e por extenso;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

a.2.1.) Em caso de divergência entre os valores parciais e totais constantes da proposta da licitante, prevalecerão:

- i. Entre o preço global das planilhas orçamentária Sintética, para a Carta de apresentação da Proposta de Preços, prevalecerá o primeiro;
- ii. Entre os valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
- iii. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterado o preço unitário e a quantidade.
- iv. No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas nas parcelas.

a.3) os preços acima referidos devem ser **completos**, computando todos os custos necessários para a prestação dos serviços objetos desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART ou RRT e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos;

a.4) constar na proposta de preço o nome completo da empresa, seu endereço, dados bancários (nome do Banco, agência, conta corrente), número do CNPJ, identificação e assinatura do responsável, em concordância com os dados informados na habilitação.

b) Planilha de Preços, conforme modelo **ANEXO VII**, que será elaborada com base nas informações contidas no orçamento da UFABC (**ANEXO V**), respeitando os mesmos serviços e quantitativos, sendo os preços unitários advindos das respectivas composições de custos de cada licitante, acrescidos do BDI e compondo o preço total. A coluna de custo total deverá ser obtida através da multiplicação dos valores da coluna custo unitário (que é formado através da somatória dos custos de material, mão de obra e equipamento) pela coluna quantidade de cada item; a somatória de todos os subtotais deverá ser acrescida do BDI para a formação do preço total do orçamento, ou seja, o valor da proposta, e será apresentada preenchida, contendo assinatura da licitante, de acordo com o modelo - **ANEXO VII**;

b.1) no caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas (curva A) não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as seguintes condições:

- i. Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles que representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou sejam considerados essenciais à funcionalidade do objeto; e
- ii. Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes.

b.2) Os valores de BDI não poderão ser superiores aos valores de referência apresentados como sugestão no Modelo de Composição do BDI – **ANEXO XIII**.

c) Composição da Taxa de Encargos Sociais para horistas e mensalistas, conforme modelo **Anexo XIV**.

d) Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI – adotada, conforme modelo **ANEXO XIII**. A Licitante poderá modificar a taxa de BDI, porém em nenhuma hipótese a Licitante



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

poderá adotar um valor de BDI superior ao valor total sugerido pela UFABC, sob pena de desclassificação. Para a totalização do BDI, utilizar fórmula proposta pelo TCU apresentada no **ANEXO XIII**;

e) Cronograma físico-financeiro preliminar, conforme **Modelo Anexo VIII** deste Edital e utilizando-se como base o Cronograma Físico-Financeiro de referência (**ANEXO VI**), sendo que os prazos finais de cada serviço não podem ser ampliados.

f) Orçamento detalhado e planilha de cálculo do BDI, conforme modelo descrito no **Anexo XIII**, que deverá discriminar todos os serviços e materiais a serem executados, contendo os custos unitários de todos os itens (divididos em material, mão de obra e equipamentos), custo total e preço total final (preço total para execução do objeto da presente licitação acrescido de todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos), em concordância com a planilha demonstrativa do cálculo de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) conforme sugerido no **ANEXO XIII**:

6.4. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços e materiais que não correspondam às características específicas solicitadas, ou que estabeleçam vínculo com a Proposta de outra licitante.

6.5. Em caso de divergência entre os valores parciais e totais constantes da proposta da licitante, prevalecerão sempre os menores valores. Todos os valores descritos na proposta de preço serão aferidos e os cálculos serão refeitos com base no menor valor, a fim de garantir o menor preço total.

6.6. Os preços acima referidos devem ser completos, computando todos os custos necessários para a prestação dos serviços objetos desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART ou RRT e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos.

6.7. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Termo de Referência e seus Anexos, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços e materiais que não correspondam às características específicas solicitadas, ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante.

6.8. O preço total máximo (preço global) que a UFABC admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação, no valor de **R\$ 1.288.858,42 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, quarenta e dois centavos)**, conforme previsto na Planilha de Preços (**ANEXO V**) e devidamente corrigido na forma presente no subitem **6.3**;

6.8.1. Não se admitirá propostas com custos e preços de cada item da curva A superiores aos contidos na Planilha de Preços da UFABC.

6.8.2. A Planilha estimativa de preços (**ANEXO V**), que define o valor de referência, constante no processo relativo à presente licitação, foi elaborada predominantemente com base nos preços da Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (data-base: **JANEIRO/2016**), **“com desoneração” para os itens Serviços Cíveis e Elétrica, Administração Local da Obra e Canteiro de Obras.**

6.8.2.1. Quando se verificou a inexistência de referências de preços na Tabela SINAPI ou SICRO, foi realizada a composição unitária de custos com base nas tabelas de composição de preços para orçamentos e/ou planilhas de composição de preços, públicas obedecendo a hierarquia dos órgãos das esferas Federal, Estadual (FDE,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS) e Municipal (SIURB).

6.8.2.2. Quando se verificou a inexistência de referências de preço na Tabela SINAPI e da opção descrita no **item 6.8.2.1**, utilizou-se a referência de preço através de cotações de mercado, utilizando-se a média de três orçamentos.

6.9. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras/serviços, desde que não se produzam prejuízos a eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação;

6.10. É de inteira responsabilidade da licitante, obter, dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para a execução do objeto desta licitação, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas;

6.11. Conforme previsto no Termo de Referência (**Anexo I**) e na Minuta de Contrato (**Anexo XVIII**), os preços ofertados serão reajustados de acordo com o item 24 do Termo de Referência.

6.12. Valor do BDI não deve ser destacado a parte na Proposta Final, mas no valor total desta deverá estar incluído o valor do BDI, devendo ser apresentado o cálculo do BDI em documento separado, conforme Modelo **Anexo XIII**;

6.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

6.14. A COMISSÃO poderá solicitar apresentação do Orçamento detalhado e demais planilhas citadas acima também na versão digital, formato Excel 2010, em mídia eletrônica (CD Rom / DVD), em conjunto com a proposta de preços da licitante ou no decorrer da sessão pública.

a) Deverão ser utilizadas as planilhas modelos fornecidas pela UFABC, sendo vedada sua alteração, sob pena de desclassificação da proposta.

b) Por alteração entende-se a alternância de linhas, bem como a inclusão ou exclusão de linhas e/ou colunas e quantitativos.

NOTA¹: na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE LANCES

7.1. A abertura da sessão pública deste RDC, conduzida pelo Presidente do RDC e da COMISSÃO, ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

7.2. Durante a sessão pública a comunicação entre o Presidente e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens via “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico, não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico e/ou e-mail.

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. Na data e horário indicados para abertura da sessão pública (**subitem 2.1.2**), o Presidente verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, iniciando-se, em seguida, a fase competitiva (lances) com as propostas classificadas.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes concorrerão com a apresentação, na forma eletrônica e por meio do Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), de lances públicos, sucessivos e decrescentes.

7.5.1. Iniciada a fase competitiva, o licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observada a Instrução Normativa nº. 05, de 7 de novembro de 2013;

7.5.1.1. Conforme disposto no art. 1º, da Instrução Normativa nº. 05, de 7 de novembro de 2013, o intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre os lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos;

7.5.2. Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa, observada a Instrução Normativa nº. 05, de 7 de novembro de 2013.

7.5.2.1. Serão considerados intermediários os lances cujos valores forem iguais ou superiores ao menor já ofertado e inferiores ao último lance que tenha sido ofertado e registrado no sistema pela própria licitante.

7.5.2.2. O sistema informará o valor mínimo entre os lances que corresponderá a **1% (um por cento)** da diferença entre os valores das duas propostas de maior vantajosidade classificadas para a etapa competitiva.

7.6. Para que os Licitantes possam enviar seus lances, durante o transcurso da etapa competitiva os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.8. Durante a fase de lances, o Presidente poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

7.9. O encerramento da fase de lances será decidido pelo Presidente da COMISSÃO, que informará, via chat, o aviso de iminência, que poderá ser de 01 (um) até 60 (sessenta) minutos.

7.9.1. Decorrido o prazo informado no aviso de iminência, o item entrará no encerramento aleatório, que poderá ser de 01 até 30 (trinta) minutos aleatoriamente determinado pelo sistema do Portal de Compras Governamentais, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances pelo Sistema do Portal de Compras Governamentais, sem que o Presidente interfira neste.

7.10. Critérios de desempate ME/EPP/COOP

7.10.1. Nesta licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e/ou Sociedades Cooperativas a elas equiparadas (COOP);

7.10.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP/COOP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

7.10.2.1. A ME/EPP/COOP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.10.2.2. Não ocorrendo a contratação da ME/EPP/COOP, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.10.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado para efeito de classificação o horário de apresentação da proposta/lance, sendo considerada a hora, minuto e milésimo de segundo do registro;

7.10.2.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.10.2.5. O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP/COOP.

7.11. Após aplicação do benefício concedido à ME/EPP/COOP, ou não ocorrendo a hipótese de empate previsto no subitem anterior, permanecendo empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.11.1. Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada de preços;

7.11.2. Mantido o empate após a disputa final de que trata o subitem anterior, as propostas serão ordenadas segundo o desempenho contratual prévio dos respectivos licitantes, **desde que haja sistema objetivo de avaliação instituído**;

7.11.3. Caso a regra do subitem anterior não solucione o empate, será dada preferência nesta ordem:

- a) aos serviços produzidos no país;
- b) aos serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.11.4. Caso a regra do subitem anterior não solucione o empate, será realizado sorteio.

7.12. Encerrada a fase de lances e eventuais desempates, será iniciada a fase de Julgamento da Proposta, conforme disposto neste Edital.

8. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Após o encerramento da fase de lances, a COMISSÃO iniciará a análise das PROPOSTAS DE PREÇOS, que foram recebidas na fase de lances na sessão pública realizada no dia e horário informados no subitem **2.1**, verificando sua compatibilidade quanto a exequibilidade e eventuais discrepâncias.

8.1.1. Conforme previsto no Art. 41 do Decreto nº. 7.581/2011, consideram-se inexecutáveis as



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a)** Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública; ou
- b)** Valor do orçamento estimado pela administração pública.

8.1.2. Ao licitante que apresentar proposta dentro da faixa de inexequibilidade, será conferida oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

8.1.2.1. Nessa hipótese, o licitante deverá demonstrar que o valor de sua proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários;

8.1.2.2. A análise da exequibilidade das propostas não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

8.1.3. Não sendo comprovada a exequibilidade das propostas com o envio de documentos, a COMISSÃO promoverá, se julgar pertinente e necessário, diligência de forma a conferir ao licitante nova oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

8.1.4. Não sendo comprovada a exequibilidade, as propostas serão desclassificadas, passando-se à análise e atribuição das Notas de Preço.

8.2. Concluída a verificação da conformidade das PROPOSTAS DE PREÇOS, a COMISSÃO solicitará à empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, que apresente Proposta de Preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, que deverá ser formulada com base no **item 05** do Termo de Referência (**Anexo I** deste Edital), a ser enviada no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após convocação do Presidente** e em conformidade com o melhor lance ofertado, com posterior “entrega” do original via Protocolo, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação das propostas.

8.2.1. O prazo constante do subitem **8.2** poderá ser prorrogado uma única vez, salvo justificativas aceitas pela COMISSÃO.

8.2.2. Todas as folhas da proposta deverão estar rubricadas pelo representante legal da licitante ou pela líder do consórcio e numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato;

8.2.3. A eventual falta e/ou duplicidade de numeração ou ainda de rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado ou por membro da COMISSÃO, quando da apresentação dos originais, nos termos do presente Edital.

8.2.4. A proposta de preços deve ser redigida em língua portuguesa, impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e seus anexos devidamente numeradas e rubricadas, com assinatura na última folha, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, constando como data o dia fixado para entrega dos envelopes à Comissão Especial de Licitação.

8.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:

8.3.1. Carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, assinada obrigatoriamente pelo representante legal da licitante, com preço global em Real, para os serviços e prazo de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

validade da proposta não inferior a **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data de que trata o **subitem 2.1** deste Edital (**Modelo Anexo XV**), identificando:

- a) Razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e e-mail da licitante;
- b) Dados bancários: Banco, Agência e Conta Corrente;
- c) O objeto e prazo de execução;
- d) Preço unitário e total em Reais, em algarismo e por extenso, indicando o mês base de referência (data de entrega das propostas);
- e) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa)** dias a contar da data de sua entrega (art. 64, § 3º, da Lei nº. 8.666/1993);
- f) Declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa, direta ou indireta, incidente na execução da obra.
 - a.1) a proposta deve conter declaração expressa de que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação;
 - a.2) apresentar preço global por todos os serviços/materiais solicitados, especificando-se também o preço unitário de cada um dos itens, conforme modelo e observações constantes no **Anexo VII**. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, Real (R\$), em algarismos e por extenso;
 - a.3.) em caso de divergência entre os valores parciais e totais constantes da proposta da licitante, prevalecerão:
 - i. Entre o preço global das planilhas orçamentária Sintética, para a Carta de apresentação da Proposta de Preços, prevalecerá o primeiro;
 - ii. Entre os valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
 - iii. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterado o preço unitário e a quantidade.
 - iv. No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas nas parcelas.
 - a.4) os preços acima referidos devem ser **completos**, computando todos os custos necessários para a prestação dos serviços objetos desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART ou RRT e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos;
 - a.5) constar na proposta de preço o nome completo da empresa, seu endereço, dados bancários (nome do Banco, agência, conta corrente), número do CNPJ, identificação e assinatura do responsável, em concordância com os dados informados na habilitação.

8.3.2. Planilha de Preços, conforme modelo **ANEXO VII**, que será elaborada com base nas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

informações contidas no orçamento da UFABC (**ANEXO V**), respeitando os mesmos serviços e quantitativos, sendo os preços unitários advindos das respectivas composições de custos de cada licitante, acrescidos do BDI e compondo o preço total. A coluna de custo total deverá ser obtida através da multiplicação dos valores da coluna custo unitário (que é formado através da somatória dos custos de material, mão de obra e equipamento) pela coluna quantidade de cada item; a somatória de todos os subtotais deverá ser acrescida do BDI para a formação do preço total do orçamento, ou seja, o valor da proposta, e será apresentada preenchida, contendo assinatura da licitante, de acordo com o modelo - **ANEXO VII**;

a) No caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas (curva A) não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as seguintes condições:

- i. Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles que representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou sejam considerados essenciais à funcionalidade do objeto; e
- ii. Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes.

b) Os valores de BDI não poderão ser superiores aos valores de referência apresentados como sugestão no Modelo de Composição do BDI – **ANEXO XIII**.

8.3.3. Composição da Taxa de Encargos Sociais para horistas e mensalistas, conforme modelo **Anexo XIV**.

8.3.4. Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI – adotada, conforme modelo **ANEXO XIII**. A Licitante poderá modificar a taxa de BDI, porém em nenhuma hipótese a Licitante poderá adotar um valor de BDI superior ao valor total sugerido pela UFABC, sob pena de desclassificação. Para a totalização do BDI, utilizar fórmula proposta pelo TCU apresentada no **ANEXO XIII**;

8.3.5. Cronograma físico-financeiro preliminar, conforme **Modelo Anexo VIII** deste Edital e utilizando-se como base o Cronograma Físico-Financeiro de referência (**ANEXO VI**), sendo que os prazos finais de cada serviço não podem ser ampliados.

8.3.6. Orçamento detalhado e planilha de cálculo do BDI, conforme modelo descrito no **Anexo XIII**, que deverá discriminar todos os serviços e materiais a serem executados, contendo os custos unitários de todos os itens (divididos em material, mão de obra e equipamentos), custo total e preço total final (preço total para execução do objeto da presente licitação acrescido de todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos), em concordância com a planilha demonstrativa do cálculo de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) conforme sugerido no **ANEXO XIII**;

8.4. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços e materiais que não correspondam às características específicas solicitadas, ou que estabeleçam vínculo com a Proposta de outra licitante.

8.5. Em caso de divergência entre os valores parciais e totais constantes da proposta da licitante, prevalecerão sempre os menores valores. Todos os valores descritos na proposta de preço serão aferidos e os cálculos serão refeitos com base no menor valor, a fim de garantir o menor preço total.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

8.6. Os preços acima referidos devem ser completos, computando todos os custos necessários para a prestação dos serviços objetos desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART ou RRT e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos.

8.7. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Termo de Referência e seus Anexos, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços e materiais que não correspondam às características específicas solicitadas, ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante.

8.8. O preço total máximo (preço global) que a UFABC admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação, no valor de **R\$ 1.288.858,42 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, quarenta e dois centavos)**, conforme previsto na Planilha de Preços (**ANEXO V**) e devidamente corrigido na forma presente no subitem **6.3**;

8.8.1. Não se admitirá propostas com custos e preços de cada item da curva A superiores aos contidos na Planilha de Preços da UFABC.

8.8.2. A Planilha estimativa de preços (**ANEXO V**), que define o valor de referência, constante no processo relativo à presente licitação, foi elaborada predominantemente com base nos preços da Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (data-base: **JANEIRO/2016**), **“com desoneração” para os itens Serviços Civis e Elétrica, Administração Local da Obra e Canteiro de Obras.**

8.8.2.1. Quando se verificou a inexistência de referências de preços na Tabela SINAPI ou SICRO, foi realizada a composição unitária de custos com base nas tabelas de composição de preços para orçamentos e/ou planilhas de composição de preços, públicas obedecendo a hierarquia dos órgãos das esferas Federal, Estadual (FDE, CPOS) e Municipal (SIURB).

8.8.2.2. Quando se verificou a inexistência de referências de preço na Tabela SINAPI e da opção descrita no **item 8.8.2.1**, utilizou-se a referência de preço através de cotações de mercado, utilizando-se a média de três orçamentos.

8.9. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras/serviços, desde que não se produzam prejuízos a eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação;

8.10. É de inteira responsabilidade da licitante, obter, dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para a execução do objeto desta licitação, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas;

8.11. Conforme previsto no Termo de Referência (**Anexo I**) e na Minuta de Contrato (**Anexo XVIII**), os preços ofertados serão reajustados de acordo com o item 24 do Termo de Referência.

8.12. Valor do BDI não deve ser destacado a parte na Proposta Final, mas no valor total desta deverá estar incluído o valor do BDI, devendo ser apresentado o cálculo do BDI em documento separado, conforme Modelo **Anexo XIII**;

8.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

8.14. A COMISSÃO poderá solicitar apresentação do Orçamento detalhado e demais planilhas citadas acima também na versão digital, formato Excel 2010, em mídia eletrônica (CD Rom / DVD), em conjunto com a proposta de preços da licitante ou no decorrer da sessão pública.

a) Deverão ser utilizadas as planilhas modelos fornecidas pela UFABC, sendo vedada sua alteração, sob pena de desclassificação da proposta.

b) Por alteração entende-se a alternância de linhas, bem como a inclusão ou exclusão de linhas e/ou colunas e quantitativos.

8.15. Recebida a Proposta de Preços, a COMISSÃO verificará a conformidade do preço global da proposta ajustada em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação, sua conformidade com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo a desclassificação daquela que:

a) Contenha vícios insanáveis;

b) Não obedeça às especificações técnicas descritas no instrumento convocatório;

c) Apresente preços manifestamente inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela UFABC;

e) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanáveis;

f) Apresente qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

g) Apresente preço superior ao valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, exceto se apresentar relatório técnico circunstanciado, solicitado pela COMISSÃO e aprovado pela UFABC.

g.1) Caso seja solicitado o relatório, a Comissão indicará as etapas que estão com preços superiores, informando os valores em percentual aproximado, conforme prevê o Art. 26 da Lei nº. 12.462/2011.

g.2) A licitante poderá apresentar relatório circunstanciado ou reduzir o preço da etapa com reflexo no seu preço global. Não sendo acatadas as justificativas, a proposta será desclassificada por apresentar preços superiores ao estimado pela UFABC para determinada etapa do empreendimento;

g.3) O relatório técnico circunstanciado deverá ser feito em duas partes, de modo a contemplar tanto o desbordamento dos custos unitários (diretos) quanto o das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) em relação aos respectivos valores estabelecidos no orçamento-base.

8.15.1. Caso o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro permaneçam acima do orçamento base elaborados pela UFABC, e o relatório técnico circunstanciado não seja acatado pela COMISSÃO, haverá negociação com o licitante para adequar seus preços unitários aos preços correspondentes do orçamento base, elaborado pela UFABC, ajustando deste modo também o valor global da proposta, sob pena de desclassificação.

8.15.1.1. Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

quando a PROPOSTA DE PREÇOS do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada por permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado.

8.16. Se for o caso, a COMISSÃO promoverá diligência de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

8.16.1. O licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários;

8.16.2. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

8.17. Caso a empresa melhor classificada não apresente a Proposta de Preços na forma prevista no **subitem 8.3**, ou apresente-a em desacordo com o Edital, ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a COMISSÃO desclassificará a proposta da empresa melhor classificada e examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, observado o prazo previsto no **subitem 8.2** deste Edital, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital. Também nessa etapa o Presidente da COMISSÃO poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.18. Atendidas as exigências do Edital, a proposta melhor classificada será aceita e será aberto prazo para registro da intenção de recurso;

8.18.1. O Presidente assegurará prazo de até 20 (vinte) minutos para que os interessados possam registrar sua intenção de recurso através de funcionalidade disponível no Portal de Compras Governamentais;

8.18.2. Findo esse prazo, o Presidente seguirá com a fase de habilitação das propostas.

9. DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Sendo aceita a proposta que apresente a melhor Proposta (Menor Preço), o Presidente solicitará para a empresa melhor classificada que apresente, no prazo máximo de 03 (três) horas, por meio de mensagem eletrônica (cel@ufabc.edu.br) ou através de funcionalidade disponível no Portal de Compras Governamentais, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste Edital e seus Anexos, contendo as seguintes indicações no seu conjunto:

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RDC ELETRÔNICO N° 01/2016
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ N° ou documento equivalente

9.2. O conjunto dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:

a) Carta de Apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal da licitante, ou pela líder do consórcio, com as seguintes informações:

- a.1) relação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- a.2) prazo de validade das propostas de 90 (noventa) dias;
- a.3) credenciamento do Representante Legal para assinatura do contrato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

a.4) declaração da licitante de que seus diretores responsáveis legais ou técnicos; membros do conselho técnico consultivo, deliberativo ou administrativo; ou sócios, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado da UFABC, e de que a licitante não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no subitem **4.2** do Edital.

b) Compromisso de constituição do consórcio, conforme indicado no subitem **4.1** deste Edital, **se for o caso**;

c) Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

d) Comprovação do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por meio do contrato ou estatuto social, devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro(s) documento(s) expedido(s) por órgão oficial, **se for o caso**;

9.3. A comprovação do atendimento das exigências habilitatórias de que tratam os artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei nº 8.666/93, sendo exigida a apresentação de documentos que comprovem:

9.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores;
- c) inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, com indicação das pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, seus poderes e atribuições;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da licitante, Justiça Comum, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a menos de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua apresentação;
- b) balanço do último exercício, que evidencie os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1,00 (um inteiro);
- c) comprovação de que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta de preços após a fase de lances;
 - i. em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para a licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;
 - ii. o acréscimo mencionado na sublinha anterior não será exigido para os consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte assim definidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

9.3.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou do Distrito Federal ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, ou do Distrito Federal, compreendendo os seguintes documentos:
 - i. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante;
 - ii. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
 - iii. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.
- d) Certidão Negativa de Débito, ou Certidão positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), da sede da licitante;
- e) Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF, da sede da licitante;
- f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida através de consulta ao sítio oficial do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

9.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.4.1. A LICITANTE deverá apresentar, no mínimo, a equipe abaixo discriminada. Estes custos deverão estar incluídos nos preços de contrato no item “Administração local da obra”.

9.3.4.1.1. Um Coordenador de Obras e Projetos, Engenheiro Civil, com experiência mínima de 10 (dez) anos em obras compatíveis;

9.3.4.1.2. Um Supervisor de Obras, Projetos, Planejamento, Custos e Medições, Engenheiro Civil, **em tempo integral**, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis;

9.3.4.1.3. Um Supervisor de Instalações Elétricas, Engenheiro Eletricista, **em tempo integral**, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis;

9.3.4.1.4. Um Supervisor de Segurança do Trabalho, Engenheiro, Arquiteto ou Tecnólogo em Construção Civil, especializados em Segurança do Trabalho, **em tempo integral**, ou, a critério da FISCALIZAÇÃO, um Técnico em Segurança do Trabalho, **em tempo integral**. Profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis.

9.3.4.2. Prova de inscrição ou registro da **LICITANTE e dos seus** Responsáveis



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da **LICITANTE**.

9.3.4.2.1. No caso de a empresa **LICITANTE** ou o responsável técnico não estarem registrados ou inscritos no CREA do Estado de São Paulo, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

9.3.4.2.2. Para comprovação do registro que trata o **subitem 9.3.4.2**, a empresa deverá apresentar cópia dos registros e das respectivas comprovações de quitação, para pleno e regular exercício da profissão.

9.3.4.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação dos seguintes documento(utilizar o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs – **ANEXO XVI**):

9.3.4.3.1. Quanto à **capacitação técnica-profissional**: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA/CAU da região pertinente, em nome dos responsáveis técnicos descritos **nos itens 9.3.4.1.1, 9.3.4.1.2 e 9.3.4.1.3**, comprovando a execução de obra/serviços de características técnicas similares, em edifícios públicos ou privados, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são os seguintes:

- a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos;
- b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;
- c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos;
- d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000 m²;
- e. Execução de instalação de extintores de incêndio;
- f. Execução de sistema de sinalização de emergência;
- g. Execução de portas corta-fogo e emergência;
- h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros;
- i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática da rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv.

9.3.4.3.1.1. As características exigidas nas alíneas “a” até “i” não precisam constar simultaneamente em uma mesma obra ou atestado.

9.3.4.3.1.2. Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional, desde que atendido o subitem **9.3.4.1**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

9.3.4.3.1.3. Os responsáveis técnicos descritos no **Anexo II** deverão atender no mínimo 3 (três) das alíneas “a” até “i”, devendo ser utilizado o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs, conforme Modelo **ANEXO XVI**.

9.3.4.3.1.4. Os responsáveis técnicos descritos no item **9.3.4.1.1** deverá atender no mínimo 3 (três) das alíneas “a” até “i”.

9.3.4.3.2. Declaração de que os responsáveis técnicos descritos nos itens **9.3.4.1.1 ao 9.3.4.1.4** serão responsáveis pela execução da obra objeto do Termo de Referência, com informação do respectivo nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo constante no **ANEXO II**. Este profissional deverá participar das obras e serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência **equivalente ou superior**, desde que aprovada pela **CONTRATANTE**.

9.3.4.3.3. A comprovação do vínculo (empregatício) dos profissionais acima referidos poderá ser feita através de um dos seguintes documentos:

- a. Ficha de Registro do Empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho;
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do(s) profissional(is);
- c. Contrato Social ou último aditivo, se houver;
- d. Ata da Assembléia referente à sua investidura no cargo;
- e. Contrato de prestação de serviços;
- f. Declaração assinada pelo Profissional a ser indicado como Responsável Técnico, comprometendo-se que, caso a empresa venha sagrar-se vencedora do certame, responderá como Responsável Técnico do Contrato, firmando vínculo profissional com a empresa através de uma das formas acima indicadas.

9.3.4.3.4. Comprovação da **capacidade técnica operacional** da **LICITANTE** será feita por meio da apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica-operacional, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que a **LICITANTE** tenha executado obra/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica são:

- a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos;
- b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;
- c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000 m²;
- e. Execução de instalação de extintores de incêndio;
- f. Execução de sistema de sinalização de emergência;
- g. Execução de portas corta-fogo e emergência;
- h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros;
- i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática de rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv.

9.3.4.3.4.1. Serão considerados todos os atestados em que conste a **LICITANTE** como **CONTRATADA** única, bem como os decorrentes de subcontratação ou cessão, se formalmente autorizadas pelo **CONTRATANTE**, devidamente comprovado através de documentação pertinente. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria **LICITANTE**. **Deverá ser utilizado o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATS, conforme Modelo ANEXO XVI.**

9.3.4.3.4.2. Nos atestados em que a **LICITANTE** conste como consorciada, serão considerados, para fim de atestação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, as quantidades definidas como executadas única e exclusivamente pela **LICITANTE** ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pela **LICITANTE**, na documentação, o atestado não será considerado.

9.3.4.3.4.3. Os atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) para comprovação da aptidão Técnico-Operacional somente serão aceitas se estiverem em nome da **LICITANTE**, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação/aquisição integral, ficando vedada qualquer forma disfarçada que traga embutida em si o objetivo de capacitar a **LICITANTE** a participar e ser habilitada na licitação, tais como: aumento de capital com a utilização de acervo técnico pertencente à empresa que esteja em situação jurídico-financeira que a impossibilite de participar diretamente do certame. Nesses casos deverão ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial no que se referirem ao acervo técnico, e que deverão ser consideradas na presente licitação. A não apresentação ou omissão de toda a documentação necessária para a análise das propostas será motivo de inabilitação da **LICITANTE**, pois não poderá ser incorporada posteriormente.

9.3.4.3.4.4. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, para comprovação da aptidão Técnico-Operacional da **LICITANTE**, cessão de tecnologia ou instrumentos de natureza similar entre a **LICITANTE** e terceiros, mesmo que esses sejam pertencentes a um mesmo grupo econômico, ou cujo(s) Responsável(eis) Técnico(s) sejam os mesmos da **LICITANTE**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

9.3.4.3.4.5. A Licitante deverá apresentar os Atestados e Certidões de Acervo Técnico (CAT) de maneira organizada, precedida de uma tabela apontando os itens solicitados (itens 9.3.4.3.1 e 9.3.4.3.4); dos profissionais que deverão possuir atestados (itens 9.3.4.1.1. ao 9.3.4.1.3.); referenciando os Atestados e numeração dos CATs. Os serviços correspondentes em cada atestado deverão estar grifados em amarelo (utilizar o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs – **ANEXO XVI**)

9.3.4.3.5. Termo de Vistoria (**ANEXO III**) emitido por ocasião da vistoria ao local das instalações, conforme previsto no **item 4** do Termo de Referência (**Anexo I**), emitido por responsável habilitado da Universidade que demonstra que a **LICITANTE** está ciente de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações.

9.3.4.3.6. A Licitante deverá encaminhar na Habilitação a Declaração de que a licitante tem ciência da existência da Legislação Brasileira Sobre Meio Ambiente, comprometendo-se a adequar seus procedimentos às exigências dos órgãos que regulamentam a matéria, assumindo, a responsabilidade, sem ônus para a UFABC, por danos motivados pelo não cumprimento às normas vigentes, nos termos do modelo - **ANEXO IV**.

9.3.5. A validade das certidões relativas à comprovação da Qualificação Econômico-Financeira e da Regularidade Fiscal, exigidas nos **subitens 9.3.2 e 9.3.3**, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a UFABC convencionou o prazo como sendo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente;

9.3.5.1. Caso alguma Certidão seja POSITIVA, a mesma somente será aceita, para efeito de habilitação, se contiver expressamente declaração passada pelo emitente do documento, que a licitante tomou as medidas legais de praxe e obteve o efeito NEGATIVO, nos termos do Código Tributário Nacional;

9.3.5.2. Sendo ou não contribuinte, a licitante fica obrigada a apresentar as certidões, relacionados no subitem **9.3.3**, deste Edital.

9.3.6. Para empresa com enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa, a comprovação de regularidade fiscal será exigida, observando os seguintes procedimentos:

a) caso não esteja inscrita no SICAF ou com cadastro/documentação vencida, deverá apresentar toda documentação exigida no subitem **9.3** deste Edital, mesmo que a documentação apresente alguma restrição;

b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá no momento que a proponente for declarada classificada em primeiro lugar (vencedora), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;

c) a não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea "**b**" deste subitem implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Regulamento, sendo facultado à UFABC convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para assinatura do contrato nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

9.3.7. Em quaisquer das situações estabelecidas no subitem **9.3** deste Edital, caso alguma certidão esteja com prazo vencido, a COMISSÃO poderá fazer consulta por meio eletrônico (INTERNET), para comprovação dessa regularidade, podendo, ainda, a licitante apresentar cópia autenticada desses documentos, na sessão pertinente.

9.3.8. As empresas estrangeiras deverão apresentar os documentos dispostos nas alíneas **“a”**, **“c”** e **“d”** do subitem **9.2** deste Edital, e, ainda:

9.3.8.1. Comprovação de regular existência legal, mediante documento hábil do país de origem da licitante, correlato a ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3.8.2. Certidão expedida pelo órgão oficial da sede da licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias em relação a data constante no subitem **2.1** deste Edital, atestando que a empresa estrangeira não se encontra em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou outro instituto assemelhado que possa de qualquer forma comprometer o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação;

9.3.8.3. Declaração passada por autoridade competente de seu país de origem (da sede da licitante), de que a licitante não é devedora de tributos ou as certidões correspondentes;

9.3.8.4. A empresa estrangeira que não funciona no Brasil deverá apresentar documento comprobatório de representação no país, pessoa física ou jurídica, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por atos decorrentes da presente licitação, inclusive firmar documentos inerentes a esta licitação;

9.3.8.5. A empresa estrangeira deverá apresentar documentos comprobatórios de atendimento do subitem **4.1** deste Edital;

9.3.8.6. Qualificação econômico-financeira

9.3.8.6.1. Comprovação de que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta de preços após a fase de lances.

9.3.8.6.2. Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para a licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

9.3.8.7. Toda documentação apresentada por empresa estrangeira deverá ser traduzida por tradutor juramentado para o português. Se apresentada em português, obrigatoriamente, deverá estar autenticada por embaixada ou consulado brasileiro instalado no país de origem do documento, exceto daquele de origem brasileira;

9.3.8.8. Para a comprovação da habilitação, a licitante estrangeira deverá apresentar documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras, devidamente documentados no CREA e/ou CAU de acordo com a Resolução CONFEA Nº 444, de 14 de abril de 2000.

9.4. Recebidos OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a COMISSÃO procederá o que se segue:

9.4.1. No caso de empresas inscritas junto ao SICAF:

9.4.1.1. Consulta *“on line”*, por meio do CNPJ, da Regularidade Fiscal e Qualificação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

Econômico-Financeira da licitante detentora da proposta melhor classificada, no SICAF, podendo inclusive, fazer a consulta a outras dependências da UFABC, via fax ou correio eletrônico, no caso do Sistema apresentar alguma falha;

a) na hipótese de alguma certidão do SICAF estar com prazo vencido, a COMISSÃO poderá fazer consulta por meio eletrônico (INTERNET), para comprovação dessa regularidade, podendo, ainda, a licitante apresentar cópia desse documento;

b) caso a licitante não esteja com sua Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira válidas perante o SICAF, e apresente cópia do Recibo de Solicitação de Serviço entregue à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, na sessão pertinente, nos termos do art. 37 da Instrução Normativa nº 2, de 11/10/2010, a COMISSÃO suspenderá a sessão para diligência junto à SLTI;

9.4.1.2. Consulta “*on line*”, por meio do CNPJ, da Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

9.4.1.3. Consulta “*on line*”, por meio do CNPJ, de eventuais ocorrências registradas junto aos seguintes cadastros:

a) Portal de Transparência do Governo Federal, para consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Portal do Tribunal de Contas da União, para consulta ao cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON;

c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, para consulta ao registro de ocorrências junto ao SICAF;

d) Conselho Nacional de Justiça, para consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa; e

e) Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, para consulta de eventuais registros de créditos não quitados com o setor público federal.

9.4.1.4. Análise dos demais documentos de habilitação solicitados neste Edital.

9.4.2. No caso de empresas não inscritas junto ao SICAF:

9.4.2.1. Análise de todos os documentos de habilitação solicitados neste Edital;

9.4.2.2. Consulta “*on line*”, por meio do CNPJ, da Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

9.4.2.3. Consulta “*on line*”, por meio do CNPJ, de eventuais ocorrências registradas junto aos seguintes cadastros:

a) Portal de Transparência do Governo Federal, para consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- b) Portal do Tribunal de Contas da União, para consulta ao cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON;
- c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, para consulta ao registro de ocorrências junto ao SICAF ;
- d) Conselho Nacional de Justiça, para consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa; e
- e) Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, para consulta de eventuais registros de créditos não quitados com o setor público federal.

9.5. Atendendo às exigências deste Edital, a empresa será considerada HABILITADA, sendo aberto prazo para registro da intenção de recurso.

9.6. Se a melhor proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a COMISSÃO examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital. Também nessa etapa o Presidente da COMISSÃO poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

9.7. Atendidas às exigências de habilitação previstas neste Edital, a empresa será considerada HABILITADA, sendo aberto prazo para registro da intenção de recurso.

9.7.1. O Presidente assegurará prazo de até 20 (vinte) minutos para que os interessados possam registrar sua intenção de recurso;

9.7.2. Findo esse prazo, o Presidente seguirá com o encerramento da sessão pública.

9.8. Após habilitação da proposta o Presidente do RDC solicitará à empresa com proposta habilitada que envie, no prazo de até 03 (três) dias, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS, a serem apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, desde que perfeitamente legíveis;

9.8.1. Os documentos de habilitação e Propostas (Técnica e de Preço) originais devem ser encaminhados para a unidade Administrativa da UFABC, situada à **Avenida dos Estados, 5001, Bloco A, Torre 1, 2º andar, Bairro Santa Terezinha, Santo André – SP. CEP 09210-580. A/C Comissão Especial de Licitação;**

9.8.2. Quando os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO forem apresentados em fotocópia, sem autenticação passada por cartório competente, a licitante deverá apresentar os originais, no horário requerido pela COMISSÃO que os autenticará, se for o caso;

9.8.3. A falta de data ou assinatura nas declarações elaboradas pela própria licitante e na proposta poderá ser igualmente suprida pelo Representante Legal presente na sessão de recebimento dos documentos originais, se comprovadamente possuir poderes para esse fim.

9.9. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) a vencedora(s) do certame e, não havendo interposição de recurso, a COMISSÃO encaminhará o processo à Autoridade Competente, que deliberará acerca da adjudicação do objeto à(s) vencedora(s), bem como quanto a homologação da licitação, procedendo, posteriormente, a remessa dos autos ao órgão requisitante/interessado, para que seja o adjudicatário convocado a assinar o contrato;

9.10. Após a homologação da licitação, para fins de celebração do contrato e com vistas ao atendimento ao disposto no inciso III do Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a UFABC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

consultará a situação da empresa junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN.

9.11. No caso de ocorrer atraso na entrega dos documentos exigidos neste edital, sem as justificativas aceitas pela COMISSÃO, ou na hipótese de apresentação daqueles em desacordo com as especificações previstas neste Edital, a licitante estará sujeita às sanções dispostas no **item 20** deste Edital, podendo ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios, e realizada a negociação, ser convocada para celebração do contrato;

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

10.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados, preferencialmente, via e-mail, cel@ufabc.edu.br, ou por correspondência dirigida a COMISSÃO, na Coordenação Geral de Suprimentos e Aquisições, localizada no Prédio da Administração da UFABC, situada à **Avenida dos Estados, 5001, Bloco A, Torre 1, 2º andar, Bairro Santa Terezinha, Santo André – SP. CEP 09210-580.**, ou pelo fac-símile (11) 3356-7554, no horário comercial, de 2ª a 6ª feira, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da licitação. Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os adquirentes do Edital e disponibilizados no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) e na página da UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>).

10.2. A impugnação do Edital e de seus Anexos, deverá ser dirigida à Autoridade que assinou o Edital e protocolada no Protocolo da UFABC, localizada no endereço indicado no subitem precedente, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 12h e das 14h às 16h30, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da licitação.

10.2.1. Apresentada a impugnação a mesma será respondida à interessada, dando-se ciência aos demais adquirentes do Edital, de forma idêntica ao previsto no **subitem 10.1**, sempre antes da abertura da sessão pública, indicada no **subitem 2.1.2**;

10.2.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, registrar sua PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS no Portal de Compras Governamentais, até a data, hora e local fixados no subitem **2.1** deste Edital.

10.3. A licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá **manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, com registro em ata pela COMISSÃO**, sob pena de preclusão;

10.4. Divulgada a decisão da COMISSÃO, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata;

10.4.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o subitem **10.4**;

10.4.2. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4.3. O recurso deverá ser interposto a COMISSÃO e registrado através de funcionalidade disponível no Portal de Compras Governamentais;

10.4.3.1. Caso haja necessidade de complementar as razões e/ou contrarrazões do recurso com documentos auxiliares (documentos, fotos, planilhas, etc), os recorrentes deverão registrar suas razões e/ou contrarrazões no Portal de Compras Governamentais



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

e mencionar no corpo de suas razões, que encaminhará os anexos por mensagem eletrônica e/ou fax, devendo ser os anexos enviados dentro do prazo legal recursal para o e-mail cel@ufabc.edu.br ou o fax (11) 3356-7554;

10.4.3.2. Havendo indisponibilidade do sistema do Portal de Compras Governamentais o recurso poderá ser interposto via mensagem eletrônica para o e-mail cel@ufabc.edu.br ou através de fax (11) 3356-7554, dentro do prazo regulamentar, desde que a licitante apresente o respectivo original, no Protocolo da UFABC, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias corridos da data do término do prazo recursal¹;

10.4.3.3. As razões do recurso deverão ser dirigidas ao Pró-reitor de Administração, por intermédio da COMISSÃO, que poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso àquela autoridade, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade;

10.4.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.4.5. Os recursos não terão efeito suspensivo;

10.4.6. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

10.5. A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não serão conhecidos;

10.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

10.6.1. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da UFABC.

11. DO ENCERRAMENTO

11.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, a UFABC poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

11.2. Exaurida a negociação o procedimento licitatório será encerrado e, não havendo interposição de recurso, será Adjudicado pela Comissão e encaminhado ao Sr. Pró-reitor de Administração, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supráveis;

b) Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;

c) Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou

d) Homologar a licitação em ato único e encaminhar os autos ao órgão requisitante/interessado para que esse convoque o adjudicatário para assinatura do contrato.

11.3. Na hipótese de interposição de recurso, o procedimento licitatório será encaminhado ao Pró-

¹ Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

reitor de Administração, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b) Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- c) Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- d) Adjudicar e Homologar a licitação em ato único e encaminhar os autos ao órgão requisitante/interessado para que esse convoque o adjudicatário para assinatura do contrato.

11.4. Encerrada a licitação, a COMISSÃO divulgará no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) a ata da sessão pública, os atos de adjudicação do objeto, os atos de homologação do certame, bem como os valores do orçamento previamente estimado para a contratação.

12. DO PRAZO CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial da União, podendo ser estendido por mútuo acordo, em conformidade com o art. 57, da Lei nº. 8.666/1993;

12.1.1. O prazo de execução dos serviços será de **6 (seis) meses**, ou por prazo menor até a conclusão da obra, com o devido ateste pela FISCALIZAÇÃO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;

12.1.2. A expedição da Ordem de Serviço Inicial somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União e a entrega da garantia de cumprimento do contrato.

12.2. A eventual prorrogação do prazo previsto no subitem **12.1** somente será admitida nas condições estabelecidas no parágrafo 1º, incisos I a VI do art. 57 da Lei 8.666/93;

13. DOS PAGAMENTOS

13.1. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação à UFABC dos documentos hábeis de cobrança, nos termos e condições estabelecidas no Termo de Referência (**Anexo I**) e na Minuta do Contrato (**Anexo XVIII**) deste Edital.

14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

14.1. Os preços ofertados serão reajustados, conforme definido no item 24 do Termo de Referência (**Anexo I**) e na **Cláusula Décima Segunda da** Minuta de Contrato (**Anexo XVIII**)

15. DA FONTE DE RECURSOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios da UFABC, conforme rubricas abaixo:

PTRES: 108716;

Fonte: 0112;

Natureza de Despesa: 4.4.9.0.51-91;

Plano Interno: VOBS0N41S2N; e



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

Pré-empenho: 2016PE420815.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão previstas no Termo de Referência (**ANEXO I**), na Minuta de Contrato (**ANEXO XVIII**) e nos dispositivos legais.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. Será exigida da ADJUDUCATÁRIA a prestação de garantia, como condição para a publicação do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento), do seu valor global (importância segurada), com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do contrato, numa das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia; ou
- c) Fiança Bancária :

17.1.1. A Garantia que trata o **subitem 17.1** deverá ser providenciada e entregue à UFABC no prazo de até **10 (dez) dias** úteis contados da assinatura do Contrato.

17.1.2. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da CONTRATANTE, sendo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação da garantia autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1.3. O descumprimento do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

17.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 82 do Decreto nº. 93.872/1986;

17.3. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, em conformidade com o inciso I do artigo 828.

17.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante todo o período da execução do Contrato vencendo, no **mínimo, 03 (três) meses após** o término da vigência contratual, sendo renovada, tempestivamente, no caso de cada prorrogação, e havendo também alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

17.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- b) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

17.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior.

17.8. A garantia prestada somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas trabalhistas decorrentes da contratação, assim como possíveis valores devidos à CONTRATANTE, sendo que a garantia será retida e o prazo estendido em caso de expectativa de sinistro. A garantia será considerada extinta:

I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - após 03 (três) meses do término da vigência contratual, que poderá ser estendido em caso de expectativa de sinistro.

17.9. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE.

17.10. Caso o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive para pagamento de multa que tenha sido aplicada à CONTRATADA e indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

17.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.12. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA..

18. DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. A adjudicatária terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após formalmente convidada, para assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo do **ANEXO XVIII** deste Edital;

18.1.1. O prazo de que trata o subitem **18.1** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela UFABC.

18.2. Se a adjudicatária não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no subitem precedente, estará sujeita às penalidades previstas neste Edital;

18.3. Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Licitante Adjudicatária, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido;

18.4. É facultado à UFABC, quando a licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não apresentar a garantia de execução do contrato, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:

18.4.1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no Art. 47 da Lei 12.462/2011 e neste edital;

18.4.2. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pela licitante vencedora.

18.4.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem **18.4.2**, a UFABC poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertada por estes, **desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos deste Edital.**

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Sem prejuízo das suas obrigações e responsabilidades contratuais e legais, será admitida em parte a subcontratação do objeto licitado se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, devendo a empresa indicada pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, **apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira, complementar e a qualificação técnica necessária, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constem funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no órgão contratante, nos termos previstos neste Edital.**

19.1.1. A Contratada poderá subcontratar o percentual de até 50% das atividades relacionadas ao cumprimento do objeto.

19.1.2. As empresas subcontratadas para a execução dos serviços especializados deverão estar devidamente inscritas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), com habilitação compatível com a função que será desempenhada. Em caso de subcontratação de profissionais autônomos, estes deverão apresentar certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pela licitante.

19.1.3. A execução de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser atribuída a profissionais ou empresas de engenharia, devidamente registrados no CREA e com qualificação técnica compatível com o item que pretenda executar.

19.1.4. Qualquer subcontratação deverá ser previamente autorizada pela Coordenação da Obra que possui a prerrogativa de não aceitar a subcontratação mediante justificativa.

19.1.5. Somente será permitida a SUBCONTRATAÇÃO de qualquer um dos serviços que se prestou para a comprovação de capacitação técnico-profissional e técnico-operacional da empresa licitante, caso a(s) subcontratada(s) comprove(m) possuir os mesmos atestados de qualificação técnica específicos da área, exigidas da contratada e condicionada à autorização da UFABC.

19.1.6. A Contratada poderá requerer o pagamento direto às subcontratadas em atendimento aos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº. 123/2006;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

19.1.7. A subcontratação é destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

19.1.8. A subcontratação de que trata esta cláusula não exclui a responsabilidade do contratado perante à UFABC quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

19.2. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela UFABC.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 12.462/2011, o licitante/adjudicatário que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do Art. 40 e no Art. 41 da Lei n. 12.462/2011;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de:
 - a.1) 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato;
 - a.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, no caso de a licitante vencedora não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;
 - a.3) O descumprimento do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- b) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, pelo mesmo prazo.

20.3. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/1993, aplicam-se a esta licitação e ao contrato decorrente.

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 12.462/2011, e subsidiariamente na Lei n. 9.784/1999.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência (**Anexo I**) e na Minuta de Contrato (**Anexo XVIII**).

20.9. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da notificação.

20.10. Se a multa não for paga será deduzida da garantia prevista neste Edital, caso já prestada, ou será inscrita em Dívida Ativa e cobrada administrativamente e/ou judicialmente.

21. DA VISTORIA AO LOCAL DAS INSTALAÇÕES

21.1. Considerando que se trata de uma obra inserida em um espaço urbanizado, onde as áreas vizinhas estão ocupadas por atividades diversas, considerando que a vistoria técnica é imprescindível para uma boa contratação; considerando que a vistoria tem como objetivo a análise do local onde serão prestados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas licitantes; considerando que com a vistoria as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste certame; as empresas interessadas em participar do processo licitatório **deverão obrigatoriamente visitar o local da obra**, localizada na Campus São Bernardo do Campo da UFABC, R. Arcturus, 03, CEP 09606-070, em São Bernardo do Campo, SP, para que tenham conhecimento necessário para elaboração das propostas. As despesas decorrentes da respectiva visita correrão por conta própria do interessado.

21.2. A visita **não será realizada de forma coletiva** e deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através do telefone (11) 2320.6062. Será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela **CONTRATANTE**, no local da obra, no horário de 8:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas. A vistoria deverá ser realizada com antecedência mínima de 24 horas da abertura da licitação.

21.3. A vistoria deverá ser realizada por profissional devidamente qualificado de nível superior e com registro no CREA/CAU. Deverá ser formalmente designado pela proponente, mediante documento escrito em papel timbrado da empresa que deverá ser apresentado à **CONTRATANTE** por ocasião da visita.

21.4. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria. Solicita-se que o representante da empresa esteja com vestimenta adequada para a vistoria, munido de bota e capacete.

21.5. Caso a vistoria seja realizada pelo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar o mesmo documento especificado no item anterior.

21.6. É vedada a realização de visita técnica por um mesmo representante para diferentes **LICITANTES**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

21.7. A **CONTRATANTE** emitirá o Termo de Vistoria (**ANEXO III**) por responsável habilitado da Universidade que demonstra que a **LICITANTE** está ciente de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Lavrar-se-á ata das sessões realizadas, a ser divulgada no Portal de Compras Governamentais após o encerramento da sessão pública.

22.1.1. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, da(s) vencedora(s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), **se for o caso**;

22.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação;

22.1.3. Após encerramento da sessão pública, a ata, assim como os demais documentos originados no Portal de Compras Governamentais, serão impressos e juntados aos autos;

22.1.3.1. A ata será lida e assinada por todos os membros da COMISSÃO.

22.2. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

22.2.1. No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

22.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis;

22.4. A UFABC reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar "*sine die*" ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza;

22.5. É facultado à COMISSÃO, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo;

22.6. Quaisquer informações, com relação a este Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas através do Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), no site da UFABC: <http://www.ufabc.edu.br> ou por meio do endereço eletrônico cel@ufabc.edu.br.

22.7. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizadas no Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) e, no que couber, no site da UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>);

22.8. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal da UFABC, revalidar, por igual período, o



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório;

22.9. O CONTRATADO deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo;

22.10. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta licitação, a empresa licitante deve se subordinar ao foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, Subseção Judiciária de Santo André, com exclusão de qualquer outro.

Santo André, 25 de abril de 2016.

JOSÉ CARLOS DUGO

Presidente da Comissão Especial de Licitação
Portaria UFABC nº. 105, publicada no DOU de 19/04/2016

RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCAMINHEM O TERMO DE RETIRADA DO EDITAL À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, ATRAVÉS DO E-MAIL cel@ufabc.edu.br PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO. RESSALTAMOS, AINDA, QUE TODAS AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS A ESTA LICITAÇÃO SERÃO DIVULGADAS NO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC, NO ENDEREÇO: <http://ufabc.edu.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de construção civil para **ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS, EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARA A OBTENÇÃO DO AVCB DO CAMPUS SÃO BERNARDO DO CAMPO** da Universidade Federal do ABC – UFABC mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, pelo critério de julgamento do menor preço total, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e demais **ANEXOS**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC (**CONTRATANTE**) é uma das primeiras universidades federais brasileiras inauguradas no século XXI. Criada com forte potencial para a inovação e a diversificação, propondo uma estrutura com flexibilidade acadêmica e curricular e com altos padrões de qualidade. Sua implantação dá-se através do conceito *multicampi*, conforme a Lei 11.145 de 26 de julho de 2005, possibilitando o estabelecimento da UFABC em toda a região do ABC paulista.

2.2. A criação do Campus da UFABC de São Bernardo do Campo teve início em 2007 com a aquisição de um terreno com área de 120.349,73 m², na marginal esquerda da Via Anchieta, altura do km 17.

2.3. A primeira fase para a implantação do Campus de São Bernardo do Campo, no final de 2009, a UFABC contou com a elaboração do projeto arquitetônico pelo escritório Benno Perelmutter Arquitetura e Planejamento, que venceu a concorrência do tipo técnica e preço de nº 001/2008. O objetivo principal continua sendo o atendimento da demanda da região devido a reduzida presença de instituições públicas de ensino superior.

2.4. Na segunda fase da implantação deste Campus a UFABC contou com ampliação, através da construção dos blocos Alfa 2 e Zeta, projeto e obra que foram licitados no final de 2011. Atualmente o projeto aprovado para o campus da UFABC de São Bernardo do Campo prevê uma área total construída equivalente a 37.553,55 m².

2.5. Foi contratado o desenvolvimento de projeto completo para a construção de duas Áreas de Convivência, a construção de um Hangar, a Transposição da Faixa da Petrobrás (TFP), a construção de um reservatório enterrado, de uma subestação, de uma fossa séptica e de paisagismo complementar de toda área pós faixa da Petrobrás. A ampliação está situada no terreno acima mencionado, incluído as conexões com as redes de infraestrutura existentes, totalizando um acréscimo de aproximadamente 4.826,00 m².

2.6. Está prevista a contratação de desenvolvimento de projeto completo para o conjunto de Blocos Lambda e toda a infraestrutura necessária para a implantação destes edifícios, situado no terreno mencionado acima, incluindo as conexões com as redes de infraestrutura existentes totalizando um acréscimo de aproximadamente 28.200,00 m² de área a ser construída

2.7. Dessa forma, o Campus São Bernardo do Campo da UFABC, quando concluído, será composto por um conjunto de edifícios descritos no quadro a seguir:

Bloco / Descrição	Área de construção
Bloco ALFA (construído) - Edifício Acadêmico contendo em seus 04 pavimentos: 06 Salas de Aula com 40 lugares, 06 Salas de Aula com 90 lugares, 06 Laboratórios Didáticos (sendo 03 úmidos e 03 secos), 03 laboratórios de informática, 02 salas de estudos, sala multiusuário de professores e Áreas Administrativas.	3.846,87 m ²
Bloco BETA (construído) - Bloco Cultural e Administrativo com 03 pavimentos, que abrigará 04 anfiteatros com 119 lugares cada, 01 auditório para 400. Será também	4.279,00 m ²



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

composto por biblioteca com capacidade de abrigar cerca de 70 mil títulos, videoteca, mapoteca, hemeroteca, salas de estudo e leitura. Este bloco abrigará a principal estrutura administrativa do Câmpus SBC.	
Bloco DELTA (construído) - Edifício Acadêmico contendo em seus 04 pavimentos: editora, reprografia e distribuição, data-center, salas técnicas, 01 auditório para 76 lugares, estúdio de gravação e multimídia, 117 salas de docentes, 01 sala para professores visitantes, 28 laboratórios de pesquisa além de Áreas Administrativas.	11.180,00 m ²
Bloco GAMA (construído) - Abriga o Restaurante Universitário com cozinha industrial e refeitório para receber até 6.000 usuários por dia. Conta com estrutura organizada para os setores de manutenção e serviços em seu pavimento inferior.	1.421,00 m ²
Bloco OMEGA (em construção) - Edifício Acadêmico dedicado às áreas das Engenharias que oferecerá: câmaras anecóicas, 28 laboratórios de pesquisa, além de jardim interno e Áreas Administrativas.	2.952,00 m ²
Bloco EPSILON (construído) – portaria principal	246,00 m ²
Bloco ALFA II (construído) - Edifício Acadêmico contendo em seus 04 pavimentos: 37 Salas de Aula com 40 lugares, 03 laboratórios de informática, 02 salas de estudos e Áreas Administrativas.	4.628,00 m ²
Bloco ZETA (em construção) - Abrigará o CT INFRA que contará com parte dos 32 Laboratórios Didáticos e de Pesquisa previstos no prédio, além de 08 salas de aulas. Lá estarão os alunos da Pós-Graduação, Bio-Engenharia, Engenharia de Gestão e Engenharia Aeroespacial.	5.870,87 m ²
Biotério (em construção) – Assegurará o abastecimento dos equipamentos e dos meios necessários às operações relativas aos animais de laboratório.	330,00 m ²
Herbário (em construção) – Proporcionará condições físicas para apoios didáticos e trabalhos científicos sobre a flora.	115,00 m ²
Torre do Relógio (construída) – Relógio e Reservatório de água.	1.126,45 m ²
Anexos complementares (em construção) – Formados por edificações do tipo: centrais de gases, casas de gerador, abrigos de lixo, cabines primária de eletricidade.	308,69 m ²
Áreas de Convivência (futuro) – Formado por Centro de Convivência 01 e 02 - edificação com espaço para Edifício Recreativo, quadras com infraestrutura esportiva e área de convivência e lazer.	1857,00 m ²
Hangar (futuro) – Galpão para laboratórios didáticos da Engenharia Aeroespacial.	2439,00 m ²
Reservatório Enterrado (futuro) – Com capacidade de 250m ³ , servirá como reserva do sistema de abastecimento de água existente.	180,00 m ²
Fossa Séptica (futuro)	50,00 m ²
Subestação e gerador (futuro)	50,00 m ²
Conjunto de Blocos LAMBDA - Edifício Administrativo e Acadêmico (a licitar) - Salas de Aula, Áreas Administrativas e Laboratórios Didáticos, Laboratórios de Pesquisa, Salas de Professores, Acessos, UAB, Extensão, Urbanização e Paisagismo.	Estimado em 28.200 m ²

2.8. Espera-se que a totalidade das condições físicas da implantação, assim previamente definidas e harmonizadas tanto em pormenor como em conjunto, venha a influenciar eficazmente para a requerida segurança das edificações e dos usuários – alunos, professores e funcionários – durante as atividades curriculares de ensino, aprendizagem e pesquisa, assim como as extracurriculares e culturais.

2.9. Natureza do serviço: execução de obra – serviço não continuado.

3. LOCAL, FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

3.1. LOCAL DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

3.1.1. As obras e serviços objeto do presente Termo de Referência serão executados na R. Arcturus, 03, CEP 09606-070, em São Bernardo do Campo, SP, em área pertencente ao Campus Universitário de São Bernardo do Campo da Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC.

3.2. FORMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

3.2.1. O projeto executivo deverá ser elaborado necessariamente em conformidade com o projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (**ANEXO XI**), em consonância com os anseios da **CONTRATANTE** e de acordo com as diretrizes para elaboração do projeto executivo (**ANEXO XII**).

3.2.2. As obras deverão ser executadas de acordo com o presente Termo de Referência, especificações e em conformidade com o projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, projeto executivo, respectivos memoriais descritivos e caderno de encargos e critérios de medição.

3.2.3. As obras e serviços deverão seguir a legislação e normatização técnica nacional, bem como as normas e instruções ambientais emanadas pelas entidades federais como IBAMA e CONAMA (em especial a resolução 307 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais), estaduais como a CETESB e municipais como a Gestão Ambiental (Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo), que realiza o licenciamento ambiental através de convênio com o órgão.

3.2.4. A FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** tem a prerrogativa de liberar frentes parciais de obra em função de impedimentos de liberação de outras frentes, sem prejuízo aos termos do contrato e da planilha orçamentária.

3.2.5. Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a **CONTRATADA** poderá, durante a execução do Contrato, subcontratar parte dos serviços objeto desta licitação observando-se as seguintes condições:

3.2.5.1. Todas as subcontratações devem ter prévia autorização da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**;

3.2.5.2. As empresas e/ou profissionais autônomos eventualmente subcontratados, deverão possuir habilitação jurídica, econômico-financeira, fiscal, trabalhista, técnica e complementar e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constem funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no órgão contratante, conforme as exigências do Edital.

3.2.5.3. A **CONTRATADA** poderá subcontratar o percentual de até 50% das atividades relacionadas ao cumprimento do objeto.

3.2.5.4. A **CONTRATADA** poderá requerer o pagamento direto às subcontratadas em atendimento aos artigos 47 e 48 da Lei Complementar LC 123/2006.

3.2.5.5. A subcontratação é destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.3. HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

3.3.1. As obras para atendimento do objeto contratual, serão ser executadas, de segunda-feira a sexta-feira 7:00h e 18:00 horas. , ou a fim de compatibilizar os horários de atividades, e de minimizar os impactos ambientais à vizinhança, e a comunidade acadêmica, o horário poderá sofrer alteração mediante anuência prévia da fiscalização do contrato da UFABC-Campus São Bernardo. A



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

formulação dos preços unitários da proposta já deverá incorporar o acréscimo para realização destes serviços em horário extraordinário.

3.3.2. A **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** tem a prerrogativa de suspender incontestavelmente as atividades que porventura vierem a trazer perturbações à vizinhança, solicitando que a mesma atividade seja executada no período noturno, de madrugada ou nos finais de semana e feriados, mantendo-se as condições contratuais.

3.4. PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

3.4.1. O prazo para a execução das obras e serviços deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro previsto (**ANEXO VI**) com duração máxima de 06 meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

3.4.2. A **CONTRATADA** deverá seguir a programação de execução de acordo com o cronograma, **respeitando prazos intermediários e entregas parciais**. Postergações ou antecipações de início de serviços ou etapas deverão ser previamente autorizadas pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**.

3.4.3. A **CONTRATADA** deverá seguir a programação de execução de acordo com o cronograma, **respeitando prazos finais**. Postergações por culpa da contratada estarão sujeitas a aplicação de multas contratuais por inadimplemento das obrigações avençadas.

3.4.4. A **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** tem a prerrogativa de alterar o período de execução dos serviços e das etapas previstas no cronograma de projeto e obra, em função das necessidades da Universidade, estabelecendo novos prazos intermediários para entregas parciais no decorrer da execução da obra, sem prejuízo ao cumprimento do prazo total previsto no contrato.

4. VISTORIA AO LOCAL DAS INSTALAÇÕES

4.1. Considerando que se trata de uma obra inserida em um espaço urbanizado, onde as áreas vizinhas estão ocupadas por atividades diversas, considerando que a vistoria técnica é imprescindível para uma boa contratação; considerando que a vistoria tem como objetivo a análise do local onde serão prestados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas licitantes; considerando que com a vistoria as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste certame; as empresas interessadas em participar do processo licitatório deverão obrigatoriamente visitar o local da obra, localizada na Campus São Bernardo do Campo da UFABC, R. Arcturus, 03, CEP 09606-070, em São Bernardo do Campo, SP, para que tenham conhecimento necessário para elaboração das propostas. As despesas decorrentes da respectiva visita correrão por conta própria do interessado.

4.2. A visita **não será realizada de forma coletiva** e deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através do telefone (11) 2320.6062. Será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela **CONTRATANTE**, no local da obra, no horário de 8:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas. A vistoria deverá ser realizada com antecedência mínima de 24 horas da abertura da licitação.

4.3. A vistoria deverá ser realizada por profissional devidamente qualificado de nível superior e com registro no CREA/CAU. Deverá ser formalmente designado pela proponente, mediante documento escrito em papel timbrado da empresa que deverá ser apresentado à **CONTRATANTE** por ocasião da visita.

4.4. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria. Solicita-se que o representante da empresa esteja com vestimenta adequada para a vistoria, munido de bota e capacete.

4.5. Caso a vistoria seja realizada pelo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar o mesmo documento especificado no item anterior.

4.6. É vedada a realização de visita técnica por um mesmo representante para diferentes **LICITANTES**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

4.7. A **CONTRATANTE** emitirá o Termo de Vistoria (**ANEXO III**) por responsável habilitado da Universidade que demonstra que a **LICITANTE** está ciente de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações.

5. CONDIÇÕES PARA A LICITAÇÃO

5.1. A Licitante deverá encaminhar na Habilitação a Declaração de que a licitante tem ciência da existência da Legislação Brasileira Sobre Meio Ambiente, comprometendo-se a adequar seus procedimentos às exigências dos órgãos que regulamentam a matéria, assumindo, a responsabilidade, sem ônus para a UFABC, por danos motivados pelo não cumprimento às normas vigentes, nos termos do modelo - **ANEXO IV**.

5.2. Condições para a Proposta de Preço:

5.2.1. A Proposta de Preço, conforme modelo de **CARTA PROPOSTA** constante no **ANEXO XV** deverá preencher obrigatoriamente os seguintes requisitos:

5.2.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas e rubricadas com assinatura na última folha, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, constando como data o dia fixado para entrega dos envelopes à Comissão Especial de Licitação.

5.2.1.2. Conter declaração expressa de que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação.

5.2.1.3. Apresentar preço global por todos os serviços/materiais solicitados, especificando-se também o preço unitário de cada um dos itens. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional Real (R\$), em algarismos e por extenso.

5.2.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada individualmente, em uma via original, encadernada em espiral, em impressos próprios da licitante, numerada sequencialmente, e deverá conter obrigatoriamente os itens a seguir, devidamente datado e assinado pelo Representante Legal da Licitante, com identificação do subscritor e todas as páginas vistas.

5.2.3. Carta Proposta conforme **ANEXO XV**, identificando:

- a) Razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e e-mail da licitante;
- b) Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente;
- c) O objeto e prazo de execução;
- d) Preço unitário e total em Reais, em algarismo e por extenso, indicando o mês base de referência (data de entrega da proposta);
- e) Prazo da validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da data de sua entrega (art. 64 §3º da Lei nº 8.666/93);
- f) Declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa, direta ou indireta, incidente na execução da obra.

5.2.4. Planilha de Preços (ver modelo **ANEXO VII**) que será elaborada com base nas informações contidas no orçamento da UFABC (**ANEXO V**), respeitando os mesmos serviços e quantitativos,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

sendo os preços unitários advindos das respectivas composições de custos de cada licitante, acrescidos do BDI e compondo o preço total. A coluna de custo total deverá ser obtida através da multiplicação dos valores da coluna custo unitário (que é formado através da somatória dos custos de material, mão de obra e equipamento) pela coluna quantidade de cada item; a somatória de todos os subtotais deverá ser acrescida do BDI para a formação do preço total do orçamento, ou seja, o valor da proposta, e será apresentada preenchida, contendo assinatura da licitante, de acordo com o modelo - **ANEXO VII**.

5.2.4.1. No caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas (curva A) não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as seguintes condições:

5.2.4.1.1 Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles que representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou sejam considerados essenciais à funcionalidade do objeto; e

5.2.4.1.2 Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes.

5.2.4.2. Os valores de BDI não poderão ser superiores aos valores de referência apresentados como sugestão no Modelo de Composição do BDI – **ANEXO XIII**.

5.2.5. Composição da Taxa de Encargos Sociais para horistas e mensalistas, conforme modelo - **ANEXO XIV**.

5.2.6. Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI adotada, conforme modelo - **ANEXO XIII**. A Licitante poderá modificar a taxa de BDI, porém em nenhuma hipótese a Licitante poderá adotar um valor de BDI superior ao valor total sugerido pela UFABC, sob pena de desclassificação. Para a totalização do BDI, utilizar fórmula proposta pelo TCU apresentada no **ANEXO XIII**;

5.2.7. Cronograma Físico-Financeiro, conforme modelo – **ANEXO VIII** e utilizando-se como base o Cronograma Físico-Financeiro de referência (**ANEXO VI**), sendo que os prazos finais de cada serviço não podem ser ampliados.

5.2.8. Em caso de divergência entre os valores parciais e totais constantes da proposta da licitante, prevalecerão sempre os menores valores. Todos os valores descritos na proposta de preço serão aferidos e os cálculos serão refeitos com base no menor valor, a fim de garantir o menor preço total.

5.2.9. Os preços acima referidos devem ser completos, computando todos os custos necessários para a prestação dos serviços objetos desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART ou RRT e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos.

5.2.9.1. Conter Orçamento Detalhado e planilha de cálculo do BDI (conforme descrito no **ANEXO XIII**), que deverá discriminar todos os serviços e materiais a serem executados, contendo os custos unitários de todos os itens (divididos em material, mão de obra e equipamentos), custo total e preço total final (preço total para execução do objeto da presente licitação acrescido de todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, perdas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

além de todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos, em concordância com a planilha demonstrativa do cálculo de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) conforme sugerido no **ANEXO XIII**.

5.2.10. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Termo de Referência e seus Anexos, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços e materiais que não correspondam às características específicas solicitadas, ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante.

5.2.11. O preço total máximo admitido pela UFABC tem como referência a DATA-BASE **JANEIRO/2016**, e já inclui todos os impostos, taxas e demais custos necessários para a completa execução dos serviços contratados. O valor de referência, juntamente com os valores do orçamento previamente estimado para a contratação, encontra-se no **ANEXO V**.

5.2.11.1. O valor de referência foi definido conforme previsto no item 8 deste Termo de Referência.

5.2.11.2. Não se admitirá propostas com custos e preços de cada item da curva A superiores aos contidos na Planilha de Preços da UFABC, a ser divulgada quando do encerramento do certame.

5.2.12. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução normativa nº. 02, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.2.12.1. A não apresentação da Declaração de que trata o subitem 5.2.12 implicará na desclassificação da Licitante.

5.2.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

5.2.14. As planilhas relacionadas nos subitens anteriores deverão ser apresentadas, também, na versão digital, formato Excel 2010, em CD ou DVD.

5.2.14.1. Deverá ser utilizada a planilha modelo fornecida pela UFABC, sendo vedada sua alteração, sob pena de desclassificação da proposta. Por alteração entende-se a alternância de linhas, bem como inclusão ou exclusão de linhas e/ou colunas e quantitativos.

6. CONDIÇÕES PRELIMINARES

6.1. Todos os documentos que compõem este Termo de Referência poderão ser retirados pessoalmente por mídia eletrônica (CD-ROM / DVD / pen-drive) da empresa interessada, no horário compreendido entre as 8:00 às 12:00 horas ou 14:00 às 17:00 horas, no endereço Avenida dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André – SP. Também serão disponibilizados através de download obtido diretamente do site www.ufabc.edu.br.

6.2. As instalações de prevenção e combate a incêndios do campus de São Bernardo do Campo são constituídas por: uma rede de hidrantes com um sistema de bombeamento composto por uma bomba jockey e uma principal; um sistema de detecção e alarme de incêndios, composto por detectores de fumaça e acionadores, uma central geral, localizada na portaria do campus e centrais secundárias, localizadas em cada um dos blocos; instalação de extintores de incêndio; sistema de proteção contra descargas atmosféricas; sistemas de iluminação de emergência por blocos autônomos; guarda-corpos e corrimãos, rotas de fuga; portas com acionamento anti-pânico; sinalização de emergência e etc.

6.3. O projeto executivo dos sistemas de prevenção e combate a incêndios constitui um conjunto de plantas e memoriais descritivos que deverão ser elaborados a partir do projeto básico aprovado pelo Corpo de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

Bombeiros do Estado de São Paulo (**ANEXO XI**) e seguindo as diretrizes da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATADA**. Deverá seguir necessariamente as diretrizes para elaboração do projeto executivo (**ANEXO XII**) conforme as normas de apresentações (**ANEXO XVII**), respeitando o Cronograma Físico-Financeiro (**ANEXO VIII**), elaborado a partir do Cronograma Físico-Financeiro de referência (**ANEXO VI**).

6.4. As obras de instalação dos sistemas de prevenção e combate a incêndios do campus São Bernardo do Campo da UFABC deverão ser executadas rigorosamente de acordo com o Projeto Executivo elaborado, Projeto Básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros (**ANEXO XI**), caderno de encargos e critérios de medições (**ANEXO X**), especificações técnicas, conforme documentos anexos, além de normas técnicas, legislações vigentes e as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros.

6.5. Os atestados e laudos dos sistemas deverão ser emitidos por profissionais habilitados para cada respectiva especialidade.

6.6. O preposto da **CONTRATADA** deverá acompanhar as vistorias do Corpo de Bombeiros; atuar na identificação e correção de pontos falhos e em desacordo com as especificações e recomendações; atuar na recomendação e execução de ajustes e correções necessárias e nos testes e inspeções dos sistemas já instalados.

6.7. A entrega final da obra será efetuada após a obtenção do AVCB do campus.

6.8. A assistência técnica, manutenção do sistema, treinamentos, ajustes necessários serão realizadas pelo período de 6 (seis) meses após a entrega final da obra, "as-buit" e demais documentações pertinentes.

6.9. A LICITANTE vencedora deverá recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à execução dos projetos e das obras e serviços previstos neste Termo de Referência. A UFABC detém os projetos aprovados junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. A LICITANTE vencedora deverá encaminhar ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), os atestados, os laudos e demais documentos necessários ou solicitados pelo Corpo de Bombeiros.

6.10. Todas as licenças, taxas, emolumentos, laudos e atestados complementares necessárias para a execução do projeto executivo, instalação o sistema de prevenção e combate a incêndio e obtenção do AVCB serão providenciadas pela **CONTRATADA** dentro do custo da obra, sem qualquer despesa suplementar para a UFABC.

6.11. Nos preços unitários ofertados pela LICITANTE deverão estar incluídos todos os equipamentos, materiais, perdas, instrumentos, mão-de-obra (inclusive com a previsão de custos para eventuais horas extraordinárias ou adicionais noturnos, a fim do cumprimento do cronograma físico-financeiro), acessórios, seguros cabíveis, pessoal, bem como os custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc.) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

6.12. A LICITANTE deverá apresentar, no mínimo, a equipe abaixo discriminada. Estes custos deverão estar incluídos nos preços de contrato. Um profissional não poderá ocupar mais do que uma função.

6.12.1. Um Coordenador de Obras e Projetos, Engenheiro Civil, com experiência mínima de 10 (dez) anos em obras compatíveis;

6.12.2. Um Supervisor de Obras, Projetos, Planejamento, Custos e Medições, Engenheiro Civil, **em tempo integral**, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis;

6.12.3. Um Supervisor de Instalações Elétricas, Engenheiro Eletricista, **em tempo integral**, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis;

6.12.4. Um Supervisor de Segurança do Trabalho, Engenheiro, Arquiteto ou Tecnólogo em Construção Civil, especializados em Segurança do Trabalho, **em tempo integral**, ou, a critério da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

FISCALIZAÇÃO, um Técnico em Segurança do Trabalho, **em tempo integral**. Profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis.

6.13. A critério da FISCALIZAÇÃO, o profissional da equipe técnica poderá ter sua permanência reavaliada em função das etapas em curso na obra.

6.14. A **LICITANTE** obriga-se a satisfazer todas as obrigações trabalhistas, de Previdência Social e Seguro de Acidentes de Trabalho, de acordo com a Legislação em vigor.

6.15. Qualquer detalhe necessário para a execução de processos construtivos ou serviços deverá obedecer às normas vigentes e as despesas deverão ser consideradas pela LICITANTE em sua proposta, pois será a única responsável pelas despesas.

6.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.16.1. A **LICITANTE** deverá apresentar:

6.16.1.1. Prova de inscrição ou registro da **LICITANTE** e dos seus Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região da sede da **LICITANTE**.

6.16.1.2. No caso de a empresa **LICITANTE** ou o responsável técnico não estarem registrados ou inscritos no CREA/CAU do Estado de São Paulo, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

6.16.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação dos seguintes documentos (utilizar o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs – **ANEXO XVI**):

6.16.2.1. Quanto à capacitação técnica-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA/CAU da região pertinente, em nome dos responsáveis técnicos descritos nos itens 6.12.1, 6.12.2 e 6.12.3, comprovando a execução de obra/serviços de características técnicas similares, em edifícios públicos ou privados, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:

- a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos;
- b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;
- c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos;
- d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000 m²;
- e. Execução de instalação de extintores de incêndio;
- f. Execução de sistema de sinalização de emergência;
- g. Execução de portas corta-fogo e emergência;
- h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros;
- i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática da rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

6.16.2.1.1. As características exigidas nas alíneas “a” até “i” não precisam constar simultaneamente em uma mesma obra ou atestado.

6.16.2.1.2. Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional, desde que atendido o item 6.12.

6.16.2.1.3. Os responsáveis técnicos descritos no **ANEXO II** deverão atender no mínimo 3 (três) das alíneas “a” até “i” (utilizar o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs – **ANEXO XVI**).

6.16.2.2. Declaração de que os responsáveis técnicos descritos nos itens 6.12.1 ao 6.12.4 serão responsáveis pela execução da obra, objeto deste Termo de Referência, com informação dos respectivos nomes, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo constante no **ANEXO II**. Estes profissionais deverão participar das obras e serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência **equivalente ou superior**, desde que aprovada pela **CONTRATANTE**.

6.16.2.3. A comprovação do vínculo (empregatício) dos profissionais acima referidos poderá ser feita através de um dos seguintes documentos:

- a. Ficha de Registro do Empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho;
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do(s) profissional(is);
- c. Contrato Social ou último aditivo, se houver;
- d. Ata da Assembléia referente à sua investidura no cargo;
- e. Contrato de prestação de serviços;
- f. Declaração assinada pelo Profissional a ser indicado como Responsável Técnico, comprometendo-se que, caso a empresa venha sagrar-se vencedora do certame, responderá como Responsável Técnico do Contrato, firmando vínculo profissional com a empresa através de uma das formas acima indicadas.

6.16.3. Comprovação da capacidade técnica operacional da **LICITANTE** será feita por meio da apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica-operacional, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que a **LICITANTE** tenha executado obra/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica são:

- a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos;
- b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;
- c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos;
- d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000 m²;
- e. Execução de instalação de extintores de incêndio;
- f. Execução de sistema de sinalização de emergência;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- g. Execução de portas corta-fogo e emergência;
- h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros;
- i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática de rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv.

6.16.3.1. Serão considerados todos os atestados em que conste a **LICITANTE** como **CONTRATADA** única, bem como os decorrentes de subcontratação ou cessão, se formalmente autorizadas pelo **CONTRATANTE**, devidamente comprovado através de documentação pertinente. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria **LICITANTE** (utilizar o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs – **ANEXO XVI**).

6.16.3.2. Nos atestados em que a **LICITANTE** conste como consorciada, serão considerados, para fim de atestação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, as quantidades definidas como executadas única e exclusivamente pela **LICITANTE** ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pela **LICITANTE**, na documentação, o atestado não será considerado.

6.16.3.3. Os atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) para comprovação da aptidão Técnico-Operacional somente serão aceitas se estiverem em nome da **LICITANTE**, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação/aquisição integral, ficando vedada qualquer forma disfarçada que traga embutida em si o objetivo de capacitar a **LICITANTE** a participar e ser habilitada na licitação, tais como: aumento de capital com a utilização de acervo técnico pertencente à empresa que esteja em situação jurídico-financeira que a impossibilite de participar diretamente do certame. Nesses casos deverão ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial no que se referirem ao acervo técnico, e que deverão ser consideradas na presente licitação. A não apresentação ou omissão de toda a documentação necessária para a análise das propostas será motivo de inabilitação da **LICITANTE**, pois não poderá ser incorporada posteriormente.

6.16.3.4. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, para comprovação da aptidão Técnico-Operacional da **LICITANTE**, cessão de tecnologia ou instrumentos de natureza similar entre a **LICITANTE** e terceiros, mesmo que esses sejam pertencentes a um mesmo grupo econômico, ou cujo(s) Responsável(eis) Técnico(s) sejam os mesmos da **LICITANTE**.

6.16.3.5. A Licitante deverá apresentar os Atestados e Certidões de Acervo Técnico (CAT) de maneira organizada, precedida de uma tabela apontando os itens solicitados (itens 6.12 e 6.16.2.1); dos profissionais que deverão possuir atestados (itens 6.12.1 ao 6.12.3); referenciando os Atestados e numeração dos CATs. Os serviços correspondentes em cada Atestado deverão estar grifados em amarelo (utilizar o modelo de quadro resumo para apresentação dos CATs – **ANEXO XVI**).

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1. As especificações técnicas determinam as condições gerais, e mínimas, a serem atendidas pela **CONTRATADA** na execução do projeto executivo e instalação do sistema de prevenção e combate a incêndio do campus São Bernardo do Campo. Contêm informações complementares aos desenhos e planilhas, e possibilitam uma compreensão completa do serviço requisitado.

7.2. O projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (**ANEXO XI**) foi desenvolvido apresentando soluções técnicas globais com detalhes, visando minimizar a necessidade de reformulação e atender aos requisitos de: funcionalidade e adequação ao interesse público, economia na execução, conservação e operação de acordo com o artigo 12 da Lei 8.666/93.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

7.3. O projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (**ANEXO XI**), caderno de encargos e critérios de medição (**ANEXO X**) identificam os tipos de serviços, materiais e equipamentos, contendo informações que permitem o estudo e dedução de métodos construtivos, instalações e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo.

7.4. A **CONTRATADA** deverá, até o primeiro mês após a emissão da Ordem de Início de Serviço, analisar todo o material listado no item anterior, bem como a planilha orçamentária, e apresentar uma análise completa à FISCALIZAÇÃO, evidenciando possíveis problemas ou inconsistência do material para que, em tempo hábil, a **CONTRATANTE** possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra. A detecção de problemas em data posterior, ensejando tempo de análise por parte da FISCALIZAÇÃO para a solução, não será motivo para justificativa de não cumprimento do cronograma contratual.

7.5. Pelo menos uma cópia do conjunto das especificações do item 7.3 deverá permanecer no recinto do canteiro de obras com a condição obrigatória de que os engenheiros, arquitetos e técnicos da **CONTRATADA**, envolvidos na obra, tenham pleno conhecimento da ciência da mesma.

7.6. A **CONTRATADA** deverá seguir o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado na CETESB, por ocasião do Licenciamento Ambiental das obras do Campus São Bernardo do Campo da UFABC.

7.7. SERVIÇOS INICIAIS

7.7.1. PLACA DA OBRA: a **CONTRATADA** deverá providenciar a placa da obra em chapa de aço com layout a ser definido pela **CONTRATANTE**, contendo todos os dados da **CONTRATANTE**, dados da obra e dados da **CONTRATADA** e de seus responsáveis técnicos. A placa da obra deverá ser instalada em local definido pela FISCALIZAÇÃO e deverá ser devidamente iluminada para visualização noturna.

7.7.2. LIVRO DE ORDEM: **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** deverão registrar diariamente os fatos de maior relevância ocorridos na obra. Este livro de ordem (ou diário de obras) seguirá as diretrizes estabelecidas pela resolução do CONFEA nº 1.024/2009 e pelo Ato Normativo nº 06/2012 do CREA-SP, e, a critério da **CONTRATANTE**, poderá ser disponibilizado em versão eletrônica.

7.7.3. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA A OBRA: a **CONTRATADA** deverá providenciar no canteiro de obras a instalação do escritório de obra, almoxarifado, vestiários, sanitários e depósito necessários para a execução dos serviços, devendo prever e executar as instalações provisórias de água, esgoto e energia elétrica para estas instalações, assumindo a responsabilidade com os consumos da obra até a entrega. O layout do canteiro de obras, bem como a sua localização deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO antes da sua instalação.

7.7.4. A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas regulamentadoras NR nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e a NR nº 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, específicas para dimensionamento do canteiro, visando estabelecer as condições necessárias para comportar todos os seus funcionários. Deverá prever a quantidade e área suficiente dos locais necessários para o recebimento de seus funcionários, tais como banheiros, refeitórios, vestiários, entre outros, que poderão ser fornecidos através de canteiros removíveis, tais como: contêineres, galpões metálicos e banheiros químicos.

7.7.5. MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO CANTEIRO DE OBRAS: a **CONTRATADA** deverá zelar pela perfeita conservação, pintura, limpeza e segurança do canteiro de obra, tanto no que se refere às edificações quanto às instalações elétricas e hidráulicas provisórias. A **CONTRATADA** deverá prover o canteiro de materiais de escritório, limpeza e higiene pessoal.

7.7.6. TRANSPORTE DE MATERIAL: a destinação final do bota-fora, material de limpeza, entulho ou qualquer outro resíduo deverá ser realizada para local devidamente licenciado e o transporte dos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

materiais deverá ser controlado através da emissão de certificados de transporte de resíduos - CTRs. As quantidades de transporte de material (tanto para bota-fora quanto para jazida) previstas na planilha já consideram locais devidamente licenciados conforme resolução CONAMA e deverá seguir o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

7.7.7. A **CONTRATADA** poderá sugerir os locais para depósito de bota-fora e material inservível, buscando-se sempre minimizar as distâncias de transporte, desde que os mesmos atendam as exigências legais e sejam aceitos e aprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**.

8. ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor de Referência previsto para a presente contratação é de **R\$ 1.288.858,42 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, quarenta e dois centavos)**, conforme **ANEXO V**.

8.2. A planilha estimativa de preços (**ANEXO V**), que define o valor de referência, constante no processo relativo a presente licitação, foi elaborada predominantemente com base nos preços da Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (data-base: JANEIRO/2016), "**com desoneração**".

8.2.1. Quando se verificou a inexistência de referências de preços na Tabela SINAPI foi realizada a composição unitária de custos com base nas tabelas de composição de preços para orçamentos e/ou planilhas de composição de preços, públicas ou privadas, de reconhecida aceitação no mercado da construção civil, tais como CPOS, FDE/SEE, TCPO/PINI, com adoção dos preços dos insumos disponibilizados pelas tabelas de insumos SINAPI ou SICRO-DNIT, e/ou através de cotações de mercado.

8.2.2. Quando se verificou a inexistência de referências de preço na Tabela SINAPI e demais opções descritas no item 8.2.1, utilizou-se a referência de preço através de cotações de mercado, utilizando-se a média de três orçamentos.

9. EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

9.1. Após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prazo prorrogável pelo mesmo período, a critério da UFABC, os seguintes documentos:

9.1.1. Layout do canteiro de obras, que deverá ser aprovado pela Coordenação da Obra do Campus São Bernardo do Campo da UFABC/ Fiscalização antes do início de sua instalação;

9.1.2. Comprovante da Matrícula da Obra no INSS ou a comprovação de sua dispensa nos termos da legislação aplicável;

9.1.3. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa e recolhida;

9.1.4. Plano e Metodologia de Execução Serviços, abrangendo todos os conjuntos de operações e itens de segurança, a indicação das principais etapas e das várias frentes, onde e como serão executados os trabalhos, em consonância com o cronograma contratual. Esse Plano deverá apresentar coerência com as diversas etapas de execução dos trabalhos em questão, de forma que a própria Coordenação da Obra da UFABC/ Fiscalização possa programar da maneira mais conveniente, a liberação de setores para que os trabalhos sejam executados sem descontinuidade, conforme especificação técnica. A proponente deverá relacionar os equipamentos gerais a serem utilizados, considerando a natureza dos serviços a serem desenvolvidos, observando para isso, as condições físicas locais e como os mesmos deverão ser dispostos durante a execução dos trabalhos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

9.1.5. Cronograma Físico-Financeiro Executivo da Obra detalhado, em arquivo eletrônico, com indicação, para cada período, dos dias de início e conclusão de cada item e subitem dos serviços constantes da planilha detalhada, do percentual executivo e dos faturamentos parcial e total dos períodos, utilizando-se como parâmetro o cronograma aprovado na proposta;

9.1.6. Composição unitária de custos para cada item e subitem da planilha detalhada, com discriminação de valores dos materiais, mão de obra, equipamentos, coeficientes de produtividade, de consumo e do BDI (este item deverá ser apresentado apenas para os itens da planilha orçamentária inclusos na curva ABC e para os itens solicitados pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**);

9.1.7. Indicação dos prepostos e do responsável técnico perante o CREA/CAU, juntamente com o currículo(s) do(s) engenheiro(s), tecnólogo(s) e encarregado(s) técnico(s) da obra;

9.1.8. Comprovante da Contratação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Condições e Meio Ambiente de trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que demonstrem o gerenciamento de riscos ambientais por parte da empresa.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As obras e serviços contratados deverão ser executados, rigorosamente, de acordo com as condições e procedimentos gerais a seguir:

10.1.1. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela execução dos serviços, bem como pela segurança dos materiais, equipamentos e ferramentas de sua propriedade.

10.1.2. Não serão tolerados, por parte da **CONTRATANTE**, quaisquer danos às instalações civis, elétricas e outras, existentes, quando ou decorrentes da execução dos trabalhos contratados, em pontos que não sejam objeto da proposta correspondente. Os danos que porventura daí advirem serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, em termos de substituição imediata dos componentes avariados, sendo que a não realização desses serviços acarretará a execução pela **CONTRATANTE** da dívida nas formas previstas na Legislação.

10.1.3. Todas as ações pertinentes à distribuição de pessoal, frentes de trabalho, proteções, orientação na execução das obras e serviços e aplicação de materiais, serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, e deverão ser apresentadas semanalmente à FISCALIZAÇÃO, que tem a prerrogativa de alterá-las sem prejuízo dos termos contratuais.

10.1.4. A **CONTRATADA** responderá, conforme previsto no Artigo 186 do Código Civil, por todos os danos de vizinhança, inclusive no sistema viário municipal, causados pelas escavações, compactações, movimentação de máquinas, equipamentos, caminhões e todos os demais serviços realizados durante a execução das obras do sistema de prevenção e combate a incêndios do campus São Bernardo do Campo da UFABC.

10.1.5. As normas da ABNT indicadas nas especificações técnicas são uma referência mínima para o fornecimento, execução, instalação, aplicação, ensaio e procedimentos em relação aos materiais e serviços objetos da especificação. Todas as normas da ABNT vigentes e pertinentes devem ser consideradas, mesmo que não mencionadas ou explicitadas no texto da especificação.

10.1.6. Na execução das obras e serviços deverão ser obedecidas as referidas especificações, juntamente com as normas da ABNT, recomendações dos fabricantes, bem como as exigências e posturas Municipais, Estaduais e Federais e das Concessionárias de serviços públicos, além dos próprios métodos de aplicação dos materiais. Os trabalhos deverão estar regidos por esses princípios, sendo os casos omissos solucionados pela FISCALIZAÇÃO.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- 10.1.7.** A **CONTRATADA** deverá analisar e apontar as interferências que eventualmente venham ocorrer durante a execução dos serviços da obra e deverá resolvê-las antes ou depois da execução, caso não tenham sido detectadas previamente, sem ônus à **CONTRATANTE**. Qualquer solução alternativa deverá ser sempre aprovada pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua execução.
- 10.1.8.** Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de primeira qualidade e fornecidos pela **CONTRATADA** conforme as especificações descritas nos projetos e de acordo com as normas brasileiras da ABNT. O mesmo se aplica aos serviços a serem executados.
- 10.1.9.** Serão glosados pela FISCALIZAÇÃO, com justificativa, todos os trabalhos que não satisfizerem às condições contratuais.
- 10.1.10.** Em caso de dúvidas quanto à interpretação do projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, memoriais e demais componentes contratuais disponibilizados pela **CONTRATANTE**, cabe à **CONTRATADA** a responsabilidade de consultar a FISCALIZAÇÃO com antecedência suficiente para que estas dúvidas sejam esclarecidas em tempo hábil, não caracterizando justificativa aceitável por parte da **CONTRATANTE** para atrasos no cronograma.
- 10.1.11.** Todos os materiais, equipamentos e trabalhos que assim o requeiram, deverão ser totalmente protegidos contra danos de qualquer origem, durante o período da construção.
- 10.1.12.** Ficará a **CONTRATADA** obrigada a demolir e refazer os trabalhos rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes desses serviços.
- 10.1.13.** Qualquer obra ou serviço que apresente defeito, ou desconformidade com as especificações dos projetos, normas, legislações, recomendações do fabricante ou fornecedor e outras, estará passível de reprovação pela FISCALIZAÇÃO, seja em qual estágio ou etapa de execução estiver o trabalho. Neste caso, o serviço deverá ser reparado ou refeito, para que passe a atender ao exigido, quantas vezes forem necessárias por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus da **CONTRATANTE** e sem prejuízo do cronograma da obra.
- 10.1.14.** Caso haja danos incontornáveis para o cronograma contratual, a **CONTRATANTE** justificará a necessidade de sua alteração ficando a **CONTRATADA** sujeita às penalidades previstas no contrato.
- 10.1.15.** A aceitação de qualquer obra ou serviço pela FISCALIZAÇÃO não exime a **CONTRATADA** de suas responsabilidades, e também não as alteram e nem as transferem, parcial ou totalmente, para a FISCALIZAÇÃO.
- 10.1.16.** A **CONTRATADA** deverá providenciar a proteção das obras e dos serviços executados, ou em execução, contra qualquer evento que possa danificá-los. O custo das proteções deverá estar incluso no custo do serviço.
- 10.1.17.** A **CONTRATADA** deverá reestabelecer as edificações e seus acabamentos às condições originais, caso sejam danificadas por decorrência das instalações executadas, inclusive executar todos os serviços auxiliares e de construção civil, necessários à instalação.
- 10.1.18.** A **CONTRATADA** se responsabilizará pelo Canteiro da Obra incluindo o acesso à obra que deverá estar devidamente resguardado e controlado, seja pela adoção de segurança contratada, correndo às expensas da **CONTRATADA**, seja pela manutenção constante do acesso devidamente fechado.
- 10.2.** No caso de eventual necessidade de termo aditivo de valor, que somente poderá ser aferido durante a execução das obras, para a inclusão de serviços não previstos na planilha orçamentária, será utilizada a planilha de custos unitários da SINAPI, de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.462/2011 e art. 42 do Decreto nº 7.581/2011, na data base da proposta da **LICITANTE**, acrescido do BDI correspondente apresentado pela **CONTRATADA**, porém aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

10.2.1. No caso de serviços não encontrados na planilha SINAPI (IBGE/CEF), deverá ser utilizada a planilha SICRO (DNIT). Caso ainda não encontrado, a **CONTRATADA** deverá apresentar uma composição analítica utilizando tabelas de referência formalmente aprovadas por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas ou em sistema instituído para o setor, aplicando-se os valores de insumos da planilha SINAPI ou SICRO de mesma data base da proposta da **LICITANTE**, que deverão ser devidamente aprovados pela **CONTRATANTE**, utilizando o BDI correspondente apresentado pela **CONTRATADA**, aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta.

10.2.2. Caso ainda não se encontre referências de preços conforme estabelecido no item 10.2.1, os preços dos serviços ou insumos serão realizados com 3 (três) cotações de preços adotando-se o valor médio entre fornecedores do mercado da construção civil, retroagindo o valor para mesma data base da proposta, utilizando-se o BDI correspondente apresentado pela **CONTRATADA** e aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta.

10.3. Cabe à **CONTRATADA** aceitar, nos termos acima, a alteração do valor contratual, mediante Termos de Aditamento Contratual de Valor, através de alterações de quantitativos devidamente justificados, e inclusão ou exclusão de itens na planilha de preços.

11. MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS

11.1. Todos os materiais a serem aplicados deverão ser de boa qualidade, de comprovada aceitação e aplicabilidade para o fim a que se propõe. Em casos supervenientes, a **CONTRATADA** poderá empregar materiais diversos daqueles indicados no projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e executivo, devendo apresentar uma solicitação por escrito com justificativas e comprovações técnicas de equivalência ou superioridade dos produtos propostos. Quaisquer alterações deverão ser formais e previamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO.

11.2. Todos os materiais aplicados deverão ser novos sem utilização anterior e de primeira linha, com padrões e acabamentos, conforme determinado no projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e executivo.

11.3. Os materiais deverão atender rigorosamente ao projeto e aos documentos listados no item 13 - Normas e Documentos Aplicáveis.

11.4. A FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** poderá a qualquer instante solicitar laudo técnico de qualquer material empregado na obra, por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus da **CONTRATANTE**.

11.5. Fica estabelecido nestas especificações técnicas que a decisão de aceitação de qualquer caso de caracterização de materiais e equipamentos por determinada marca e que esteja submetido à alternativa do "rigorosamente equivalente" ou "similar de qualidade comprovadamente superior", estará condicionada ao exclusivo juízo da FISCALIZAÇÃO.

11.6. Deverão ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do contrato, especialmente itens de instalações elétricas, hidráulicas e acabamentos. Os materiais deverão ser submetidos em tempo hábil que não comprometa o andamento e cronograma da obra e que permita uma perfeita análise da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**.

11.7. Ao final da execução das obras do sistema de prevenção e combate a incêndio do campus São Bernardo do Campo, a **CONTRATADA** deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** uma Relação de Fornecedores de materiais e mão de obra e as Especificações de todos os Materiais que foram utilizados para a sua execução.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

12. ENSAIOS

12.1. O controle tecnológico é de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá realizar os ensaios, verificações e testes dos materiais através de laboratório credenciado no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e conforme Normas Técnicas específicas e regulamentadoras para perfeita execução dos serviços de maneira a atender ao especificado nos projetos básico e executivo da obra, correndo às expensas da **CONTRATADA** todos os ônus incidentes sobre quaisquer operações.

12.2. Os laudos dos ensaios, verificações e testes dos materiais deverão ser encaminhados para a FISCALIZAÇÃO, bem como a indicação do local onde foi empregado na obra.

12.3. A **CONTRATADA** também deverá providenciar execução de todos os ensaios e testes, sempre que solicitados pela FISCALIZAÇÃO.

12.4. A **CONTRATADA** deverá ter na obra um arquivo de todos os registros, certificados, laudos, relativos aos ensaios, visando o princípio da rastreabilidade. Deverá ser mantido na obra, em caráter permanente, arquivo de todos os quadros de resumo para programação de ensaios/inspeções, pedidos de ensaio, quadro de controle de ensaios/inspeções e recebimento dos materiais, relatórios de ensaios e livro de ocorrência.

13. NORMAS E DOCUMENTOS APLICÁVEIS

13.1. Além das informações contidas no projeto (desenhos, planilhas, especificações técnicas), os serviços deverão atender também às condições ou exigências contidas nas últimas revisões, ou últimas edições, dos seguintes documentos:

13.1.1. Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

13.1.2. Normas estrangeiras (ASTM, DIN, NFPA, etc.) no caso de omissão de normas nacionais relativas ao objeto da especificação, ou quando mencionadas.

13.1.3. Normas, Guidelines, Standards ou exigências específicas da **CONTRATANTE**.

13.1.4. Manuais, catálogos técnicos, publicações ou qualquer outro documento com especificações, instruções e recomendações do fabricante/fornecedor dos materiais ou serviços de associações representativas do grupo de fabricante/fornecedores.

13.1.5. Legislações Federais, Estaduais e Municipais e Legislação Ambiental, pertinentes ao objeto da especificação.

13.1.6. Instruções técnicas, instruções normativas e normas regulamentadoras pertinentes às atividades e ao escopo do projeto e da obra.

13.1.7. Decreto 56.819. de 10 de março de 2011 do estado de São Paulo.

13.1.8. Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo.

13.1.9. Instrução Normativa de Eficiência Energética “IN SLTI/MP nº 02-2014”.

13.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer os seguintes materiais para aprovação da FISCALIZAÇÃO antes da execução dos serviços de compra de materiais:

13.2.1. Amostras de materiais a serem aplicados.

13.2.2. Catálogos e manuais técnicos de aplicação, instalação e/ou manutenção, do fabricante ou fornecedor do material/serviço.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

13.3. Todas as condições físicas, ambientais, de salubridade, de proteção e segurança no manuseio, armazenagem e movimentação de materiais empregados na obra deverão seguir rigorosamente as especificações acima citadas, bem como:

13.3.1. Recomendações do fabricante/ fornecedor do material/ serviço, observando-se as cláusulas do Termo de Garantia do material.

13.3.2. As Normas Regulamentadoras ou qualquer outra legislação pertinente do Ministério do Trabalho.

13.3.3. Atender às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a Norma Regulamentadora “*NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção*”, aprovada pela Portaria nº 4, de 04/04/1995, do Ministério do Trabalho - Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho e publicada no D.O.U. de 07/07/1995, e suas alterações e atualizações.

13.3.4. Norma Regulamentadora “*NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade*”, aprovada pela Portaria GM nº 3.214, de 08/06/1978, e publicada no D.O.U. de 06/07/1978, e suas alterações e atualizações, entre elas a Portaria SSMT nº 12, de 06/06/1983 e a Portaria GM nº 598, de 07/12/2004.

13.3.5. Legislação ambiental pertinente, em especial a Resolução CONAMA 307 que dispõe sobre gestão dos resíduos da construção civil.

14. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO

14.1. Será de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, a adoção de todas as medidas relativas à prevenção de acidentes de trabalho, durante toda a execução das obras, devendo ser rigorosamente obedecidas as legislações pertinentes em vigor, com ênfase às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a norma regulamentadora NR-18 – “Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil” do Ministério do Trabalho e Emprego.

14.2. Deverão ser entregues pela **CONTRATADA** em até 20 dias contados a partir da emissão da ordem de serviço:

14.2.1. Cópia do último ASO - Atestado de Saúde Ocupacional dos trabalhadores, habilitando-os para a execução das tarefas;

14.2.2. Cópia de ficha de entrega dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual) aos trabalhadores.

14.3. No canteiro de obras deverão ser mantidos todos os equipamentos de proteção individual necessários à utilização pelos funcionários da **CONTRATADA**, FISCALIZAÇÃO e visitantes, entre esses, considerando-se indispensáveis, as proteções visuais, para os pés e a para a cabeça.

14.4. Deverão ser fixados no canteiro de obras, placas informativas e de orientação visando a segurança de todas as pessoas. A FISCALIZAÇÃO, a qualquer instante poderá solicitar a colocação de placas, às expensas da **CONTRATADA**

14.5. Quaisquer danos, patrimonial e humano, decorrente da inobservância deste quesito são de responsabilidade da **CONTRATADA**. O descumprimento destas recomendações poderá ser motivo para advertência e até suspensão dos serviços contratados.

15. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DAS OBRAS E SERVIÇOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

15.1. As obras e os serviços somente serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO se estiverem rigorosamente em conformidade com os projetos básico e executivo, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas técnicas vigentes e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.

15.2. As obras e instalações deverão apresentar materiais e equipamentos de qualidade, bem como o perfeito acabamento e funcionamento.

15.3. Todos os danos ocasionados pelas obras e instalações deverão ser reconstituídos no mesmo padrão, ou superior, de materiais e acabamentos em que se encontravam, antes da intervenção.

16. MEDIÇÕES DAS OBRAS E SERVIÇOS

16.1. As obras e os serviços executados serão apontados por medições mensais, correspondentes ao período compreendido entre o 1º e o último dia de cada mês ou em período definido a critério da FISCALIZAÇÃO.

16.1.1. A primeira medição corresponderá ao período compreendido entre a data de emissão da Ordem de Início dos Serviços e o último dia do mesmo mês.

16.2. A realização das medições mensais dos serviços e obras executados seguirá os seguintes procedimentos:

16.2.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar até o 5º dia útil após o período da execução dos serviços a solicitação de medição contendo uma memória de cálculo, croquis e um relatório fotográfico das obras ou serviços executados no período correspondente para aferição da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**.

16.2.2. Após a entrega da solicitação da medição pela **CONTRATADA** a FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** terá até 5 dias úteis para confrontar os dados do relatório com os seus próprios levantamentos e comunicará sua aceitação ou eventuais divergências, que deverão ser discutidas e corrigidas pela **CONTRATADA** em sua memória de cálculo.

16.2.2.1. O documento de medição física será assinado pelos representantes da **CONTRATADA** e FISCALIZAÇÃO para o processamento da medição financeira.

16.2.3. Após a aprovação da medição pela FISCALIZAÇÃO será autorizada a emissão da nota fiscal, passando a correr o prazo para o pagamento de até 30 dias úteis a partir do "Ateste" da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** e encaminhamento ao setor financeiro.

16.2.3.1. A não apresentação do relatório pela **CONTRATADA**, na data agendada para a aferição de Campo, poderá implicar na prorrogação do vencimento da medição, por tantos dias quantos forem os dias de atraso na apresentação do relatório, sem prejuízos para a administração pública.

16.2.3.2. A não apresentação do relatório pela **CONTRATADA**, na data agendada para a aferição de Campo, poderá implicar em pagamento de multa de tributos municipais e/ou estaduais referentes à emissão em atraso da nota fiscal, sem prejuízos para a administração pública.

16.2.4. Independentemente da apresentação ou não do relatório pela **CONTRATADA**, caberá à FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** verificar, aceitar e quantificar as obras e os serviços realizados, bem como o cumprimento do cronograma vigente, propondo, se for o caso, as sanções contratuais cabíveis.

16.2.5. As medições obedecerão ao estabelecido nas normas, instruções, projetos e tabelas integrantes do contrato, Serão utilizados os critérios existentes no Caderno de Encargos e Critérios de Medição para balizar os levantamentos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

16.2.6. Os serviços serão remunerados apenas quando estiverem completamente finalizados e concluídos os testes que comprovem a sua perfeita instalação e funcionamento. Na medição de todos os serviços concluídos, será retido um percentual fixo de dez (10%) até o recebimento definitivo que será realizado com o recebimento dos serviços executados, testes de funcionamento, laudos, as-built, manuais, atestado de entrega e demais documentações.

16.2.7. Quantidades de obras e serviços apontadas indevidamente em qualquer medição serão passíveis de estorno em medições subsequentes.

16.2.8. As medições mensais devem incluir todos os serviços e obras executados no período a que se referem, de modo que a medição correspondente ao último mês do prazo contratual seja também a última medição do contrato.

16.2.9. A Medição Final, que é uma avaliação da situação financeira do contrato, será realizada previamente à emissão do Termo de Recebimento Provisório do Contrato e servirá para informar a situação do mesmo quanto a créditos e débitos, entre as partes.

16.2.10. Os preços unitários servirão para permitir medições de eventuais acréscimos ou deduções de serviços decorrentes de modificações nos projetos ou nas especificações, autorizadas pela **CONTRATANTE**, com base na composição de custos apresentada pela **LICITANTE** vencedora quando da emissão da ordem de serviço.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

17.1. Responsabilizar-se por todas as despesas com a execução das obras e serviços.

17.2. Elaborar o projeto executivo em conformidade com o projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (**ANEXO XI**), em consonância com os anseios da **CONTRATANTE** e de acordo com as diretrizes para elaboração do projeto executivo (**ANEXO XII**).

17.3. Executar as obras e os serviços de acordo com as exigências constantes do termo de referência, edital, contrato, projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e projeto executivo, memoriais descritivos, legislação, normas técnicas vigentes, vistorias e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.

17.4. Executar as obras e os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações técnicas da ABNT, observando quando aplicável, a legislação da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.

17.5. Responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pela **CONTRATANTE** para a execução das obras e serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos. Caso a **CONTRATADA** constate quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, à **CONTRATANTE**, para que tais defeitos sejam sanados, e com antecedência mínima necessária, não caracterizando justificativa aceitável por parte da **CONTRATANTE** para atrasos no cronograma.

17.6. Cumprir todas as orientações da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, para o fiel desempenho das atividades específicas.

17.7. Substituir, no prazo máximo de 48 horas após a comunicação da **CONTRATANTE**, qualquer material, equipamento, acessório, componente ou outro elemento instalado, cujo funcionamento ou qualidade tenha sido identificado como inadequado.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- 17.8.** Substituir, no prazo máximo de 48 horas após a comunicação da **CONTRATANTE**, profissionais que sejam inadequados para a execução dos serviços contratados, inclusive os profissionais relacionados no item 6.12 deste Termo de Referência, devidamente justificados pela FISCALIZAÇÃO.
- 17.9.** Atender a FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** encarregada de acompanhar a execução das obras e dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 17.10.** Relatar à FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** toda e qualquer anormalidade observada que possa prejudicar a execução dos serviços e obras.
- 17.11.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 17.12.** Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e funcionários da **CONTRATANTE**.
- 17.13.** Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da FISCALIZAÇÃO do contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 17.14.** Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras e dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- 17.15.** Fornecer aos empregados os benefícios trabalhistas adequados aos horários de trabalho e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.
- 17.16.** Observar as normas que dispõem sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as de boa conduta profissional, quando nas instalações da **CONTRATANTE**.
- 17.17.** Garantir que a execução das obras e serviços deverá ser realizada por funcionários treinados, profissionalmente habilitados, uniformizados e devidamente equipados com os equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o serviço.
- 17.18.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias.
- 17.19.** Fornecer os materiais, equipamentos, acessórios, componentes e demais elementos necessários à execução do referido objeto.
- 17.20.** Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**, de acordo com o art. 70, da Lei nº. 8.666/93.
- 17.21.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação (Artigo 55, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93) para a contratação com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.
- 17.22.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, este contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, seguindo as disposições do item 3.2.5 deste Termo de Referência. Em caso de autorização de subcontratação, a **CONTRATADA** deverá estender estas obrigações listadas a todas as empresas subcontratadas, ficando a **CONTRATADA** responsável pela fiscalização das mesmas, com a obrigação de prestar contas à **CONTRATANTE** sempre que solicitada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

17.23. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal no tocante à contratação de trabalhadores menores de idade.

17.24. Responsabilizar-se civilmente pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução das obras e serviços, não excluindo, reduzindo ou dividindo essa responsabilidade com a **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**.

17.25. Aceitar, nas mesmas condições da proposta, alterações no projeto, detalhes e/ou especificações que a **CONTRATANTE** resolva efetuar, bem como as supressões e acréscimos no objeto deste descritivo ou inclusão de itens novos, de conformidade com o limite para execução de obras estabelecido na Lei nº 8.666/93. Se das alterações por iniciativa da Universidade Federal do ABC resultar aumento de custos para a **CONTRATADA**, serão estes cobertos pela **CONTRATANTE**. Ao contrário, se resultar em diminuição dos custos, serão estes deduzidos proporcionalmente do valor.

17.26. Realizar supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

17.27. Providenciar todas as licenças, permissões e aprovações necessárias, inclusive o AVCB, para a execução e término dos serviços dentro do custo da obra, sem qualquer despesa suplementar para a UFABC.

17.28. A **CONTRATADA** deverá encaminhar, diariamente, até às 10h da manhã em endereço eletrônico informado pela **FISCALIZAÇÃO**, arquivo com planilha eletrônica contendo o efetivo da obra separado por: nome do funcionário contratado e de empresas subcontratadas; data da contratação; cargo/função; equipe; local em que está executando suas atividades e breve descrição/objetivo da atividade realizada pelo profissional e pela equipe.

17.29. Além das informações do item anterior, a **CONTRATADA** deverá encaminhar mensalmente, gráfico resumo das informações diárias, conforme necessidade da **CONTRATANTE**. As informações deverão estar em conformidade com a inclusão do trabalhador (contratados e de subcontratadas) na GFIP/SEFIP.

17.30. A **CONTRATADA** deverá encaminhar mensalmente, conjuntamente com as demais solicitações anteriores: folha de pagamento dos empregados envolvidos nos serviços (contratados e de subcontratadas), contendo valores detalhados e recibo de quitação bancário ou cópia dos contracheques; guias de recolhimento GRF e GPS no prazo e protocolo de envio de arquivos; relação de empregados (RE) e de tomadores (RET); relatório analítico da GRF e da GPS; além de outras informações requisitadas pela **CONTRATANTE**.

17.31. A **CONTRATADA** deverá encaminhar, de cada funcionário que realizar atividades no Campus São Bernardo do Campo - UFABC, cópia do contrato de trabalho firmado com a empresa; cópia do registro de emprego e cópia das páginas da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social - atestando a contratação; ASO – Atestado de Saúde Ocupacional mais atualizado, habilitando-o para a execução das tarefas, comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função), cópia dos comprovantes de participação em treinamentos admissional e periódicos de segurança do trabalho, conforme NR 18.28; e cópia de ficha atualizada de entrega dos EPI – Equipamentos de Proteção Individual.

17.32. Havendo eventualmente rescisão de contrato de trabalho de funcionário, a **CONTRATADA** deverá apresentar cópias dos comprovantes de depósito de obrigações trabalhistas e pagamento das verbas rescisórias, tais como a GRRF – Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, comprovante da GRRF, cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho homologado, quando devido, conforme especificações do Ministério do Trabalho; comprovante de pagamento rescisório, tal como depósito bancário e cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

17.33. Todos os funcionários deverão ser registrados, de acordo com os artigos 29º e 41º da CLT e conforme casos aplicáveis dos artigos 3º, 4º e 13º da CLT. Sob hipótese alguma será admitido o acesso de funcionários no interior do Campus para atendimento do objeto contratual, sem que o mesmo esteja regularizado de acordo com a legislação vigente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

17.34. Retirar-se em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviços limpas e livres de entulho e detritos de qualquer natureza.

17.35. A **CONTRATADA** deverá cumprir a garantia dos equipamentos e instalações conforme legislação pertinente ou pelo período de 24 meses, o que for maior, a contar após a formalização do recebimento definitivo do objeto do contrato. Entregas provisórias e parciais não serão consideradas para o início da vigência da garantia.

17.36. Devido à responsabilidade técnica empregada e comprovada por meio da ART emitida, a **CONTRATADA** será responsável pelas soluções técnicas empregadas e estará sujeita a prestar esclarecimentos e informações necessárias para possibilitar a manutenção e conservação do sistema, a qualquer tempo, mesmo após a finalização da vigência do contrato.

17.37. Subcontratar microempresa ou empresa de pequeno porte, quando exigido pela **CONTRATANTE**, sendo que os empenhos e pagamentos poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, com fulcro no § 2º e Inciso II do Artigo 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, atualizada”.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações provenientes da Lei nº 8.666/93, incumbe à **CONTRATANTE**:

18.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei Nº. 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

18.2. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes de cada pagamento.

18.3. Efetuar à **CONTRATADA** os pagamentos nas condições estabelecidas neste instrumento.

18.4. Propiciar todas as facilidades que lhe couberem ou forem possíveis para que as obras e serviços sejam executados na forma estabelecida neste termo de referência e no respectivo contrato.

18.5. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a **CONTRATADA**, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

18.6. Garantir o acesso da **CONTRATADA** e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução das obras e dos serviços.

18.7. Exercer, por seu representante, acompanhamento e FISCALIZAÇÃO sobre a execução das obras e dos serviços, anotando as ocorrências em registro próprio, dando ciência ao Preposto da **CONTRATADA** e determinando sua imediata regularização.

18.8. Comunicar ao representante da **CONTRATADA** qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste termo de referência e no respectivo contrato, determinando as medidas necessárias à sua regularização.

18.9. Fiscalizar a qualidade dos materiais e equipamentos em seus recebimentos e instalações nas obras, incluindo sua conformidade com os projetos básico e executivo.

18.10. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das obras e serviços, fixando prazo para sua correção.

18.11. Não permitir que os empregados da **CONTRATADA** executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

18.12. Verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on-line”, ou nos sites oficiais, antes de cada pagamento.

19. MEDIDAS ACAUTELADORAS

19.1. Consoante o artigo 45, da Lei N.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. As sanções relacionadas à execução do contrato serão relacionadas a seguir. Desta forma, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462/2011 e da Lei n. 8666/1993, a **CONTRATADA** que:

- I - convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462/2011;
- II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- IV - não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- V - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- VII - der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- VIII - descumprir qualquer dos deveres elencados no Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

20.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.2.2. Multa:

a. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços, incidente sobre o valor do serviço a que se referir a infração, com base no cronograma vigente, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual cumulada com a multa compensatória;

b. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

c. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no percentual definido na alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

20.2.3. Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Fundação Universidade Federal do ABC pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

20.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

20.2.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.462/2011 e na Lei nº 8666/1993, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999;

20.2.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

20.2.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** poderão, a critério da Administração, ser recolhidos em favor da **CONTRATANTE** via emissão de Guia de Recolhimento da União – GRU, ser deduzidos dos valores a serem pagos ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da UFABC e cobrados judicialmente;

20.2.9. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à **CONTRATADA**, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela **CONTRATANTE**, ficando a empresa obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do recolhimento efetuado;

20.2.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

20.2.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21. FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

21.1. A FISCALIZAÇÃO do presente Contrato será exercida por servidor designado pela **CONTRATANTE** a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e da realização das obras e de tudo dará ciência à Administração.

21.1.1. A FISCALIZAÇÃO de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.1.2. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das obras e serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

21.1.3. Caso seja identificada alguma irregularidade na execução do contrato o Fiscal do Contrato encaminhará imediatamente à Pró – Reitoria de Administração o relatório da FISCALIZAÇÃO.

21.1.4. A FISCALIZAÇÃO do contrato poderá, a critério da UFABC, ser realizada por empresa contratada para esta finalidade ou de maneira conjunta, sob a coordenação de servidor, designado para a função de Fiscal do Contrato.

22. GARANTIA DO CONTRATO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

22.1. Será exigida a prestação de garantia pela **CONTRATADA**, como condição para a publicação do contrato, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro – Garantia; ou
- c) Fiança Bancária.

22.2. O prazo máximo para apresentação do comprovante de prestação de garantia, em qualquer uma das modalidades informadas no subitem anterior, será de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

22.3. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, sendo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação da garantia autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.4. O descumprimento do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

22.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**, de acordo com o Art. 82 do Decreto nº. 93.872/1986;

22.6. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

22.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, em conformidade com o inciso I do artigo 828.

22.8. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante todo o período da execução do Contrato vencendo, no mínimo, 03 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo renovada, tempestivamente, no caso de cada prorrogação, e havendo também alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

22.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

22.9.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;

22.9.2. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

22.9.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

22.9.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

22.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior.

22.11. A garantia prestada somente será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas trabalhistas decorrentes da contratação, assim como possíveis valores devidos à **CONTRATANTE**, sendo que a garantia será retida e o prazo estendido em caso de expectativa de sinistro. A garantia será considerada extinta:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - após 03 (três) meses do término da vigência contratual, que poderá ser estendido em caso de expectativa de sinistro.

22.12. Caso a **CONTRATADA** não efetue o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela **CONTRATANTE**.

22.13. Caso o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive para pagamento de multa que tenha sido aplicada à **CONTRATADA** e indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**.

22.14. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

22.15. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23. VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, com o devido ateste pela FISCALIZAÇÃO, contados a partir da data da publicação do Contrato no Diário Oficial da União – DOU.

23.2. O prazo de execução da obra é de 6 (seis) meses ou por prazo menor até a conclusão da obra, com o devido ateste pela FISCALIZAÇÃO, contados a partir da ordem de início dos serviços.

24. REAJUSTE

24.1. O preço do Contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

24.2. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo de Construção do Mercado - INCC-M, divulgado no Portal IBRE da FGV, utilizando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da parcela não executada pro-rata, o que corresponde ao saldo remanescente verificado no mesmo dia e mês do ano seguinte da data limite da apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mesmo mês do reajuste;

I_0 = Índice inicial, referente ao mês da data limite para apresentação da proposta.

24.3. Durante os cálculos devem ser consideradas todas as casas decimais, o arredondamento para duas casas decimais deve ser feito somente no final para obtermos o índice.

24.4. Para os reajustes subsequentes ao primeiro devem ser adotados os índices do próximo período de 12 (doze) meses, não sendo admitido utilizar o acumulado de 24 (vinte e quatro) meses e subtrair o que já foi concedido.

24.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pelo último índice vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

24.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

a) na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

24.7. Em casos de aditamento contratual, de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.462/2011 e art. 42 do Decreto nº 7.581/2011, o preço unitário de serviço não encontrado na planilha SINAPI (IBGE/CEF), deverá ser utilizada a planilha SICRO (DNIT), ambas de mesma data base da proposta. Caso ainda não encontrado, a **CONTRATADA** deverá apresentar uma composição analítica utilizando a planilha de órgãos das esferas federais, estaduais, municipais ou privadas, nesta ordem, aplicando-se os valores de insumos da planilha SINAPI ou SICRO de mesma data base da proposta, que deverão ser devidamente aprovados pela **CONTRATANTE**, utilizando o BDI correspondente apresentado pela **CONTRATADA**, aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta. Caso ainda não se encontre referências, os preços dos serviços ou insumos serão realizados com 3 (três) cotações de mercado, adotando-se o valor médio entre fornecedores do mercado da construção civil, retroagindo-se à data-base do contrato e aplicando-se o BDI e o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta.

25. ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS

25.1. Durante a execução do objeto contratual, os trabalhos que, a critério da FISCALIZAÇÃO, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato, serão rejeitados mediante registro no Livro de Ordem/Diário de Obras ou através de comunicação escrita, e caberá à **CONTRATADA** todos os ônus e encargos pela reparação, que deverá se efetivar, no máximo, no prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, no mesmo registro.

25.2. Caso a reparação não seja efetivada até o limite de prazo estipulado, a **CONTRATANTE** poderá contratar terceiros, por conta da **CONTRATADA**, para executar os reparos e ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, tudo sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

25.3. Nenhuma obra ou serviço fora das especificações constantes deste Termo de Referência serão executados pela **CONTRATADA**, ainda que em caráter extraordinário, salvo com a concordância expressa da **CONTRATANTE**, e conforme condições previstas neste instrumento.

25.4. O recebimento das obras e serviços será feito em duas etapas: Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo.

25.5. Ao término da execução dos serviços ou obras a **CONTRATADA** deverá registrar no Livro de Ordem/Diário de Obra e protocolar por meio de correspondência junto à **CONTRATANTE**, a solicitação de vistoria para o recebimento provisório que deverá ser realizada no prazo de até 15 dias. Na ocasião da vistoria conjunta será lavrado um Termo de Verificação Circunstanciado, após o que será emitido o Termo de Recebimento Provisório das obras, desde que sejam constatadas as seguintes condições:

25.5.1. Plena conformidade da execução com os respectivos projetos, plantas, detalhes e especificações, aprovados;

25.5.2. Obtenção junto ao Corpo de Bombeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro, certificando que o empreendimento possui as condições de segurança contra incêndio.

25.5.3. Atendimento à qualidade dos serviços, materiais e acabamentos empregados;

25.5.4. Execução dos testes de funcionamento com resultado positivo;

25.5.5. Limpeza da obra e das instalações provisórias do canteiro de obras;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- 25.5.6.** Comprovação do atendimento às exigências e legislações de proteção ao meio ambiente;
- 25.5.7.** Entrega e aceitação do Levantamento Cadastral Final (“as built”) do empreendimento após a execução da obra prevista no contrato, acompanhado de ART específica;
- 25.5.8.** Entrega dos manuais, lista de fornecedores e de especificações dos materiais empregados, certificados, atestados, laudos, certificados de garantia e demais documentações pertinentes;
- 25.5.9.** Comprovação das aprovações necessárias nos órgãos públicos;
- 25.5.10.** Apresentação de certidões negativas de débitos trabalhistas.
- 25.6.** No caso de não recebimento provisório, a **CONTRATADA** deverá, no prazo fixado pela **FISCALIZAÇÃO** no Termo de Verificação Circunstanciado, tomar todas as providências necessárias para sanar os problemas apontados no termo que determinaram o não recebimento, sem prejuízo da aplicação pela **CONTRATANTE** das penalidades cabíveis.
- 25.7.** Não sendo realizadas as reparações exigidas pela **CONTRATANTE**, poderá esta ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 25.8.** Também sem suspensão da aplicação das penalidades cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá, em qualquer caso de seu interesse e desde que não haja prejuízo dos serviços, aceitar parcialmente a obra para livre e imediata utilização de quaisquer etapas, partes, serviços, áreas ou instalações, mediante emissão de Termo de Recebimento Parcial Provisório.
- 25.9.** Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, contado do recebimento provisório e desde que não haja qualquer pendência, a **CONTRATADA** poderá requerer o recebimento definitivo do objeto do contrato.
- 25.9.1.** Em casos excepcionais, nos termos do § 3º do art.73 da lei nº 8.666/93, o prazo de observação poderá ser fixado em 180 (cento e oitenta) dias.
- 25.10.** O recebimento definitivo só será concedido quando a obra estiver totalmente concluída, em adequação aos termos contratuais, após vistoria que a comprove e exatidão da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS e regularidade das demais obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação, sem prejuízo do disposto no Artigo 618 do código Civil Brasileiro.

São Bernardo do Campo, 25 de abril de 2016.

Alessandro Alves

Coordenador do Projeto e Obra do Campus São Bernardo do Campo
SIAPE 2093797

De acordo,

Rosana Denaldi

Superintendente Interina de Obras
SIAPE 1671277



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

(Papel timbrado da empresa)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REFERENTE AOS
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA EXECUÇÃO DA OBRA

À Universidade Federal do ABC
A/C Comissão Especial de Licitação
Ref. Licitação RDC ____/2016

1. Coordenador de Obras e Projetos (Item 6.12.1 do Termo de Referência)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, em atendimento ao disposto no item 6.12.1. do Termo de Referência, declara que o Sr. _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, CREA/CAU nº _____ possui experiência mínima de 10 (dez) anos em obras compatíveis, e é o **Coordenador de Obras e Projetos** indicado como responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da referida licitação.

Comprovação Técnica Profissional, conforme item 6.16.3 do Termo de Referência (atender no mínimo 4 dos itens abaixo):

Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo	CAT
<input type="checkbox"/> a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos.....	nº _____
<input type="checkbox"/> b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;.....	nº _____
<input type="checkbox"/> c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos.....	nº _____
<input type="checkbox"/> d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000m ²	nº _____
<input type="checkbox"/> e. Execução de instalação de extintores de incêndio.....	nº _____
<input type="checkbox"/> f. Execução de sistema de sinalização de emergência.....	nº _____
<input type="checkbox"/> g. Execução de portas corta-fogo e emergência	nº _____
<input type="checkbox"/> h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros	nº _____
<input type="checkbox"/> i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática de rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv	nº _____

São Bernardo do Campo, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo
(responsável legal)

CIENTE
Nome, Assinatura, CPF e CREA/CAU do Responsável Técnico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

2. Supervisor de Obras, Projeto, Planejamento, Custos e Medições (Item 6.12.2 do Termo de Referência)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, em atendimento ao disposto no item 6.12.2. do Termo de Referência, declara que o Sr. _____ portador da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, CREA/CAU nº. _____ possui experiência mínima de 10 (dez) anos em obras compatíveis, e é o **Supervisor de Obras e Projetos**, indicado como responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da referida licitação.

Comprovação Técnica Profissional, conforme item 6.16.3 do Termo de Referência (atender no mínimo 4 dos itens abaixo):

Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo	CAT
<input type="checkbox"/> a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos.....	nº _____
<input type="checkbox"/> b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;.....	nº _____
<input type="checkbox"/> c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos.....	nº _____
<input type="checkbox"/> d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000m ²	nº _____
<input type="checkbox"/> e. Execução de instalação de extintores de incêndio.....	nº _____
<input type="checkbox"/> f. Execução de sistema de sinalização de emergência.....	nº _____
<input type="checkbox"/> g. Execução de portas corta-fogo e emergência	nº _____
<input type="checkbox"/> h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros	nº _____
<input type="checkbox"/> i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática de rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv	nº _____

São Bernardo do Campo, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo
(responsável legal)

CIENTE
Nome, Assinatura, CPF e CREA/CAU do Responsável Técnico

3. Supervisor de Instalações Elétricas (Item 6.12.3 do Termo de Referência)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, em atendimento ao disposto no item 6.12.3. do Termo de Referência, declara que o Sr. _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, CREA nº _____ possui experiência mínima de 10 (dez) anos em obras compatíveis, e é o **Supervisor de Instalações Elétricas**, indicado como responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da referida licitação.

Comprovação Técnica Profissional, conforme item 6.16.3 do Termo de Referência (atender no mínimo 4 dos itens abaixo):

Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo

CAT



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- a. Execução de rede de hidrantes para edifícios de andares múltiplos de no mínimo 50 pontos..... n° _____
- b. Execução de sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio de no mínimo 50 pontos;..... n° _____
- c. Execução de sistema de iluminação de emergência de no mínimo 50 pontos..... n° _____
- d. Execução de sistema de proteção contra descargas atmosféricas para uma edificação de no mínimo 30.000m² n° _____
- e. Execução de instalação de extintores de incêndio..... n° _____
- f. Execução de sistema de sinalização de emergência..... n° _____
- g. Execução de portas corta-fogo e emergência n° _____
- h. Execução de guarda-corpo e corrimão de no mínimo 100 metros n° _____
- i. Instalação de sistema de bombas para pressurização automática de rede de hidrantes, com capacidade de no mínimo 30 Cv n° _____

São Bernardo do Campo, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo
(responsável legal)

CIENTE
Nome, Assinatura, CPF e CREA do Responsável Técnico

4. Supervisor de Segurança do Trabalho (Item 6.12.4 do Termo de Referência)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, em atendimento ao disposto no item 6.12.4. do Termo de Referência, declara que o Sr. _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, CREA nº _____ possui experiência mínima de 5 (cinco) anos em obras compatíveis, e é o **Supervisor de Segurança do Trabalho**, indicado como responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da referida licitação.

São Bernardo do Campo, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo
(responsável legal)

CIENTE
Nome, Assinatura, CPF e CREA do Responsável Técnico



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO III

MODELO ATESTADO DE VISTORIA

Ref. Licitação RDC ____/2016

Os prepostos da Fundação Universidade Federal do ABC abaixo assinados atestam que, para fins de participação na Licitação supracitada, a **LICITANTE** _____ - CNPJ nº _____ através de seu representante abaixo assinado, vistoriou o terreno e as edificações implantadas no Campus-SBC, bem como tomou conhecimento do local e das dificuldades que os serviços possam apresentar.

O representante da **LICITANTE** abaixo assinado declara expressamente que lhe foi dado acesso a todos os locais relevantes para a elaboração da proposta para a LICITAÇÃO RDC nº ____/2016 e que lhe foram fornecidas todas as informações solicitadas, bem como prestados todos os esclarecimentos desejados.

São Bernardo do Campo, de _____ de 2016.

Assinatura/Carimbo dos prepostos da UFABC

Assinatura do(s) representante(s)
Arquiteto ou Engenheiro representante da licitante
Nº da cédula de identidade e Nº CREA/CAU



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO IV

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS
DE CONTROLE AMBIENTAL**

Em conformidade com o disposto do Decreto Estadual nº 49.674, de 06 de junho de 2005, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo, eu, _____, RG _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, CNPJ nº _____ para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório na modalidade de Licitação nº _____, declaro sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida lei.

Atenciosamente,

Nome:

Empresa:

Carimbo:

Data:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO V

PLANILHA DE PREÇOS

O ARQUIVO CONTENDO A PLANILHA DE PREÇOS ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO VI

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O ARQUIVO CONTENDO O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO VII

MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

O ARQUIVO CONTENDO O MODELO DA PLANILHA DE PREÇOS ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO VIII

MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O ARQUIVO CONTENDO O MODELO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO IX

NORMAS DE APRESENTAÇÃO

O ARQUIVO CONTENDO AS NORMAS DE APRESENTAÇÃO ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO X

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

O presente regulamento tem por finalidade estabelecer os critérios, as unidades de medição, e os procedimentos para composição de preços que os Proponentes aplicarão na elaboração dos preços a serem apresentados na proposta. Essas definições serão posteriormente usadas na remuneração dos contratos de execução das obras do Campus São Bernardo da Universidade Federal do ABC.

2. PREÇOS UNITÁRIOS

A remuneração dos serviços será feita sempre baseada nas quantidades reais executadas, obtidas nas medições, segundo os critérios estabelecidos nesta Norma.

Os preços a utilizar no faturamento dos serviços serão os que figuram no orçamento apresentado pela Licitante vencedora em sua proposta.

As descrições dos serviços constantes nas *Planilhas de Quantidades* são complementadas pelas *especificações técnicas* (ET's), o presente documento e os projetos.

Todos os serviços, salvo quando expressamente mencionado em contrário, compreendem o fornecimento pelo Construtor dos materiais, mão de obra, serviços auxiliares, ferramental e equipamentos diretamente necessários à completa realização dos mesmos, bem como todos os testes e ensaios comprobatórios da qualidade estabelecidas nas especificações técnicas e projeto dos materiais utilizados e serviços executados. Independentemente de nova citação, para todos os preços, sejam eles unitários ou globais, valem as condições seguintes, ressalvados os casos mencionados especificamente neste Regulamento:

Todos os preços contratuais independem do processo empregado na sua execução, manual ou mecânico, quaisquer que sejam os materiais, mão de obra e equipamentos empregados;

Todos os preços devem corresponder a serviço concluído, sendo que na sua execução estarão incluídas todas e quaisquer despesas, mesmo quando não são mencionadas expressamente e não haverá incidência de quaisquer taxas sobre os materiais de fornecimento da UFABC.

Todos os preços dos materiais correspondem à condição **posto obra**, ou seja, incluem a carga, o transporte e a descarga, exceto onde indicado de outro modo.

3. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

Custo Direto

Os coeficientes a serem adotados na composição do custo direto deverão ser compatíveis com as características dos serviços e do local, preenchendo os requisitos dos projetos e das Especificações, e satisfazendo as Normas, Procedimentos, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT.

a) Materiais

É aquele, posto canteiro, fornecido pelo Construtor, e compreende: material de construção; material de consumo que intervêm diretamente nos serviços; transporte e seguro até a obra; descarga no local adequado. Os coeficientes a serem adotados incluirão as perdas e os reaproveitamentos previstos.

b) Mão de Obra

É toda mão de obra direta que possua habilitação para cada serviço específico, inclusive a utilizada para beneficiamento e aplicação dos materiais fornecidos pela UFABC.

Exclui-se à mão de obra referente à operação e manutenção dos equipamentos que tenha sido prevista nas composições de custo horário de equipamentos.

Os coeficientes a serem adotados incluirão as ociosidades inerentes aos serviços.

c) Leis Sociais

Inclui todos os encargos sociais e trabalhistas, conforme a legislação em vigor e os casos específicos previstos em contrato.

d) Equipamentos

Compreende os equipamentos, máquinas e veículos que intervêm diretamente na execução dos serviços, exceto ferramentas e utensílios que estão previstos no BDI.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- e) composição do Custo Horário compreende os custos de propriedade (depreciação e juros); de manutenção (preventiva e corretiva) e de operação (materiais e mão de obra).**

Os coeficientes adotados incluirão as ociosidades inerentes aos serviços.

Despesas Indiretas

Considerar-se incluídas nos preços apresentados para cada item do orçamento, as seguintes despesas de natureza indireta, relacionada com o respectivo serviço ou imputáveis de forma geral à obra:

- despesas legais, licenças, emolumentos, taxas, registros, impostos e outros tributos; seguros obrigatórios;
- incêndio (cobertura de todos os bens de propriedade do Construtor, instaladas no Canteiro de Obras);
- responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos automotores de Vias Terrestres e dos Transportadores em Geral (cobertura de todos os danos causados a bens ou pessoas);
- responsabilidade Civil do Construtor, de Imóveis em zonas urbanas (cobertura de todos os danos materiais e pessoais);
- incêndio (cobertura dos bens móveis e imóveis da UFABC instaladas no Canteiro de Obras);
- incêndio e Riscos Diversos (cobertura dos Imóveis em fase de construção, acabamento, instalação e montagem);
- administração central do Construtor;
- administração da obra e despesas gerais: engenheiros, encarregados da obra, topógrafos, niveladores, mestres, feitores, conferentes, almoxarifes, apontadores, pessoal de segurança e higiene, e outros elementos administrativos da obra; móveis, máquinas e equipamentos de escritórios e de topografia; material de expediente; equipamentos da segurança da obra e de proteção individual conforme Normas da UFABC; demais equipamentos e materiais administrativos;
- transporte interno e externo de pessoal;
- transporte interno, vertical e horizontal, e respectiva guarda e manuseio de materiais, inclusive os fornecidos pela UFABC, dentro dos limites da obra, bem como entre os canteiros principais e auxiliares.
- mobilização e desmobilização, interna e externa, de equipamento; ferramentas e utensílios, usuais e especiais;
- segurança, higiene medicina do trabalho;
- adicionais de horas extras quando de responsabilidade do Construtor; encargos burocráticos e operacionais;
- contingências e imprevistos, e honorários do Construtor.

4. CONSTRUÇÕES PROVISÓRIAS

Para as estruturas e construções provisórias, os materiais utilizados e não incorporados à obra, permanecerão de propriedade do Construtor. Conseqüentemente os preços correspondentes deverão computar apenas a parcela depreciada do valor dos respectivos materiais. Os preços assim estabelecidos serão válidos para qualquer número de reaproveitamentos conseguidos na execução do serviço, ou qualquer que seja o valor residual dos respectivos materiais ao fim da obra.

5. PROPRIEDADE DOS BENS E MATERIAIS

São propriedades da UFABC:

- os bens e materiais incorporados à obra;
- os bens e materiais remanescentes, fornecidos pela UFABC; a terra proveniente das escavações a critério da UFABC e
- os materiais recuperados nos remanejamentos e/ou escavações, tais como tubulações, perfis metálicos, tampões, paralelepípedos, trilhos e guias, que permanecerão sob a guarda da UFABC.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

6. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS POR PREÇOS UNITÁRIOS

As medições dos Serviços Unitários serão conferidas mensalmente pela UFABC, mediante aviso dirigido ao Construtor por escrito. Deverá ser sempre feita pelo método cumulativa, acompanhada por preposto do Construtor e ser por ele reconhecida.

Serão medidas as quantidades dos serviços efetivamente executados no mês, desde que aprovados pela FISCALIZAÇÃO da UFABC.

As medições serão apresentadas pelo Construtor em impressos próprios da UFABC.

7. CÁLCULO DOS PAGAMENTOS

Os valores a serem pagos relativos aos serviços executados, serão calculados conforme os critérios abaixo relacionados, sendo indispensável a sua aprovação pelo Construtor:

- multiplicando-se as quantidades executadas e medidas desde que verificadas e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, pelos preços unitários constantes na Planilha do Contrato;
- no caso de serviços por verba e por verba global, o valor constante da Planilha do Contrato será remunerado integralmente após a conclusão do serviço desde que verificado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, ou ainda parcelado de acordo com item próprio, presente nesta Norma.

Não caberá nenhum pagamento adicional aos preços contratuais, uma vez que nos mesmos estão incorporadas as particularidades do local e do projeto.

Uma vez aprovadas as medições e as faturas correspondentes, estas serão pagas ou creditadas de acordo com a cláusula contratual específica.

8. CASOS OMISSOS

Os serviços referentes a itens não comentados na presente Norma serão definidos em Normas de Medição Complementar específica ou na Emenda do Item do Orçamento.

Em caso de divergência entre a Emenda do Orçamento, a Norma de Medição Complementar e a presente Norma, prevalecerá a prioridade do primeiro sobre o segundo e deste sobre o terceiro. Eventuais dúvidas serão dirimidas pela FISCALIZAÇÃO da UFABC.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberação das medições, para pagamento, não significa aceitação provisória ou final dos serviços. No caso de ser necessário refazer o serviço ou eventuais reparos, estes serão de inteira responsabilidade do Construtor sem ônus para a UFABC.

Itens que fazem parte do escopo contratual e não estão explícitos na *Planilha de Quantidades e Preços*, como é o caso dos serviços de "As Built", deverão ser executados pela Contratada sem implicação de ônus adicionais à UFABC.

Os serviços de Projetos Executivos serão medidos conforme estabelecido neste documento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS

Os critérios de medição foram desenvolvidos a partir da planilha SINAPI. Para os serviços referenciados pelos códigos do FDE e CPOS, devem obedecer os critérios disponíveis pelo respectivo órgão, disponível pela página Internet:

Acesso CPOS: Para acessar o sistema Boletim Web clique no link Outros Serviços - Boletim Referencial de Custos – Web ou digite o endereço <http://boletim.cpos.sp.gov.br>

SINAPI	73847/001	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	mês
---------------	------------------	---	------------

- 1) Este preço deverá compreender todas as despesas para a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container.
2) A medição será efetuada por unidade x mês (un x mês).

SINAPI	73847/002	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT/WC C/1 VASO/1 LAV/1 MIC/4 CHUV LARG =2,20M COMPR=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO NERV TRAPEZ FORROC/ ISOL TERMO-ACUST CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL INCL INST ELETR/HIDRO-SANIT EXCL TRANSP/CARGA/DESCARGA	mês
---------------	------------------	--	------------

- 1) Este preço deverá compreender todas as despesas para a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container.
2) A medição será efetuada por unidade x mês (un x mês).

SINAPI	74209/001	AQUISICAO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²
---------------	------------------	--	----------------------

- 1) Este item deverá compreender o fornecimento de placa para identificação da obra, englobando os módulos referentes às placas do Governo Federal, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por: chapa em aço galvanizado nº16, ou nº18, com tratamento anti-corrosivo resistente às intempéries; fundo em compensado de madeira, espessura de 12 mm; requadro e estrutura em madeira; marcas, logomarcas, assinaturas e título da obra, conforme Manual de Padronização do Governo Federal e da empresa Gerenciadora; remunera também a colocação da placa em local destinado pela Contratada e/ou Gerenciadora; inclusive materiais acessórios.
2) A medição será efetuada por metro quadrado (m²) de placa executada e instalada.

CPOS	011709	ADEQUAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO EXISTENTE DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM FORMATO A1	un
-------------	---------------	--	-----------

- 1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora (un).
2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de instalações elétricas, com todas as informações e detalhes construtivos necessários para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e / ou Gerenciadora. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; relatórios contendo as premissas de projeto; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantitativos e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:
a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software "AUTOCAD" versão 2000 e apresentados da seguinte forma:
- Apresentações parciais na forma de projeto básico, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e / ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
- A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão "dwg" e a respectiva versão com extensão "plt", em "compact disc"(CD Rom).
b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantitativos e as memórias de cálculo pertinentes deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares "WINWORD", ou "EXCEL" e apresentados da seguinte forma:
- Duas cópias completas no formato A 4, em papel sulfite, encadernadas;
- Os arquivos eletrônicos com extensão "doc" ou "xls", em "compact disc" (CD Rom).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

3) O item contempla o fator K, correspondente ao BDI da engenharia consultiva:
K 1 = gastos legais pertinentes aos Encargos Sociais e custo direto sobre a mão-de-obra
K 2 = despesas indiretas (inclusive encargos sociais)
K 3 = lucro
K 4 = tributos incidentes sobre o faturamento.

CPOS	011707	ADEQUAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO EXISTENTE DE INSTALAÇÕES HIDRAULICAS EM FORMATO A1	un
<p>1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora (un). 2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de instalações hidráulicas, com todas as informações e detalhes construtivos necessários para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e / ou Gerenciadora. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; relatórios contendo as premissas de projeto; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantitativos e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo: a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software "AUTOCAD" versão 2000 e apresentados da seguinte forma: - Apresentações parciais na forma de projeto básico, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e / ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo; - A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão "dwg" e a respectiva versão com extensão "plt", em "compact disc" (CD Rom). b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantitativos e as memórias de cálculo pertinentes deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares "WINWORD", ou "EXCEL" e apresentados da seguinte forma: - Duas cópias completas no formato A 4, em papel sulfite, encadernadas; - Os arquivos eletrônicos com extensão "doc" ou "xls", em "compact disc" (CD Rom). 3) O item contempla o fator K, correspondente ao BDI da engenharia consultiva, composto de: K 1 = gastos legais pertinentes aos Encargos Sociais e custo direto sobre a mão-de-obra K 2 = despesas indiretas (inclusive encargos sociais) K 3 = lucro K 4 = tributos incidentes sobre o faturamento.</p>			

CPOS	011709	AS BUILT DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM FORMATO A1	un
<p>1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora (un). 2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de instalações elétricas, com todas as informações e detalhes construtivos necessários para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e / ou Gerenciadora. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; relatórios contendo as premissas de projeto; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantitativos e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo: a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software "AUTOCAD" versão 2000 e apresentados da seguinte forma: - Apresentações parciais na forma de projeto básico, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e / ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo; - A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão "dwg" e a respectiva versão com extensão "plt", em "compact disc" (CD Rom). b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantitativos e as memórias de cálculo pertinentes deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares "WINWORD", ou "EXCEL" e apresentados da seguinte forma: - Duas cópias completas no formato A 4, em papel sulfite, encadernadas; - Os arquivos eletrônicos com extensão "doc" ou "xls", em "compact disc" (CD Rom). 3) O item contempla o fator K, correspondente ao BDI da engenharia consultiva: K 1 = gastos legais pertinentes aos Encargos Sociais e custo direto sobre a mão-de-obra K 2 = despesas indiretas (inclusive encargos sociais) K 3 = lucro K 4 = tributos incidentes sobre o faturamento.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS	011707	AS BUILT DE INSTALAÇÕES HIDRAULICAS EM FORMATO A1	un
<p>1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora (un).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de instalações hidráulicas, com todas as informações e detalhes construtivos necessários para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e / ou Gerenciadora. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; relatórios contendo as premissas de projeto; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantitativos e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:</p> <p>a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software "AUTOCAD" versão 2000 e apresentados da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentações parciais na forma de projeto básico, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e / ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;- A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e / ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão "dwg" e a respectiva versão com extensão "plt", em "compact disc" (CD Rom). <p>b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantitativos e as memórias de cálculo pertinentes deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares "WINWORD", ou "EXCEL" e apresentados da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">- Duas cópias completas no formato A 4, em papel sulfite, encadernadas;- Os arquivos eletrônicos com extensão "doc" ou "xls", em "compact disc" (CD Rom). <p>3) O item contempla o fator K, correspondente ao BDI da engenharia consultiva, composto de:</p> <p>K 1 = gastos legais pertinentes aos Encargos Sociais e custo direto sobre a mão-de-obra K 2 = despesas indiretas (inclusive encargos sociais) K 3 = lucro K 4 = tributos incidentes sobre o faturamento.</p>			

CPOS	500108	MANGUEIRA COM UNIÃO DE ENGATE RÁPIDO, DN=1 1/2" (38mm)	m
<p>1) Será medido por comprimento de mangueira instalada (m).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento e instalação de mangueira de fibra longa de algodão, revestida internamente de borracha, pressão mínima de prova de 28 kgf / cm², pressão mínima de ruptura de 55 kgf / cm², pressão mínima de trabalho de 14 kgf / cm², conforme NBR 11861, diâmetro de 1 1/2", com união de engate rápido.</p>			

CPOS	500122	ESGUICHO LATÃO COM ENGATE RÁPIDO, DN=1 1/2", JATO REGULAVEL	un
<p>1) Será medido por unidade de esguicho instalado (un).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento e instalação de esguicho regulável com as características: fechamento por válvula central, com três posições: bocal fechado, jato sólido e neblina com variação de leque até 120°; bocal estriado com anel de borracha para proteção; engate rápido; diâmetro da base de 1 1/2"; em latão polido.</p>			

CPOS	500121	CHAVE PARA CONEXÃO DE ENGATE RÁPIDO (ref CHAVE STORZ)	un
<p>1) Será medido por unidade de chave instalada (un).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento e instalação, no local de utilização, de chave para conexão de engate rápido, tipo Storz dupla em latão de alta densidade e resistência, com as características: utilização em conexões de engate rápido com diâmetro de 1 1/2", ou 2 1/2"; comprimento de 300 mm e espessura de 6 mm; corpo em latão fundido escovado.</p>			

CPOS	500116	ADAPTADOR DE ENGATE RÁPIDO EM LATÃO DE 2 1/2" X 1 1/2" (ref ADAPTADOR STORZ 40mm)	un
<p>1) Será medido por unidade de adaptador instalado (un).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento e instalação de adaptador de engate rápido, em latão, com diâmetro de 2 1/2" x 1 1/2".</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS	500120	TAMPÃO DE ENGATE RÁPIDO, EM LATÃO, DN = 1 1/2", COM CORRENTE (ref TAMPÃO STORZ 40mm)	un
1) Será medido por unidade de tampão instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de tampão de engate rápido, em latão, com corrente para fixação, diâmetro nominal de 1 1/2", para válvula globo angular de 45°; não remunera o fornecimento e instalação do adaptador de engate rápido.			
CPOS	270201	CHAPA DE POLICARBONATO COMPACTA CRISTAL 6 MM	m²
1) Será medido pela área de chapa em polycarbonato instalada (m²). 2) O item remunera o fornecimento de chapa em polycarbonato tipo compacta cristal de 6 mm, inclusive fita dupla face tipo VHB, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação da chapa de polycarbonato em caixilhos em geral.			
CPOS	500106	ABRIGO PARA HIDRANTE / MANGUEIRA (EMBUTIR E EXTERNO)	un
1) Será medido por unidade de abrigo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de abrigo para hidrante completo, em chapa de ferro nº 14, nas dimensões de 60 x 90 x 20 cm, inclusive materiais acessórios para a fixação.			
SINAPI	74169/001	REGISTRO GLOBO ANGULAR 45° 2.1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un
1) Este item deverá compreender o fornecimento do material necessário à execução do registro globo angular, bem como sua instalação, estritamente de acordo com as normas vigentes da concessionária local de água e esgoto. 2) A medição será efetuada por unidade (un) de kit cavalete instalado.			
SINAPI	92336	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA DN= 2 1/2", INCLUSIVE CONEXÕES RANHURADAS	m
1) Este item deverá compreender o fornecimento e instalação de tubos de aço galvanizado classe média, diâmetro nominal de 2.1/2", inclusive conexões materiais acessórios; abertura e fechamento de rasgos, ou escavação e reaterro apiloado de valas com profundidade média de 60 cm, o fixação por grampos ou presilhas quando tubulação for aparente. 2) A medição será efetuada pelo comprimento total de tubulação executada. (m).			
SINAPI	73775/002	EXTINTOR INCENDIO AGUA-PRESSURIZADA 10L INCL SUPORTE PAREDE CARGA COMPLETA FORNECIMENTO E COLOCACAO	un
1) Este item deverá compreender o fornecimento e instalação de extintor de incêndio, inclusive materiais acessórios para a fixação e instalação. 2) A medição será efetuada por unidade de extintor instalado (un).			
SINAPI	72554	EXTINTOR DE CO2 6KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un
1) Este item deverá compreender o fornecimento e instalação de extintor de incêndio, inclusive materiais acessórios para a fixação e instalação. 2) A medição será efetuada por unidade de extintor instalado (un).			
CPOS	501009	EXTINTOR SOBRE RODAS DE PÓ QUÍMICO SECO 20BC - CAPACIDADE DE 20 KG	un
1) Será medido por unidade de extintor instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de extintor sobre rodas de pó químico seco, capacidade extintora equivalente = 20 BC, agente extintor = bicarbonato de sódio, capacidade = 20 kg, destinado para a extinção de incêndios de classe "B" (líquidos inflamáveis) e "C" (equipamentos elétricos). Cilindro fabricado em chapa de aço carbono, calandrada com fundo e cúpula estampados a frio, soldado pelo processo MIG, pintado com fundo primer e esmalte sintético vermelho, montado com válvula de latão forjado e gatilho de descarga intermitente, dotado de dispositivo de segurança, calibrado de 180 a 210 kgf / cm², mangueira para alta pressão e esguicho difusor indeformável. Com suporte para fixação na parede. Normas técnicas: NBR 12693, NBR 12791 e NBR 15809.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS	500545	ACIONADOR MANUAL TIPO QUEBRA VIDRO - ENDEREÇÁVEL	un
1) Será medido por unidade de acionador instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de acionador manual tipo quebra vidro endereçável para acionamento de alarme tipo quebra vidro, em plástico ABS antichama, com acionamento automático através de botão push-botton ou manual através de chave reed swit; sistema de supervisão de estado de rede através de leds indicadores; remunera também material acessórios para instalação. Referência comercial: Ascael, Asc ou equivalente.			

CPOS	500523	SIRENE AUDIOVISUAL TIPO ENDEREÇÁVEL	un
1) Será medido por unidade de sirene instalada (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de sirene audiovisual tipo endereçável em caixa plástica ABS na cor vermelha com difusor em acrílico, corrente de alarme de 100mA, potência sonora de 100 a 110 decibéis a um metro de distância, som bitonal e sinalização através de leds vermelhos de alto brilho, tensão nominal de 12 ou 24 volts. Referência comercial: SVA-E da Ilumac, SVF da Technort ou equivalente.			

CPOS	500543	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA COM BASE - ENDEREÇÁVEL	un
1) Será medido por unidade de detector de fumaça instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de detector óptico de fumaça com base, endereçável; remunera também material acessório para instalação.			

CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE FINAL DE ROTA DE FUGA	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			

CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE SENTIDO DE ROTA DE FUGA	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			

CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE HIDRANTE	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			

CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			

CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE PÓ QUÍMICO	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO CO2	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			
CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE AGUA PRESSURIZADA H2O	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			
CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE SIRENE	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			
CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE ACIONADOR QUEBRA VIDRO	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			
CPOS	97.01.01	ADESIVO VINÍLICO, PADRÃO REGULAMENTADO, PARA SINALIZAÇÃO DE INCÊNDIO – SINALIZAÇÃO DE CENTRAL DE ALARME	un
1) Será medido por unidade de adesivo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa vinílica adesiva, de 22 x 35 cm, para sinalização de equipamentos para proteção e combate a incêndio em geral.			
CPOS	500526	BLOCO AUTÔNOMO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 1 HORA, EQUIPADO COM DUAS LÂMPADAS DE 11 W	un
1) Será medido por unidade de bloco autônomo instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de bloco autônomo de iluminação de emergência, bateria com autonomia mínima de 1 hora, equipado com duas lâmpadas fluorescentes compactas de 11 W, conforme o modelo, referência LANE 11x2 da Unitron, IPF 226-2x11W da Ilumac, F2x11W da Gevi Gamma ou equivalente.			
CPU	01	BARRA METÁLICA DE SEÇÃO QUADRADA, SOLDADA A GUARDA CORPO EXISTENTE – (PARAPEITO METÁLICO) – INCLUI FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m
1) Será medido por metro de barra instalada (m). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de barra metálica 4x4 cm pintada em esmalte sintético branco com base antiferrugem.			
CPOS	500527	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO COMPLETA, AUTONOMIA DE 1 HORA, PARA 12 LAÇOS, 220 V / 12 V	un
1) Será medido por unidade de central de sinalização de incêndio instalada (un). 2) O item remunera o fornecimento de central de sinalização de incêndio com bateria para autonomia de 1 hora, carregador e flutuador e de bateria automático, destinada à alimentação de equipamentos para detecção e alarme de incêndio, com acionamento manual por meio de botoeiras tipo quebra-vidro, disparo			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

automático do alarme sonoro e indicação no painel ou quadro, até 12 laços em 12 V, consumo máximo de 55 W (em carga), tensão de alimentação 220 V, referência Decta 18P / 12 V da Gevi Gamma, ou CSIS 12 / 12 da Aureon, ou equivalente; inclusive acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da central.

CPOS	431021	CONJUNTO MOTOR-BOMBA (CENTRÍFUGA) 60 CV MONOESTÁGIO, HMAN= 90 A 125 MCA, Q= 115 A 50 M ³ /H	un
1) Será medido por unidade de conjunto motor-bomba instalado e testado de acordo com a vazão exigida em projeto (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de conjunto motor-bomba centrífuga monoestágio, potência de 60 cv, para vazões de 115,0 até 50,0 m ³ por hora e alturas manométricas de 90,0 até 125,0 m.c.a. respectivamente, diâmetro de sucção 3" e de recalque 2", referência Meganorm 50/250 da KSB, ou INI50 /250 da IMBIL, ou UNIBLOC 50250 da Starmac, ou equivalente; remunera também materiais complementares e acessórios como chumbadores e a mão-de-obra necessária para a fixação, instalação e realização dos testes de funcionamento.			

CPOS	370506	QUADRO DE COMANDO COMPLETO PARA CONJUNTO MOTOR-BOMBA SUBMERSÍVEL DE POÇO PROFUNDO ACIMA DE 15 HP ATÉ 50 HP, 380 V	un
1) Será medido por unidade de quadro instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento do quadro de comando com partida por chave compensadora automática, para acionamento e proteção de conjunto motor-bomba submersível instalado em poços profundos com potência acima de 15 HP até 50 HP, 380 V trifásicos, 60 Hz, constituído por: contator para rede; contator para partida; autotransformador; relé térmico; amperímetro; voltímetro, fusível para rede; fusível para controle; relé de nível; dois eletrodos de nível tipo pêndulo (sensor de água); sinaleiros; botões liga-desliga; comutador automático-neutro-manual (A-O-M); pára-raio; relé de tempo; relé falta de fase; armário esmaltado com pintura eletrostática a pó, 700 mm de largura, 800 mm de altura e 250 mm de profundidade; inclusive materiais acessórios para a fixação e a mão-de-obra necessária para a instalação completa do quadro.			

CPOS	501021	SUPORTE PARA EXTINTOR DE PISO EM FIBRA DE VIDRO	un
1) Será medido por unidade de suporte para extintor instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de suporte de piso para extintor em fibra de vidro na cor vermelha; referências Fp-2003 da Firetech; CS 027 da Aerotex; suporte nº13 da Gilfire ou equivalente.			

SINAPI	68069	HASTE COPPERWELD 5/8 X 3,0M COM CONECTOR	un
1) Este item deverá compreender o fornecimento de haste para aterramento em aço SAE 1010 / 1020, trefilado e revestido de cobre eletrolítico por eletrodeposição com camada de 254 microns, de 5/8" x 3,00 m, com conector, materiais, acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da haste. 2) A medição será efetuada por unidade (un) de haste instalada.			

CPOS	420104	CAPTOR TIPO FRANKLIN, H = 300 MM, 4 PONTOS, 2 DESCIDAS, ACABAMENTO CROMADO	un
1) Será medido por unidade de captor instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento de captor, tipo Franklin, tipo 4 pontas, altura média de 300 mm, conforme o fabricante, com duas descidas, em latão trefilado com acabamento cromado, referência PRT-102 da Paratec, ou PK-0004 fabricação Paraklin, ou TEL 022 fabricação Termotécnica,			

SINAPI	72930	CORDOALHA DE COBRE NU, INCLUSIVE ISOLADORES - 50,00 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	m
1) Este item deverá compreender o fornecimento de cordoalha de cobre recozido, de 50,0 mm ² , confeccionada em malha de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole isenta de falhas, emendas, oxidações, sujeiras, encordoamento classe 2 na bitola especificada e a mão-de-obra necessária para a instalação do cabo. 2) A medição será efetuada por comprimento de cabo instalado (m).			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

SINAPI	83638	MASTRO SIMPLES DE FERRO GALVANIZADO P/ PARA-RAIOS H=3,00M INCLUINDO BA SE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un
1) Este item deverá compreender o fornecimento do mastro de ferro galvanizado, incluindo base e acessórios necessários para sua completa instalação e funcionamento. 2) A medição será efetuada por unidade instalada (un).			
CPOS	420525	BARRA CONDUTORA CHATA DE ALUMÍNIO 3/4" X 1/4", INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	m
1) Será medido por comprimento de barra condutora instalada (m). 2) O item remunera o fornecimento de barra condutora chata em alumínio, com seção de 3/4" x 1/4", referência TEL-770 fabricação Termotécnica, ou equivalente; remunera também o fornecimento de parafusos e buchas de náilon para a fixação, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da barra condutora.			
SINAPI	72263	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 50MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un
1) Este deverá compreender o fornecimento e instalação de terminal ou conector de pressão para cabo de 50 mm². 2) A medição será efetuada por unidade de terminal ou conector instalado (un).			
CPOS	420531	CAIXA DE INSPEÇÃO DO TERRA, CILÍNDRICA, EM PVC RÍGIDO, DIÂMETRO DE 300 MM, ALTURA DE 250 MM	un
1) Será medido por unidade de caixa instalada (un). 2) O item remunera o fornecimento de caixa para inspeção do terra, cilíndrica, em PVC rígido, diâmetro de 300 mm e altura de 250 mm, referência PK-0881 fabricação Paraklin, ou equivalente; materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da caixa.			
CPOS	422013	SOLDA EXOTÉRMICA CONEXÃO CABO-CABO HORIZONTAL EM X SOBREPSTO, BITOLA DO CABO DE 50-50MM² A 95-50MM²	un
1) Será medido por unidade de solda executada (un). 2) O item remunera o fornecimento de kit solda composto por cartucho, palito ignitor e disco de retenção; alicate e molde de grafite para solda exotérmica com conexão cabo-cabo horizontal em X sobreposto e bitola do cabo de 50-50mm²; 70-35mm²; 70-50mm²; 70-70mm²; 95-35mm²; 95-50mm² ou 95-70mm². Remunera também equipamento de segurança, materiais de limpeza e a mão-de-obra necessária para a execução da solda. Referência comercial: Molde UXB da Unisolda; XSH da Exosolda; PXB da Paraklin ou equivalente.			
CPOS	422016	SOLDA EXOTÉRMICA CONEXÃO CABO-CABO HORIZONTAL EM T, BITOLA DO CABO DE 50- 50MM² A 95-50MM²	un
1) Será medido por unidade de solda executada (un). 2) O item remunera o fornecimento de kit solda composto por cartucho, palito ignitor e disco de retenção; alicate e molde de grafite para solda exotérmica com conexão cabo-cabo horizontal em T e bitola do cabo de 50-50mm²; 70-50mm²; 70-70mm²; 95-50mm²; 95-70mm² ou 95- 95mm². Remunera também equipamento de segurança, materiais de limpeza e a mão-de-obra necessária para a execução da solda. Referência comercial: Molde UTA da Unisolda; CDH da Exosolda; PTA da Paraklin ou equivalente.			
CPOS	422017	SOLDA EXOTÉRMICA CONEXÃO CABO-CABO HORIZONTAL RETO, BITOLA DO CABO DE 16MM² A 70MM²	un
1) Será medido por unidade de solda executada (un). 2) O item remunera o fornecimento de kit solda composto por cartucho, palito ignitor e disco de retenção; alicate e molde de grafite para solda exotérmica com conexão cabo-cabo horizontal reto e bitola do cabo de 16mm²; 25mm²; 35mm²; 50mm² ou 70mm². Remunera também equipamento de segurança, materiais de limpeza e a mão-de-obra necessária para a execução da solda. Referência comercial: Molde USS da Unisolda; CCH da Exosolda; PSS da Paraklin ou equivalente.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS	420512	CONECTOR DE EMENDA EM LATÃO PARA CABO DE ATÉ 50 MM² COM 4 PARAFUSOS	un
1) Será medido por unidade de conector instalado (un). 2) O item remunera o fornecimento de conector de emenda para cabo até 50 mm, com quatro parafusos, em latão natural, referência PK 0139 fabricação Paraklin, ou equivalente; materiais acessórios e a mão-de-obra para a instalação do conector.			
CPOS	420510	CAIXA DE INSPEÇÃO SUSPensa	un
1) Será medido por unidade de caixa instalada (un). 2) O item remunera o fornecimento de caixa suspensa, para inspeção do terra, em polipropileno natural, ou PVC, referência PK 0161 fabricação Paraklin, ou PRT 960 da Paratec, ou equivalente; materiais acessórios e a mão-de-obra para a instalação da caixa de inspeção.			
CPOS	420531	CAIXA DE INSPEÇÃO DO TERRA, CILÍNDRICA, EM PVC RÍGIDO, DIÂMETRO DE 300 MM, ALTURA DE 250 MM	un
1) Será medido por unidade de caixa instalada (un). 2) O item remunera o fornecimento de caixa para inspeção do terra, cilíndrica, em PVC rígido, diâmetro de 300 mm e altura de 250 mm, referência PK-0881 fabricação Paraklin, ou equivalente; materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação da caixa.			
CPOS	420530	TAMPA PARA CAIXA DE INSPEÇÃO CILÍNDRICA, AÇO GALVANIZADO	un
1) Será medido por unidade de tampa instalada (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de tampa de caixa para inspeção do terra, em aço galvanizado a fogo, com diâmetro de 300 mm, referência: PK 0878 fabricação Paraklin, ou PRT 967 da Paratec, ou equivalente.			
CPU	002	TESTE DE VERIFICAÇÃO DA MALHA DE TERRA DOS PARA-RAIOS COM MEDIÇÕES E LAUDO TÉCNICO	BLOCO
1) Será medido o serviço após emissão e entrega através de meio físico e digital de laudo técnico acompanhado de sua respectiva ART 2) Este item remunera a medição e o laudo técnico por bloco			
SINAPI	72949	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, INCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL RETIRADO	m³
1) Será medido por área real de pavimento asfáltico, medida no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferida antes da demolição (m ³). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e dos equipamentos adequados para a execução dos serviços de: desmonte, demolição e fragmentação de pavimentação asfáltica, inclusive a base e a sub-base, mecanizados; a carga mecanizada; o transporte com caminhão, até 1,0 (um) quilômetro; o descarregamento; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			
SINAPI	72215	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE ELEMENTOS CERÂMICOS VAZADOS	m³
1) Será medido pelo volume real demolido, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da demolição (m ³). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: desmonte, demolição, fragmentação de elementos em alvenaria de elevação ou elemento vazado, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			
SINAPI	73616	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m³
1) Será medido pelo volume real demolido, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da demolição (m ³). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

dos serviços de: desmonte, demolição, fragmentação de elementos em concreto simples manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

SINAPI	73801/001	DEMOLIÇÃO DE PISO DE ALTA RESISTENCIA	m ²
1) Será medido pelo volume real demolido, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da demolição (m ²). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: desmonte, demolição, fragmentação de pisos de alta resistencia; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			

SINAPI	73801/002	DEMOLIÇÃO DE CAMADA DE ASSENTAMENTO/CONTRAPISO COM USO DE PONTEIRO, ESPESSURA ATE 4CM	m ²
1) Será medido por área real de revestimento em massa de pisos em geral demolido, medida no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferida antes da demolição (m ²). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de revestimentos em massa em pisos, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			

SINAPI	73802/001	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO DE ARGAMASSA DE CAL E AREIA	m ²
1) Será medido por área real de revestimento em massa de parede ou teto demolido, medida no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferida antes da demolição (m ²). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de revestimentos em massa em parede, ou teto, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			

SINAPI	73899/001	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS SEM REAPROVEITAMENTO	m ³
1) Será medido pelo volume real demolido, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da demolição (m ³). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: desmonte, demolição, fragmentação de elementos em alvenaria de tijolos maciços, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			

SINAPI	73899/002	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS FURADOS SEM REAPROVEITAMENTO	m ³
1) Será medido pelo volume real demolido, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da demolição (m ³). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: desmonte, demolição, fragmentação de elementos em alvenaria de tijolos furados, manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.			

SINAPI	85336	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE FERRO GALVANIZADO SEM ESCAVAÇÃO OU RASGO EM ALVENARIA	m
1) Será medido por metro retirado (m). 2) O item remunera a mão-de-obra para a retirada da tubulação, independente de sua bitola; remunera também a limpeza, a seleção e a guarda das peças reaproveitáveis.			

SINAPI	85372	DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO	m ²
1) Será medido por área real de forro demolido, inclusive sistema de fixação, medida no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferida antes da demolição (m ²). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

dos serviços de: demolição, fragmentação de forro em gesso, inclusive o sistema de fixação (tarugamento), manualmente; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

CPOS	050705	REMOÇÃO DE ENTULHO DE OBRA COM CAÇAMBA METÁLICA - MATERIAL VOLUMOSO MISTURADO POR ALVENARIA, TERRA, MADEIRA, PAPEL, PLÁSTICO E METAL	m ³
<p>1) Será medido por volume de entulho retirado, aferido na caçamba (m³).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico e metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, abrangendo:</p> <p>a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;</p> <p>b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;</p> <p>c) Fornecimento da mão-de-obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;</p> <p>d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;</p> <p>e) A mão-de-obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados.</p> <p>f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o "Controle de Transporte de Resíduos" (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;</p> <p>g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.</p>			

CPOS	041202	RETIRADA DE CONJUNTO MOTOR-BOMBA	un
<p>1) Será medido por unidade retirada (un).</p> <p>2) O item remunera a mão-de-obra para a retirada do conjunto de motor-bomba independente do seu tipo e potência; remunera também a limpeza, a seleção e a guarda do material reaproveitável.</p>			

SINAPI	73481	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS EM TERRA COMPACTA PROF. DE 0<H<=1 M	m ³
<p>1) Será medido pelo volume escavado, considerando-se um acréscimo para cada lado, no plano horizontal, em relação às dimensões de cada peça, de 20 cm (m³).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a escavação manual em solo de 1ª e 2ª categorias em valas ou cavas até 1,00 m de profundidade.</p>			

SINAPI	83694	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO TIPO BLOKRET SOBRE COLCHÃO DE AREIA COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	m ²
<p>1) Este item deverá compreender a recomposição de blocos pré-moldados, articulados, em concreto simples, altamente vibrado e prensado, com resistência média a compressão de 35 MPa, espessura de 6 cm, tipos: raquete e / ou retangular e / ou sextavado e / ou 16 faxes, referência: Glasser G16, fabricação Glasser, ou T 16, fabricação Tatu, ou P61635N, fabricação Presto, ou equivalente, conforme as normas NBR 9780 e NBR 9781; areia, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços: apiloamento da superfície; lançamento e execução do lastro de areia média, com altura média de 5 cm, adensado por meio de placa vibratória; assentamento dos blocos a partir de um meio-fio lateral, em ângulos retos, ou a 45º, em relação ao eixo definido, garantindo o intertravamento e que as juntas entre as peças não excedam a 3 mm; execução de arremates junto ao meio-fio, ou bueiros, ou caixas de inspeção,</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

etc., com blocos serrados, ou cortados, na dimensão mínima de um terço da peça inteira, conforme recomendações do fabricante; compactação das lajotas por meio de placa vibratória, juntamente com espalhamento de camada de areia fina, promovendo o preenchimento completo dos espaços das juntas do pavimento e o conseqüente intertravamento dos blocos. Remunera também o preenchimento com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, dos pequenos espaços existentes entre os blocos e as bordas de acabamento. Não remunera fornecimento de lastro de brita, quando necessário.
2) A medição será efetuada pela área total de piso pavimentado com blocos de concreto (m²)

SINAPI	73892/002	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) EM CONCRETO 12 MPA, TRAÇO 1:3:5 (CIMENTO/AREIA/BRITA), PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM, COM JUNTA DE DILATAÇÃO EM MADEIRA, INCLUSO LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m²
---------------	------------------	--	----------------------

1) Este item deverá compreender o fornecimento de concreto com Fck de 12 MPa; ripa de Cupiúba ("*Goupia glabra*"), conhecida também como Peroba-do-Norte, ou Maçaranduba ("*Manilkara spp*"), conhecida também como Paraju; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para o lançamento do concreto e a execução do piso com acabamento desempenado.
2) A medição será efetuada pela área de piso em concreto executado (m²)

SINAPI	87467	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39CM (ESPESSURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.AF_06/2014	m²
---------------	--------------	---	----------------------

1) Este item deverá compreender o fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários para a execução de alvenaria de vedação revestida, confeccionada em bloco vazado de concreto simples, com superfície áspera para garantir a aderência do revestimento, resistência mínima à compressão média de 2,5 MPa, nas dimensões padronizadas de 15 x 20 x 40 cm, de acordo com a NBR 6136, assentada com argamassa de cimento, cal hidratada e areia.
2) A medição será efetuada por metro quadrado (m²) de superfície executada, descontando-se todos os vãos.

SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIA	m²
---------------	--------------	---	----------------------

1) Este item deverá compreender o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessária para a execução do chapisco.
2) A medição será efetuada área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

SINAPI	87777	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	m²
---------------	--------------	--	----------------------

1) Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).
2) O item remunera o fornecimento de cal hidratada, areia, cimento e a mão-de-obra necessária para a execução do emboço comum sarrafeado.

SINAPI	75481	REBOCO ARGAMASSA 1:2 (CAL E AREIA PENEIRADA) ESPESSURA 0,5 CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA	m²
---------------	--------------	---	----------------------

1) Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).
2) O item remunera o fornecimento de cal hidratada, areia e a mão-de-obra necessária para a execução do reboco.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

SINAPI	73861/008	CONDULETE 3/4" EM LIGA DE ALUMINIO FUNDIDO TIPO "E" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un
<p>1) Será medido por conjunto de condulete instalado (cj). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado, ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 3/4", ou incorporar equipamentos como tomadas, ou interruptores sejam eles de energia, ou telefonia, ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa, tipo cega, ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior, referência Dailet DII, fabricação Daisa, ou Conduletzel, fabricação Wetzel, ou equivalente.</p>			
SINAPI	73861/005	CONDULETE 3/4" EM LIGA DE ALUMINIO FUNDIDO TIPO "C" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un
<p>1) Será medido por conjunto de condulete instalado (cj). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado, ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 3/4", ou incorporar equipamentos como tomadas, ou interruptores sejam eles de energia, ou telefonia, ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa, tipo cega, ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior, referência Dailet DII, fabricação Daisa, ou Conduletzel, fabricação Wetzel, ou equivalente.</p>			
SINAPI	73861/020	CONDULETE 3/4" EM LIGA DE ALUMINIO FUNDIDO TIPO "T" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un
<p>1) Será medido por conjunto de condulete instalado (cj). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de condulete, constituído por: corpo e tampa em alumínio silício de alta resistência mecânica, injetado, ou fundido, com saídas laterais em vários modelos, com ou sem rosca, utilizado para interligar qualquer tipo de eletroduto com bitola de 3/4", ou incorporar equipamentos como tomadas, ou interruptores sejam eles de energia, ou telefonia, ou lógica, em redes aparentes abrigadas; 1 (uma) tampa, tipo cega, ou com furação compatível ao equipamento a ser instalado no seu interior, referência Dailet DII, fabricação Daisa, ou Conduletzel, fabricação Wetzel, ou equivalente.</p>			
SINAPI	74252/001	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DN 25MM (1") INCL CONEXÕES, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m
<p>1) Será medido pelo comprimento de tubulação instalada (m). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de tubos, luvas, curvas e buchas em cloreto de polivinil (PVC) de 1", rígido, tipo pesado, com rosca, cor preta e braçadeiras em "U" para instalações elétricas e de telefonia, embutidas em lajes, paredes ou pisos, aparentes, ou enterradas; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços: abertura e fechamento de rasgos em paredes, ou escavação e reaterro apiloado de valas com profundidade média de 0,60 m nas instalações enterradas, ou fixação por meio de braçadeiras quando a tubulação for aparente e a instalação de arame galvanizado para servir de guia à enfição, inclusive nas tubulações secas.</p>			
CPOS	380730	PERFILADO LISO 38 X 38 MM - COM ACESSÓRIOS	m
<p>1) Será medido pelo comprimento de perfilados instalado (m). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de perfilado liso, de 38 x 38 mm, em chapa pré-zincada, fabricação Mopa, ou Real Perfil, ou equivalente; remunera também acessórios para fixação, apoio, ou reforço das peças entre si, como bases, emendas, juntas, talas, suportes, cantoneiras, abraçadeiras, etc.</p>			
SINAPI	88326	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h
<p>1) Este item deverá compreender o fornecimento mão de obra de vigia, inclusive todas as despesas e encargos sociais e trabalhistas correspondentes às obrigações legais ao funcionário. 2) A medição será efetuada por hora de vigia na obra (h).</p>			
CPU	003	CABO ÓPTICO FIBER-LAN IN/OUT MM50/125	m
<p>1) Este item deverá compreender o fornecimento de opticos fiber-lan in/out mm 50/125. 2) A medição será efetuada pelo comprimento de cabo instalado (m)</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CPOS	431048	CONJUNTO MOTOR-BOMBA CENTRÍFUGA, POTÊNCIA DE 7,5 CV MULTIESTÁGIO, ALTURAMANOMÉTRICA DE 30,0 A 80,0 M.C.A., VAZÃO DE 21,6 A 12,0 M³ / H	un
1) Será medido por unidade de conjunto motor-bomba instalado e testado de acordo com a vazão exigida em projeto (un). 2) O item remunera o fornecimento e instalação de conjunto motor-bomba centrífuga multiestágio trifásico, potência de 7,5 cv para vazões de 21,6 até 12,0 m ³ por hora e alturas manométricas de 30,0 até 80,0 m.c.a. respectivamente, referência 75 MC3-T da Jacuzzi, ou ME 2275-V da Schneider, ou equivalente; remunera também materiais complementares e acessórios como chumbadores e a mão-de-obra necessária para a fixação, instalação completa e realização dos testes de funcionamento.			
SINAPI	83417	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 2,5MM2 ANTI-CHAMA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m
1) Este item deverá compreender o fornecimento de cabos de cobre eletrolítico de alta condutibilidade de 2,5 mm ² , com revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões até 750 V e a mão-de-obra necessária para a enfição e instalação dos mesmos; 2) A medição será efetuada pelo comprimento de cabo instalado (m)			
SINAPI	83421	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 16MM2 ANTI-CHAMA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m
1) Este item deverá compreender o fornecimento de cabos de cobre eletrolítico de alta condutibilidade de 16,0 mm ² , com revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões até 750 V e a mão-de-obra necessária para a enfição e instalação dos mesmos. 2) A medição será efetuada por comprimento de cabo instalado (m).			
SINAPI	83423	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 35MM2 ANTI-CHAMA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m
1) Este item deverá compreender o fornecimento de cabos de cobre eletrolítico de alta condutibilidade de 35,0 mm ² , com revestimento termoplástico em PVC para isolamento de temperatura até 70°C e nível de isolamento para tensões até 750 V e a mão-de-obra necessária para a enfição e instalação dos mesmos. 2) A medição será efetuada por comprimento de cabo instalado (m).			
SINAPI	73798/001	DUTO SPIRAL FLEXIVEL SINGELO PEAD D=50MM (2'') REVESTIDO COM PVC COM FIO GUIA DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO INC CONEXÕES	m
1) Será medido pelo comprimento de tubulação instalada (m). 2) O item remunera o fornecimento de dutos, com diâmetro nominal de 50 mm, em polietileno de alta densidade (PEAD), corrugado helicoidal, flexível, isolante e resistente a agentes químicos, para instalações de cabos subterrâneos em redes de energia, ou telecomunicações. Remunera também a mão-de-obra e os acessórios necessários para instalação como: gabarito; tampões terminais; conexões; cones; anéis de fixação; anéis de vedação; arame galvanizado para servir de guia à enfição, inclusive nas tubulações secas; massa de calefação e fita de aviso "perigo". Não remunera os serviços de escavação. Referência comercial: Kanalex – KL da Kanaflex ou equivalente. Norma técnica: NBR 15715.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XI

PROJETO BÁSICO APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS

O ARQUIVO CONTENDO O PROJETO BÁSICO APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XII

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

O ARQUIVO CONTENDO AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XIII

MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI –TAXA DE BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS

O ARQUIVO CONTENDO O MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI – TAXA DE BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XIV

MODELO COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS

O ARQUIVO CONTENDO O MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XV

MODELO DE CARTA PROPOSTA

(APRESENTÁ-LA EM PAPEL TIMBRADO CONTENDO OS DADOS DA EMPRESA)

À Fundação Universidade Federal do ABC

Endereço: Avenida dos Estados, 5001, Santo André SP

Licitação Nº : _____

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS, EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARA A OBTENÇÃO DO AVCB do Campus São Bernardo do Campo.

A (*Razão Social da Empresa*) _____, com sede (*Endereço Completo*), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, e com número de registro junto ao CREA/CAU _____, neste ato representada por (*Representante legal da Empresa*) _____, abaixo assinado, tendo examinado as condições do Termo de Referência e dos Anexos que o integram, para a execução da mencionada obra, vem por meio desta apresentar a proposta do Preço Total, no valor total de R\$ _____ - (*Valor Expresso em Reais*) da referida Licitação.

Outrossim declaramos que:

- Temos conhecimento do local onde serão executadas as obras.
- Aceitamos todas as condições impostas pelo Termo de Referência e seus Anexos.
- As obras serão executadas e concluídas dentro do prazo fixado no Termo de Referência.
- Esta proposta compreende todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa direta ou indireta incidentes para a perfeita execução de toda a obra.
- Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 90 (noventa) dias. Até que o Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Termo de Referência.

_____, de _____, de _____

(Assinatura do Responsável Técnico da Empresa)

(Nome completo e CPF do Responsável Técnico da Empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XVI

MODELO DO QUADRO RESUMO PARA APRESENTAÇÃO DOS CATS

O ARQUIVO CONTENDO O MODELO DO QUADRO RESUMO PARA APRESENTAÇÃO DOS CATS ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE, POIS O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO.

ARQUIVO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNAMENTAIS (www.comprasgovernamentais.gov.br) E NA PÁGINA ELETRÔNICA DA UFABC (<http://www.ufabc.edu.br>)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XVII

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO DE INFORMAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Ref.: RDC Nº **01/2016**

Pelo presente instrumento, a Empresa..... (denominação) e (qualificação),....., com sede à (endereço), doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu Presidente ou Diretor, (qualificação), residente e domiciliado à, em face do contrato nº, tem como compromisso manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC, situada à..... (endereço), doravante denominada contratante, neste ato representada pelo seu..... (qualificação)....., residente e domiciliado à..... nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “Know how”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2 Toda Propriedade de Informação que for divulgada, oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de compromisso se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A CONTRATADA se compromete perante a CONTRATANTE a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação:

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 O CONTRATADO tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao Contrato, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da CONTRATANTE, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente compromisso, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do serviço contratado.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução dos serviços prestados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, sem sua prévia autorização, por escrito.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela CONTRATADA, a qual utilizará, do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela CONTRATANTE, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida ao término do serviço prestado, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente, informado à CONTRATANTE.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à CONTRATANTE, a qual tomará as providências cabíveis.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

4.1.1 As informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que chegarem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da CONTRATADA.

4.1.2 As informações cuja divulgação tenham sido previamente autorizadas, por escrito, pela CONTRATANTE.

4.1.3 As informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a CONTRATADA de comunicar à CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela UFABC.

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração do Contrato nº....., assinado entre as partes, prorrogando-se, por 2 (dois) anos a contar da data de conclusão dos serviços.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Compromisso não liberará a CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensejará quaisquer direitos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente termo de compromisso deve ser mantido em sigilo pela CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

9.3 O presente termo representará o completo entendimento e compromisso das partes, substituindo qualquer negócio, compromisso, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Santo André, de de 2016.

CONTRATANTE :

CONTRATADA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ANEXO XVIII - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2016

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARA A OBTENÇÃO DO AVCB DO CÂMPUS SÃO BERNARDO DO CAMPO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXX XXX, NA FORMA ABAIXO:

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**, Fundação Pública Federal, criada pela Lei 11.145 de 26 de julho de 2005, com sede na Avenida dos Estados, nº. 5.001, Bairro Santa Terezinha, no município de Santo André-SP, inscrita no CNPJ/MF nº 07.722.779/0001-06, neste ato, representada pelo seu **REITOR, Prof. Dr. KLAUS WERNER CAPELLE**, nomeado pelo Decreto de 31 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U., seção 2, página 1, de 03 de fevereiro de 2014, portador do RNE V222.498-R e do CPF nº. 215.403.718-67, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXX**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/0001-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº **XXX**, Bairro **XXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXX-XXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXXXXXX**, no estado de **XXXXXXXXXXXXXXXX**, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu **XXXXXXXXXXXXXXXX**, **Sr. Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade RG nº **XXXXXXXXXXXX XX/XX** e do CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23006.001296/2015-16**, com fundamento na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei nº 12.462/2011, na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, na Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, na Lei nº 6.496 de 7 de dezembro 1977, no Decreto nº 3.722 de 9 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485 de 25 de novembro de 2002, no Decreto nº 7.581/2011, Decreto nº 8.080/2013, na Portaria nº 2.296 de 23 de julho de 1997 do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (Práticas SEAP), na Instrução Normativa nº 05 de 21 de julho de 1995 do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (IN MARE 5/1995), na Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02 de 16 de setembro de 2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Instrução Normativa nº 03 de 15 de outubro de 2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Instrução Normativa nº 04 de 11 de novembro de 2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Instrução Normativa nº 05 de 18 de dezembro de 2009, na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos preceitos de Direito Público e nas demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no Edital de RDC **Eletrônico nº. XXX/2016** e seus **ANEXOS**, e mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada de construção civil para a elaboração de projetos executivos, execução de obras e instalações para a obtenção do AVCB do Câmpus São Bernardo do Campo da Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, pelo critério de julgamento do menor preço total, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e demais **ANEXOS** do Edital de RDC **Eletrônico nº. XXX/2016**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos abaixo, que integram o **Processo nº 23006.001296/2015-16**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- Edital de RDC **Eletrônico nº. XXX/2016** e seus Anexos;
- Documentos de habilitação e Proposta de Preços apresentados pela CONTRATADA no RDC **Eletrônico nº. XXX/2016**, em **XX** de **xxxxxxxxxx** de 2016, todos assinados ou rubricados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, FORMA E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com o Termo de Referência, especialmente com relação aos itens 3, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá apresentar, em conformidade com os procedimentos informados, os documentos constantes do item 9 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As obras e serviços objeto do Termo de Referência serão executados na Rua Arcturus, nº. 03, CEP 09606-070, em São Bernardo do Campo, SP, em área pertencente ao Campus Universitário de São Bernardo do Campo da CONTRATANTE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CLÁUSULA QUARTA – DA ACEITAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

As obras e os serviços somente serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO se estiverem rigorosamente em conformidade com os projetos básico e executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas e normas técnicas vigentes e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.

PARÁGRAFO ÚNICO – O recebimento das obras e serviços será feito em duas etapas: Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo, conforme disposto no item 25 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO MÉTODO DE AVALIAÇÃO

A CONTRATANTE adotará indicadores para avaliar o desempenho e a qualidade dos serviços contratados e, quando for o caso, aplicará às penalidades cabíveis, conforme estabelecido nos itens 15 e 16 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações relacionadas neste Contrato, no Edital do RDC **Eletrônico nº. XXX/2016** e seus Anexos, incumbe à **CONTRATADA**:

- 6.1** Responsabilizar-se por todas as despesas com a execução das obras e serviços.
- 6.2** Elaborar o projeto executivo em conformidade com o projeto básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (**ANEXO XI do Termo de Referência**), em consonância com os anseios da **CONTRATANTE** e de acordo com as diretrizes para elaboração do projeto executivo (**ANEXO XII do Termo de Referência**).
- 6.3** Executar as obras e os serviços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, Edital, Contrato, Projeto Básico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e Projeto Executivo, memoriais descritivos, legislação, normas técnicas vigentes, vistorias e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.
- 6.4** Executar as obras e os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações técnicas da ABNT, observando quando aplicável, a legislação da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.
- 6.5** Responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pela **CONTRATANTE** para a execução das obras e serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

a alegação de ignorância de tais documentos. Caso a **CONTRATADA** constate quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, à **CONTRATANTE**, para que tais defeitos sejam sanados, e com antecedência mínima necessária, não caracterizando justificativa aceitável por parte da **CONTRATANTE** para atrasos no cronograma.

6.6 Cumprir todas as orientações da FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, para o fiel desempenho das atividades específicas.

6.7 Substituir, no prazo máximo de **48 horas** após a comunicação da **CONTRATANTE**, qualquer material, equipamento, acessório, componente ou outro elemento instalado, cujo funcionamento ou qualidade tenha sido identificado como inadequado.

6.8 Substituir, no prazo máximo de **48 horas** após a comunicação da **CONTRATANTE**, profissionais que sejam inadequados para a execução dos serviços contratados, inclusive os profissionais relacionados no item **6.12** do Termo de Referência, devidamente justificados pela FISCALIZAÇÃO.

6.9 Atender a FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** encarregada de acompanhar a execução das obras e dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

6.10 Relatar à FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** toda e qualquer anormalidade observada que possa prejudicar a execução dos serviços e obras.

6.11 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.12 Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e funcionários da **CONTRATANTE**.

6.13 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da FISCALIZAÇÃO do Contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição dos fatos.

6.14 Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras e dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

6.15 Fornecer aos empregados os benefícios trabalhistas adequados aos horários de trabalho e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.

6.16 Observar as normas que dispõem sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as de boa conduta profissional, quando nas instalações da **CONTRATANTE**.

6.17 Garantir que a execução das obras e serviços deverá ser realizada por funcionários treinados, profissionalmente habilitados, uniformizados e devidamente equipados com os equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o serviço.

6.18 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias.

6.19 Fornecer os materiais, equipamentos, acessórios, componentes e demais elementos necessários à execução do referido objeto.

6.20 Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**, de acordo com o art. 70, da Lei nº. 8.666/93.

6.21 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação (Artigo 55, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93) para a contratação com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

6.22 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, este contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, seguindo as disposições do item **3.2.5** do Termo de Referência. Em caso de autorização de subcontratação, a **CONTRATADA** deverá estender estas obrigações listadas a todas as empresas subcontratadas, ficando a **CONTRATADA** responsável pela fiscalização das mesmas, com a obrigação de prestar contas à **CONTRATANTE** sempre que solicitada.

6.23 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal no tocante à contratação de trabalhadores menores de idade.

6.24 Responsabilizar-se civilmente pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução das obras e serviços, não excluindo, reduzindo ou dividindo essa responsabilidade com a FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

6.25 Aceitar, nas mesmas condições da proposta, alterações no projeto, detalhes e/ou especificações que a **CONTRATANTE** resolva efetuar, bem como as supressões e acréscimos no objeto deste descritivo ou inclusão de itens novos, de conformidade com o limite para execução de obras estabelecido na Lei nº 8.666/93. Se das alterações por iniciativa da **CONTRATANTE** resultar aumento de custos para a **CONTRATADA**, serão estes cobertos pela **CONTRATANTE**. Ao contrário, se resultar em diminuição dos custos, serão estes deduzidos proporcionalmente do valor.

6.26 Realizar supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

6.27 Providenciar todas as licenças, permissões e aprovações necessárias para a execução e término dos serviços dentro do custo da obra, sem qualquer despesa suplementar para a **CONTRATANTE**.

6.28 A **CONTRATADA** deverá encaminhar, diariamente, até às 10h da manhã em endereço eletrônico informado pela FISCALIZAÇÃO, arquivo com planilha eletrônica contendo o efetivo da obra separado por: nome do funcionário contratado e de empresas subcontratadas; data da contratação; cargo/função; equipe; local em que está executando suas atividades e breve descrição/objetivo da atividade realizada pelo profissional e pela equipe.

6.29 Além das informações do item anterior, a **CONTRATADA** deverá encaminhar mensalmente, gráfico resumo das informações diárias, conforme necessidade da **CONTRATANTE**. As informações deverão estar em conformidade com a inclusão do trabalhador (contratados e de subcontratadas) na GFIP/SEFIP.

6.30 A **CONTRATADA** deverá encaminhar mensalmente, conjuntamente com as demais solicitações anteriores: folha de pagamento dos empregados envolvidos nos serviços (contratados e de subcontratadas), contendo valores detalhados e recibo de quitação bancário ou cópia dos contracheques; guias de recolhimento GRF e GPS no prazo e protocolo de envio de arquivos; relação de empregados (RE) e de tomadores (RET); relatório analítico da GRF e da GPS; além de outras informações requisitadas pela **CONTRATANTE**.

6.31 A **CONTRATADA** deverá encaminhar, de cada funcionário que realizar atividades no Câmpus São Bernardo do Campo - UFABC, cópia do contrato de trabalho firmado com a empresa; cópia do registro de emprego e cópia das páginas da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social - atestando a contratação; ASO – Atestado de Saúde Ocupacional mais atualizado, habilitando-o para a execução das tarefas, comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função), cópia dos comprovantes de participação em treinamentos admissional e periódicos de segurança do trabalho, conforme NR 18.28; e cópia de ficha atualizada de entrega dos EPI – Equipamentos de Proteção Individual.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

6.32 Havendo eventualmente rescisão de contrato de trabalho de funcionário, a **CONTRATADA** deverá apresentar cópias dos comprovantes de depósito de obrigações trabalhistas e pagamento das verbas rescisórias, tais como a GRRF – Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, comprovante da GRRF, cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho homologado, quando devido, conforme especificações do Ministério do Trabalho; comprovante de pagamento rescisório, tal como depósito bancário e cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

6.33 Todos os funcionários deverão ser registrados, de acordo com os artigos 29 e 41 da CLT e conforme casos aplicáveis dos artigos 3º, 4º e 13 da CLT. Sob hipótese alguma será admitido o acesso de funcionários no interior do Câmpus para atendimento do objeto contratual, sem que o mesmo esteja regularizado de acordo com a legislação vigente.

6.34 Retirar-se em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviços limpas e livres de entulho e detritos de qualquer natureza.

6.35 A **CONTRATADA** deverá cumprir a garantia dos equipamentos e instalações conforme legislação pertinente ou pelo período de 24 meses, o que for maior, a contar após a formalização do recebimento definitivo do objeto do Contrato. Entregas provisórias e parciais não serão consideradas para o início da vigência da garantia.

6.36 Devido à responsabilidade técnica empregada e comprovada por meio da ART emitida, a **CONTRATADA** será responsável pelas soluções técnicas empregadas e estará sujeita a prestar esclarecimentos e informações necessárias para possibilitar a manutenção e conservação do sistema a qualquer tempo, mesmo após a finalização da vigência do Contrato.

6.37 Subcontratar microempresa ou empresa de pequeno porte, quando exigido pela **CONTRATANTE**, sendo que os empenhos e pagamentos poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, com fulcro no § 2º e Inciso II do Artigo 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações provenientes da Lei 8.666/93, incumbe à **CONTRATANTE**:

7.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

7.2 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes de cada pagamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

- 7.3** Efetuar à **CONTRATADA** os pagamentos nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 7.4** Propiciar todas as facilidades que lhe couberem ou forem possíveis para que as obras e serviços sejam executados na forma estabelecida no Termo de Referência e neste Contrato.
- 7.5** Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a **CONTRATADA**, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
- 7.6** Garantir o acesso da **CONTRATADA** e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução das obras e dos serviços.
- 7.7** Exercer, por seu representante, acompanhamento e FISCALIZAÇÃO sobre a execução das obras e dos serviços, anotando as ocorrências em registro próprio, dando ciência ao Preposto da **CONTRATADA** e determinando sua imediata regularização.
- 7.8** Comunicar ao representante da **CONTRATADA** qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência e neste Contrato, determinando as medidas necessárias à sua regularização.
- 7.9** Fiscalizar a qualidade dos materiais e equipamentos em seus recebimentos e instalações nas obras, incluindo sua conformidade com os projetos básico e executivo.
- 7.10** Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das obras e serviços, fixando prazo para sua correção.
- 7.11** Não permitir que os empregados da **CONTRATADA** executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas.
- 7.12** Verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on-line”, ou nos sites oficiais, antes de cada pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação do Contrato no Diário Oficial da União – DOU, podendo ser estendido, por mútuo acordo entre as partes, em conformidade com o artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de **execução da obra é de 6 (seis) meses** ou por prazo menor até a conclusão da obra, com o devido ateste pela FISCALIZAÇÃO, contados a partir da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

ordem de início dos serviços, devendo ser executado conforme Cronograma Físico-Financeiro contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda prorrogação de prazo contratual deve ser motivada e justificada por escrito, somente podendo operar-se caso se mostre vantajosa para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A FISCALIZAÇÃO do presente Contrato será exercida por servidor designado pela **CONTRATANTE** a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e da realização das obras e de tudo dará ciência à Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A FISCALIZAÇÃO de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das obras e serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso seja identificada alguma irregularidade na execução do contrato o Fiscal do Contrato encaminhará imediatamente à Pró-Reitoria de Administração o relatório da FISCALIZAÇÃO.

PARÁGRAFO QUARTO - A FISCALIZAÇÃO do contrato poderá, a critério da UFABC, ser realizada por empresa contratada para esta finalidade ou de maneira conjunta, sob a coordenação de servidor, designado para a função de Fiscal do Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo fiscal da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste Contrato, o valor total de R\$ **XX.XXX.XXX,XX (xxxxxxx milhões e xxxxxx mil reais)**, incluindo todas as despesas necessárias a sua perfeita e completa realização.

PARÁGRAFO ÚNICO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2016 na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: **XXXXX.XXXX.XXXX.XXXX**

PTRES: **XXXXXX**

Natureza de Despesa: **XX.XX.XX-XX**

Fonte: **XXXX**

PARÁGRAFO ÚNICO - Foi emitida pela Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC, a **Nota de Empenho nº. 2016NE800XXX**, no valor de R\$ **XX.XXX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, na conta da Dotação Orçamentária especificada no Caput desta Cláusula, para fazer face às despesas inerentes ao Contrato, relativas ao exercício financeiro corrente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

O preço do Contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O índice de reajuste será o **Índice Nacional de Custo de Construção do Mercado - INCC-M**, divulgado no Portal IBRE da FGV, utilizando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da parcela não executada pro-rata, o que corresponde ao saldo remanescente verificado no mesmo dia e mês do ano seguinte da data limite da apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mesmo mês do reajuste;

I₀ = Índice inicial, referente ao mês da data limite para apresentação da proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

PARÁGRAFO SEGUNDO – Durante os cálculos devem ser consideradas todas as casas decimais, o arredondamento para duas casas decimais deve ser feito somente no final para obtermos o índice.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para os reajustes subsequentes ao primeiro devem ser adotados os índices do próximo período de 12 (doze) meses, não sendo admitido utilizar o acumulado de 24 (vinte e quatro) meses e subtrair o que já foi concedido.

PARÁGRAFO QUARTO – Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à **CONTRATADA**, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no PARÁGRAFO PRIMEIRO obedecendo-se os seguintes critérios:

- a) se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;
- b) se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pelo último índice vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

- a) na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Em casos de aditamento contratual, o preço unitário de serviço não encontrado na planilha **SINAPI (IBGE/CEF)**, deverá ser utilizada a planilha SICRO (DNIT), ambas de mesma data base da proposta. Caso ainda não encontrado, a **CONTRATADA** deverá apresentar uma composição analítica utilizando a planilha de órgãos das esferas federais, estaduais, municipais ou privadas, nesta ordem, aplicando-se os valores de insumos da planilha SINAPI ou SICRO de mesma data base da proposta, que deverão ser devidamente aprovados pela **CONTRATANTE**, utilizando o BDI correspondente apresentado pela **CONTRATADA**, aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta. Caso ainda não se encontre referências, os preços dos serviços ou insumos serão realizados com 3 (três) cotações de mercado, adotando-se o valor médio entre fornecedores do mercado da construção civil, retroagindo-se à data-base do contrato e aplicando-se o BDI e o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA

Será exigida a prestação de garantia pela **CONTRATADA**, como condição para a publicação do contrato, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro – Garantia; ou
- c) Fiança Bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo máximo para apresentação do comprovante de prestação de garantia, em qualquer uma das modalidades informadas no subitem anterior, será de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo mencionado no PARÁGRAFO anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da CONTRATANTE, sendo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação da garantia autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O descumprimento do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 82 do Decreto nº. 93.872/1986;

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, em conformidade com o inciso I do artigo 828.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante todo o período da execução do Contrato vencendo, no mínimo, 03 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo renovada, tempestivamente, no caso de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

cada prorrogação, e havendo também alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

PARÁGRAFO OITAVO – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

PARÁGRAFO NONO – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no PARÁGRAFO anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A garantia prestada somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas trabalhistas decorrentes da contratação, assim como possíveis valores devidos à CONTRATANTE, sendo que a garantia será retida e o prazo estendido em caso de expectativa de sinistro. A garantia será considerada extinta:

I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - após 03 (três) meses do término da vigência contratual, que poderá ser estendido em caso de expectativa de sinistro.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Caso o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive para pagamento de multa que tenha sido aplicada à CONTRATADA e indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento será de 30 (tinta) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Divisão de Administração Financeira/CGFC, devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, juntamente com a apresentação dos critérios de aferição de resultados estipulados, acompanhada das seguintes comprovações:

- a) Será comprovada a regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;
- b) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- c) O “atesto” da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato ocorrerá somente quando obedecidos todos os subitens estipulado **no item 16 e Anexo X, ambos do Termo de Referência.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quanto ao imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), será observado o disposto na lei complementar nº. 116/2003 e legislação municipal aplicável.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA, quando contribuinte regularmente inscrito no SIMPLES NACIONAL, nos termos da LC nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária do Parágrafo Primeiro. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CONTRATADA ou por outro meio previsto na legislação vigente.

PARÁGRAFO QUINTO - Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e após instrução com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratório proporcionais ao dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

PARÁGRAFO SÉTIMO - A seu critério, a CONTRATANTE poderá utilizar valores devidos à CONTRATADA, por ocasião da execução contratual, para cobrir eventuais dívidas decorrentes de imposição de multa por violação de Cláusulas do CONTRATO pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão retidos na fonte, e recolhidos ao Tesouro Nacional, os tributos e contribuições de competência da União incidentes sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o tipo de serviço objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF no 480, de 15/12/2004, publicada no DOU de 29/12/2004. Da mesma forma, serão retidos na fonte os valores devidos a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), quando a sede da CONTRATADA situar-se em município cuja legislação tributária preveja tal retenção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

As sanções relacionadas à execução do contrato serão relacionadas a seguir. Desta forma, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462/2011 e da Lei n. 8666/1993, a CONTRATADA que:

- a)** convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462/2011;
- b)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d)** não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e)** fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g)** der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- h)** descumprir qualquer dos deveres elencados no Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b)** Multa:
 - b.1)** Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços, incidente sobre o valor do serviço a que se referir a infração, com base no cronograma vigente, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual cumulada com a multa prevista na alínea “b.2”;
 - b.2)** Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

b.3) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no percentual definido na alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

c) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Fundação Universidade Federal do ABC pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

e) Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.462/2011 e na Lei nº 8666/1993, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO QUARTO - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão, a critério da Administração, ser recolhidos em favor da CONTRATANTE via emissão de Guia de Recolhimento da União – GRU, ser deduzidos dos valores a serem pagos ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da UFABC e cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela CONTRATANTE, ficando a empresa obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do recolhimento efetuado.

PARÁGRAFO SEXTO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Processo nº. 23006.001296/2015-16

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições deste Contrato, os acréscimos ou supressões que se façam necessários nos serviços, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de eventual necessidade de Termo Aditivo de valor, que somente poderá ser aferido durante a execução das obras, para a inclusão de serviços não previstos na planilha orçamentária será utilizada a planilha de custos unitários da SINAPI, na data base da Proposta da CONTRATADA, acrescido do BDI correspondente apresentado pela CONTRATADA, porém aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na Proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em casos de aditamento contratual, o preço unitário de serviço não encontrado na planilha SINAPI (IBGE/CEF), deverá ser utilizada a planilha SICRO (DNIT), ambas de mesma data base da Proposta. Caso ainda não encontrado, a CONTRATADA deverá apresentar uma composição analítica utilizando a planilha de órgãos das esferas federais, estaduais, municipais ou privadas, nesta ordem, aplicando-se os valores de insumos da planilha SINAPI ou SICRO de mesma data base da Proposta, que deverão ser devidamente aprovados pela CONTRATANTE, utilizando o BDI correspondente apresentado pela CONTRATADA, aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na Proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso ainda não se encontre referências de preços conforme estabelecido no Parágrafo anterior, os preços dos serviços ou insumos serão realizados com 3 (três) cotações de preços, adotando-se o valor médio entre fornecedores do mercado da construção civil, retroagindo o valor para a mesma data-base da Proposta, utilizando-se o BDI correspondente apresentado pela CONTRATADA e aplicando-se o desconto médio (relativo ao preço total) fornecido na Proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e consoante às formas previstas no artigo 79 da mesma Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de rescisão determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, ficam asseguradas à mesma, sem prejuízo das sanções cabíveis:

- a) A execução dos valores das multas e indenizações devidos à CONTRATANTE;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

b) A retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato, não haja prejuízos à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da rescisão do Contrato, nas hipóteses previstas no inciso I do Caput do art. 79 da Lei nº 8.666 de 1993, observado o disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581/11, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS TERMOS DO CONTRATO

O presente Contrato foi submetido à análise da Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, tendo sido seus termos aprovados, conforme parecer constante dos autos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784 de 24 de janeiro de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. 12.462 de 2011, na Lei nº 8.666



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 23006.001296/2015-16

de 1993, e suas alterações posteriores, no Decreto nº. 7.581/2011, no Decreto nº. 8.080/2013, demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente a Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, Subseção Judiciária de Santo André.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado na Divisão de Contratos, com registro sistemático de seu extrato no SICON, e dele extraídas as cópias necessárias.

Santo André, XX de xxxxxxxxxxxxxx de 2016.

KLAUS WERNER CAPELLE
Reitor
Fundação Universidade Federal do ABC
p/ CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
p/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
Identidade:

Nome:
CPF:
Identidade: